

5,00

A

O Desencantamento do Mundo

u
D
o:
e
s

ia
s-
le
o
as

a-
to
or
ia
os
as
ia
n-
te
o-
ri-
n-

A

em
isa

Coleção ELOS

Dirigida por J. Guinsburg

200220496

A

Pierre Bourdieu

O Desencantamento
do Mundo:
Estruturas Econômicas e
Estruturas Temporais

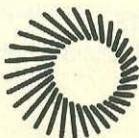
ia
s-
le
o-
as

a-
o-
or
ia
os
as
ia
n-
te
o-
si-
n-

m

7

Equipe de realização – Tradução: Silvia Mazza; Revisão: Plinio Martins Filho e Vera Lúcia Bolognani; Planejamento visual: A. Lizárraga; Produção: Plinio Martins Filho.



EDITORIA PERSPECTIVA

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

5

Título do original em francês
Travail et travailleur en Algérie

A

UNIDADE - IFCH	331.0065
N.º CHAMADA	B666d
V.	EX
DATA	5/10/30
PREÇO	0.00
FRESCO	X R\$ 76 C
DATA	
N.º CPD	MH-00003482

Bub. 147527

SUMÁRIO

Copyright © Editora Perspectiva S.A., 1979

Direitos em língua portuguesa reservados à
EDITORAS PERSPECTIVA S.A.
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3025
01401 – São Paulo – Brasil
Telefone: 288-8388
1979

Prefácio à Edição Brasileira	7
Introdução	11
1. Reprodução Simples e Tempo Cíclico	21
2. Necessidades Contraditórias e Condutas Ambíguas	51
3. Esperanças Subjetivas e Probabilidades Objetivas	77
4. As Condições Econômicas da Transformação das Disposições Econômicas	95
Conclusão	133

5 7

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Redigido em 1963 em vista de uma edição em língua estrangeira, este livro é uma versão condensada, quer dizer, despojada do aparato de provas (quadros estatísticos, trechos de entrevistas, documentos, etc.) da obra editada em 1963 com o título *Travail et travailleurs en Algérie*, que apresentava os resultados de um conjunto de pesquisas etnográficas e estatísticas realizadas na Argélia entre 1958 e 1961¹.

Não se trata de um acaso se a interrogação sobre as relações entre as estruturas e os *habitus* foi formulada a propósito de uma situação histórica dentro da qual ela se propunha, por assim dizer, dentro da própria realidade sob a forma de uma *discordância* permanente entre as disposições econômicas dos agentes e o mundo econômico no qual estes deveriam agir. Nas situações de transição entre uma economia pré-capitalista e uma economia capitalista, a abstração objetivista na qual se encontram neomarginalistas e estrutural-marxistas, tão fortemente que seria preciso tornar-se cego para reduzir os agentes econômicos a simples reflexos das estruturas objetivas e para deixar de pôr a questão da gênese das disposições e das con-

1. Dever-se-á pois fazer referência a esta obra para encontrar, além dessas informações, tudo o que concerne à metodologia da pesquisa (amostragem, questionário, etc.) e à análise dos resultados.

dições econômicas e sociais desta gênese. Produzidas por uma categoria particular de condições materiais de existência, objetivamente definida sob a forma de uma estrutura particular de probabilidades objetivas – um *futuro objetivo* –, as disposições a respeito do futuro, estruturas estruturadas, funcionam como estruturas estruturantes, orientando e organizando as práticas econômicas da existência cotidiana, operações de compra, de poupança ou de crédito, assim como as representações políticas, resignadas ou revolucionárias. Aqueles que, como se costuma dizer, não têm futuro, têm poucas possibilidades para formar o projeto, individual, de criar seu futuro ou para trabalhar no advento de um outro futuro coletivo. É na relação com o futuro objetivamente inscrito nas condições materiais de existência que reside o princípio da distinção entre o subproletariado e o proletariado, entre a disposição para a revolta das massas desarraigadas e desmoralizadas e as disposições revolucionárias dos trabalhadores organizados que têm um suficiente domínio de seu presente para poderem empreender a retomada de seu próprio futuro.

Ao reler esse texto já antigo, teria desejado apurar e sistematizar as análises, nelas investindo tudo o que foi sendo acumulado por trabalhos ulteriores (de maneira especial, a *Esquisse d'une théorie de la pratique*); mas estava por demais conscientizado da vaidade de todas as formas de “trabalho teórico” que não se sustentam em um trabalho empírico sobre as coisas mesmo (isto é, no caso presente, em um novo trabalho de campo, que por ora não me é possível realizar), e por esta razão renunciei a tais intentos.

Pois, nada é mais certo, o desespero tem sobre nós quase que o mesmo efeito da felicidade e mal conhecemos a impossibilidade de satisfazer o desejo e o próprio desejo se desvanece.

(HUME, *A Treatise on human Nature*)

Aqueles que colocam a pergunta ritual dos obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico interessam-se de modo exclusivo (isto é, abstrato) pela "racionalização" das condutas econômicas e descrevem como resistências, imputáveis somente à herança cultural (ou, pior ainda, a tal ou tal de seus aspectos, o Islã por exemplo), todas as omissões para com o modelo abstrato da "racionalidade" tal como a define a teoria econômica. Paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico que reduz a antropologia a uma dimensão da economia produz a ignorância das *condições econômicas* que determinam a adoção de um comportamento econômico "racional" e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem "desenvolvido" para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia "desenvolvida".

A antropologia cultural também não escapa à abstração, quando considera um simples efeito do "contato cultural" nas transformações das sociedades pré-capitalistas aquilo que ela descreve como "mudança cultural" ou "aculturação". Ela tende a ignorar que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores não é o resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao

mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela medição da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico. É assim por exemplo que, no interior da sociedade camponesa mais homogênea aparentemente à primeira vista, a análise estatística detecta diferenças nas disposições econômicas que podem ser referidas a diferenças nas condições econômicas¹: a economia monetária e o sistema das disposições a ela inerentes se desenvolvem em ritmo mais ou menos veloz nas diferentes classes sociais, segundo seu tipo de atividade e sobretudo segundo a intensidade e a duração de seus contatos anteriores com a economia monetária, e essas desigualdades de ritmo tendem a aumentar as clivagens entre os grupos². Este único exemplo é suficiente para lembrar uma verdade quase sempre ignorada pelos economistas e antropólogos: as desigualdades diante da economia "racional" e diante da "racionalidade" econômica, ou então, os ritmos desiguais (segundo os indivíduos e os grupos) da transformação das atitudes econômicas são fundamentalmente o reflexo das desigualdades econômicas e sociais.

Em consequência, a lógica da transformação das práticas toma formas diferentes segundo as situações econômicas e sociais nas quais ela se realiza. De fato, a prática econômica (que se pode sempre medir de modo abstrato em uma escala de graus de "racionalidade" econômica) abriga a referência à condição de classe: o sujeito dos atos econômicos não é o *Homo econo-*

1. Cf. P. BOURDIEU e A. SAYAD, *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*, Paris, Éditions de Minuit, 1964.

2. Se os etnólogos recorrem tão raramente ao método estatístico, não é somente porque sua formação e a tradição de sua disciplina não os encorajam a usar essa técnica pouco familiar mesmo quando ela se imporia, como acontece no estudo das mudanças culturais, mas é também porque eles pensam quase sempre na lógica do "modelo" e da "regra".

micus, mas o homem real que faz a economia. Portanto, considerando que as práticas (econômicas ou de outro tipo) de cada agente têm como raiz comum a relação que esse agente mantém objetivamente, pela mediação do *habitus* que é por sua vez o produto de um tipo determinado de condição econômica, com o futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classe, somente uma sociologia das disposições temporais consegue superar a questão tradicional que consiste em saber se a transformação das condições de existência antecede e condiciona a transformação das disposições ou o oposto, e ao mesmo tempo determinar de que maneira a condição de classe pode estruturar toda a experiência dos sujeitos sociais, a começar por sua experiência econômica, sem agir por intermédio de determinações mecânicas ou de uma tomada de consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação.

Patrimônio objetivado de uma outra civilização, herança de experiências acumuladas, técnicas de remuneração ou de comercialização, métodos de contabilidade, de cálculo, de organização, o sistema econômico importado pela colonização tem a necessidade de um "cosmos" (como diz Weber) no qual os trabalhadores se vêm jogados e cujas regras eles devem aprender para sobreviverem. Por conseguinte, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a situação é totalmente diferente, da que ocorreu nos primórdios do capitalismo a despeito de todas as eventuais analogias. Sombart escrevia que "na fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário"³. E ele próprio fornecia matizes a esta fórmula esclarecedora, mas simplificadora:

Não esqueçamos que no início do capitalismo as organizações

3. *Le Bourgeois*, tradução francesa, Payot, 1926, p. 235.

*ne. econ.
st. econ.*

capitalistas ainda não existiam senão isoladamente e que elas foram criadas em sua maioria por homens que não eram absolutamente capitalistas; que o conjunto de conhecimentos e de experiências ainda era muito pouco importante, que esses conhecimentos e experiências deviam ainda ser adquiridos, experimentados, acumulados; que no início os meios para dirigir uma empresa capitalista estavam ainda para serem criados e que o sistema contratual não podia se desenvolver senão penosamente, em relação aos progressos extremamente vagarosos da lealdade e da fidelidade à palavra dada, ao compromisso aceito. Pode-se julgar daí o grau de decisão, de livre iniciativa, de arbitrariedade mesmo, que era então exigido de cada empresário⁴.

Se a parte do livre-arbítrio e mesmo da arbitrariedade é tão grande, é que, como o indica Sombart, a formação do que ele chama de "psicologia econômica" e a constituição do sistema econômico realizaram-se paralelamente, pois que elas se achavam numa relação dialética de dependência e de prioridade recíprocas.

A especificidade da situação de dependência econômica (cujo limite é representado pela situação colonial) consiste no fato de que a organização econômica e social não é o resultado de uma evolução autônoma da sociedade que se transforma segundo sua lógica interna, mas de uma mudança exógena e acelerada, imposta pelo poderio imperialista. Por conseguinte, a parcela de livre decisão e de arbítrio deixada a critério dos actantes econômicos parece reduzir-se a nada; e poder-se-ia acreditar que, por oposição a seus homólogos dos primórdios do capitalismo, eles não têm aqui outra escolha senão adaptar-se ao sistema importado. De fato, agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma re-invenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva. Nisso eles estão mais próximos do empresá-

rio das origens do que dos agentes econômicos das sociedades capitalistas. À medida que evolui, a organização econômica tende a se impôr como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas: adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito de cálculo e de previsão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a "racionalização" é a atmosfera da qual se alimenta.

As técnicas materiais que a conduta econômica exige no sistema capitalista são inseparáveis, como foi muitas vezes demonstrado, de uma "filosofia vivida", que foi elaborada lentamente no decorrer da história e que é transmitida tanto pela primeira educação fundamental a cargo do grupo familiar como pela educação formal: "A medida que se impunha a necessidade de racionalizar a economia, observa Sombart, a descoberta de meios apropriados para satisfazer essa necessidade se tornava, para um grande número de pessoas, uma ocupação autônoma, principal ou secundária. Milhares e milhares de pessoas, desde os professores que ensinam os princípios da economia privada em nossas escolas de comércio até os incontáveis contadores, calculadores, fabricantes de todas as espécies de máquinas automáticas, empenham hoje toda a sua atividade e suas habilidades para procurar e aplicar os melhores métodos capazes de assegurar o bom andamento dos negócios. Os empregados e os operários das grandes empresas são estimulados com prêmios para contribuir com o avanço do racionalismo econômico" (*Op. cit.*, p. 417). Para mostrar até que ponto a economia tende a moldar desde a infância o *habitus* econômico, basta citar uma anedota "típico-ideal" (relatada pelos jornais de 29 de outubro de 1959): os estudantes secundários de Lowestoft (Inglaterra) tinham criado um seguro contra os castigos, cada segurado tendo direito a 4 xelins por palmada. Mas diante dos abusos, o presidente, um garoto de 13 anos, teve que prever uma cláusula suplementar segundo a qual a sociedade não era responsável pelos acidentes voluntários.

Para o homem das sociedades pré-capitalistas, esses pressupostos constituem outras tantas contribuições alheias que é mister adquirir laboriosamente: com efeito, o novo sistema de disposições não é elaborado no vazio; ele se constitui a partir das disposições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à

desagregação de suas bases econômicas e que não podem ser adaptadas às exigências da nova situação objetiva senão ao preço de uma transformação criadora. Relativamente reduzida tanto no capitalismo nascente como na sociedade capitalista avançada, a discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia é neste caso tão grande quanto possível. Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducadas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos. Mas a complexidade dos fenômenos se acha ainda redobrada pelo fato de que tanto os resíduos do modo de produção pré-capitalista como as disposições que lhes são inerentes se mantêm em circunstâncias adversas. Em consequência, tanto ao nível das estruturas econômicas quanto ao das disposições, das representações e dos valores, observa-se a mesma dualidade, como se essas sociedades não fossem contemporâneas de si próprias.

Tomar por objeto primeiro da análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob a pressão da necessidade econômica, não significa sucumbir nem ao subjetivismo psicologista que consistiria em considerar que as disposições dos sujeitos econômicos engendram a estrutura das relações objetivas, econômicas ou sociais, nem ao etnocentrismo essencialista (por vezes bastante associado ao subjetivismo) que tende a fazer do desejo de maximizar a utilidade ou a preferência ao princípio que governa toda atividade econômica. Embora não exprima uma regularidade universal da atividade econômica, a teoria da utilidade marginal ressalta um aspecto fundamental das sociedades modernas, a tendência à "racionalização" (formal) que afeta todos os aspectos da vida econômica.

O caráter próprio à época capitalista [escreve Max Weber] e – um na raiz da outra – a importância da teoria da utilidade marginal (assim como de toda a teoria do valor) para a compreensão desta época consistem em que, do mesmo modo como a história econômica de um sem-número de épocas do passado foi chamada acertadamente de "a história do não econômico", nas condições presentes da vida, a aproximação desta teoria e da vida era, é, e pelo que se pode julgar, será cada vez maior e deverá determinar o destino de camadas cada vez mais amplas da humanidade. É deste fato histórico-cultural que deriva o significado heurístico da teoria da utilidade marginal⁵.

Deste fato histórico-cultural, o devir recente da sociedade argelina é um caso particular: o *processus* de adaptação à economia capitalista, que se pode aí observar, lembra o que a simples consideração das sociedades capitalistas avançadas poderia fazer esquecer, a saber que o funcionamento de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo: porque o sistema econômico e as disposições se acham aí em harmonia relativa, vindo a "racionalização" a se estender aos poucos para a economia doméstica, corre-se o perigo de ignorar que o sistema econômico se apresenta como um campo de expectativas objetivas que não saberiam ser realizadas senão por meio de agentes dotados de um certo tipo de disposições econômicas e, mais extensivamente, temporais. Por conseguinte, se a descrição do sistema capitalista aperfeiçoado pode se ater (pelo menos em aproximação rudimentar) às propriedades objetivas, a saber por exemplo a previsibilidade e a calculabilidade, subsiste que nas sociedades em vias de desenvolvimento, a discordância entre as estruturas objetivas e as disposições é tal que a construção de uma teoria econômica adap-

5. MAX WEBER, *Die Grenznutzenlehre und das "psychophysische Grundgesetz"* – *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, p. 372, citado por OSKAR LANGE, *Economie politique*, t. I, *Problèmes généraux*, P. U. F., 1962, p. 396.

tada iria talvez supor que se renuncie, pelo menos neste caso, a efetuar a dedução dos comportamentos do sistema tal como ele é, ou pior, tal como gostaríamos que fosse.

Além do mais, a observação da confrontação dramática entre um cosmos econômico que se impõe e agentes econômicos que nada preparam para recobrar sua intenção profunda obrigam a refletir sobre as condições de existência e de funcionamento do sistema capitalista, isto é, sobre as disposições econômicas que favorece e, ao mesmo tempo, exige. Nada é mais estranho com efeito (ou indiferente) à teoria econômica do que o sujeito econômico concreto: em vez da economia ser um capítulo da antropologia, a antropologia não é senão um apêndice da economia e o *Homo economicus*, o resultado de uma maneira de dedução *a priori* que tende a encontrar confirmação na experiência, pelo menos estatisticamente, porque o sistema econômico em via de "racionalização" tem os meios para moldar os agentes de conformidade às suas exigências: dada a pergunta implícita ou explícita sobre o que deve ser o homem econômico para que a economia capitalista seja possível, tende-se a considerar as categorias da consciência econômica própria ao capitalista como outras tantas categorias universais, independentes das condições econômicas e sociais; correlativamente, se está exposto a ignorar a gênese, tanto coletiva quanto individual, das estruturas da consciência econômica.

A adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. É assim que a adaptação a uma organização econômica e social tendendo a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade exige uma disposição determinada em relação ao tempo e, mais precisamente, em relação ao futuro, sendo que a

"racionalização" da conduta econômica supõe que toda a existência se organiza em relação a um ponto de fuga ausente e imaginário. Para compreender o *processus* de adaptação à economia capitalista e, mais precisamente, para explicar suas lentações e suas dificuldades, parece ser necessário analisar, mesmo que sumariamente, a estrutura da consciência temporal que está associada à economia pré-capitalista.

1. REPRODUÇÃO SIMPLES E TEMPO CÍCLICO

É verdade que nada é mais estranho à economia pré-capitalista do que a representação do futuro como campo de possíveis que pertence ao cálculo explorar e dominar; todavia não se saberia concluir daí, como foi feito muitas vezes, que o camponês argelino seja incapaz de ter em mira um futuro longínquo, pois que a desconfiança a respeito de toda tentativa para se aposse do futuro coexiste sempre com a previsão necessária para repartir no tempo uma boa colheita, por vezes num período de vários anos. De fato, a poupança que consiste em prelevar, em vista do consumo futuro, uma parte dos bens diretos (isto é, aptos a oferecer a qualquer momento uma satisfação imediata, tais como esses bens de consumo de que se rodeia o camponês e que constituem a garantia evidente de sua segurança) supõe o alvo de um "por vir" virtualmente encerrado no presente diretamente percebido; ao contrário, a acumulação de bens indiretos que podem concorrer à produção de bens diretos sem serem fonte em si mesmos de satisfação alguma não torna sentido senão em relação a um *futuro* construído pelo cálculo.

Prever [dizia Cavaillès] não significa ver de antemão.

A pré-vidênciа (como "ver de antemão") distingue-se da previsão na medida em que ela apreende está diretamente

mente inscrito na própria situação tal como ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento: a decisão econômica não é determinada pela tomada em consideração de um alvo explicitamente assentado enquanto futuro como aquele que é estabelecido pelo cálculo dentro do quadro de um plano; a ação econômica se orienta em direção de um "por vir" diretamente assenhoreado dentro da experiência ou estabelecido por todas as experiências acumuladas que constituem a tradição.

Assim, de um modo geral, o camponês empenha suas despesas em função da renda obtida pela produção precedente e de modo algum pela renda que espera obter; além disso, em caso de colheita excedente, ele tende a tratar o trigo ou a cevada suplementares como bens diretos, preferindo acumulá-los em vista do consumo antes que semear-los e aumentar a esperança da colheita futura e assim sacrificando o futuro da produção ao futuro do consumo. Longe de serem ditadas pelo desejo perspectivo de um futuro projetado, as condutas de previdência obedecem ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados: deste modo, o que interessa à honra exige que, mesmo que não se possua romãzeiras, se guardem as sementes de romã que são colocadas no cuscuz servido para os *khammès* (rendeiros ao quinto) ou para os vizinhos quando da primeira saída dos bois para a lavoura; ou que se guarde carne salgada em vista das festas. Ainda recentemente, a dona-de-casa tinha orgulho em constituir uma reserva especial, chamada de *thiji* e constituída por tudo o que de melhor tinha sido produzido: as melhores frutas (figos, uvas passas, romãs, nozes, etc.), o óleo extraído

das melhores azeitonas, a melhor manteiga, etc.¹ Nesse campo como em outra parte, as normas éticas são, indissociavelmente, imperativos rituais e a homologia que une a fecundidade da casa e a fecundidade da terra faz da poupança, que garante a plenitude da casa (*lammara ukham*), um ritual propiciatório e um ato econômico ao mesmo tempo. Do mesmo modo, um sem-número de comportamentos que poderiam parecer como investimentos obedece a uma lógica que não é a do cálculo econômico racional: é assim que as aquisições de terras que se multiplicaram à medida que as bases econômicas da antiga sociedade se desmoronavam, com a generalização das trocas monetárias e a crise correlativa do *ethos* camponês, têm sido muitas vezes determinadas, até pouco tempo atrás, pela preocupação de evitar que a terra familiar viesse a cair nas mãos de uma família estranha. Do mesmo modo, o sentimento de honra ainda está na origem de muitas das iniciativas inovadoras que se observam, desde cerca de cinqüenta anos, no campo do equipamento agrícola e doméstico e não é raro que as competições de prestígio entre os dois "partidos" que dividem a maioria das aldeias ou, então, entre duas grandes famílias as tenham conduzido a se proverem, umas e outras, dos mesmos equipamentos, moendas para óleo, moinhos a motor, caminhões, etc., sem terem preocupação com a rentabilidade.

Numa economia agrícola onde o ciclo de produção pode ser abrangido com um único lance de olhos, sendo que os produtos se renovam geralmente no espaço de um ano, o cam-

1. A dominação da economia do mercado determina uma transposição do pró para o contra da hierarquia dos valores que é expressa nessa tradição, impondo de um lado para que se reserve para o mercado os produtos de primeira qualidade e por outro lado introduzindo hábitos de consumo bem feitos para justificar o abandono da tradição da *thiji* e a pesquisa de renda monetária (por exemplo, a introdução do café que suplantou o uso dos figos).

ponês não mais dissocia seu trabalho do produto “por vir” do qual é o “principal” que, no ano agrário, ele não distingue o tempo de trabalho do tempo de produção, período durante o qual sua atividade é praticamente suspensa. Ao contrário, pois que a duração do ciclo de produção é aí geralmente muito mais longa, a economia capitalista supõe a constituição de um futuro mediato e abstrato, devendo o cálculo racional suprir a ausência de intuição do *processus* em seu conjunto. Mas, para que tal cálculo seja possível, é preciso reduzir a variação entre o tempo de trabalho e o tempo de produção bem como a dependência correlativa em relação aos *processus* orgânicos; é preciso, em outras palavras, que se rompa a unidade orgânica que unia o presente do trabalho a seu “por vir”, unidade que não é senão a dos ciclos indivisíveis e não analisáveis de *reprodução* ou a do próprio produto, como é mostrado pela comparação de uma técnica artesanal que fabrica produtos completos e da técnica industrial fundada sobre a especialização e o desmembramento das tarefas. Compreende-se que as medidas que tendem a modificar a duração tradicional dos ciclos agrários e que exigem que se sacrifique um interesse imediatamente tangível a um interesse abstrato (como a que oferecia aos agricultores construir gratuitamente paliçadas baixas onde árvores seriam plantadas) tenham encontrado, junto aos camponeses argelinos, oposições que não têm sido levantadas (bastante parcialmente, por outro lado) senão diante do sucesso dos trabalhos empreendidos nas terras dos colonos europeus, sequiosos por se beneficiarem destas vantagens. De maneira mais geral, se os planos não suscitam muitas vezes senão a incompreensão ou o ceticismo, é que, fundados sobre o cálculo abstrato e supondo a ação da incerteza da adesão ao oferecimento familiar, eles são atingidos pela irrealidade do imaginário: como se a planificação racional estivesse à previdência costumeira como o que uma demonstração racional está a uma “mostra” por corte e dobramento, um projeto não pode

encontrar a adesão a não ser que proponha resultados concreta e imediatamente perceptíveis ou se tem a caução de uma “garantia” reconhecida e respeitada (assim como o preceptor nas aldeias cabilas).

Do mesmo modo, se os camponeses argelinos manifestaram por longo tempo uma forte desconfiança a respeito do dinheiro, é que, em relação à estrutura temporal que exige, a permuta monetária está para a troca assim como a acumulação capitalista está para a poupança.

As permutas se faziam, antigamente, em espécie conforme equivalências fixadas pela tradição: “No Tell, o nômade permutava uma medida de tâmaras contra três medidas de cevada, ou uma meia medida de trigo contra três medidas de tâmaras” (A. Bernard e N. Lacroix, *L'évolution du nomadisme en Algérie*, Argel, A. Jourdan, 1906, p. 207). Em 1939, a equivalência de permuta se estabelecia desse modo, segundo Augustin Berque: um quintal de trigo = um carneiro = vinte litros de óleo = dois quintais de uva ou de damascos = um quintal de figos = trezentos quilos de carvão = um quintal e um terço de cevada. O pagamento dos *khammès* e dos associados ou os empréstimos eram feitos em espécie, na maioria das aldeias da Cabília, até a Segunda Guerra Mundial. O trabalho de ferreiro era pago com cereais; os trabalhos de olaria ainda eram permutados, até uma época recente, contra o seu conteúdo por figos ou por trigo. Às vezes, a permuta em espécie tem se mantido reinterpretando-se em função da lógica da permuta monetária: desse modo, sendo que o trigo custa duas vezes mais caro no verão do que na época da colheita, quem pede emprestado deve devolver o dobro do trigo que recebeu. Em toda parte, ainda há cinqüenta anos atrás, os mercados motivaram trocas diretas de mercadorias antes de trocas comerciais que necessitavam o recurso ao crédito ou o uso da moeda. Esta, quando intervinha, representava especialmente o papel de aferidor das permutas: é assim que a cotação dos produtos em numerário reproduziu por longo tempo suas equivalências de permuta tal como esta era estabelecida na época em que as transações se faziam por meio de troca.

Enquanto que o objeto permutado confia diretamente à intuição, o uso que dele poderá ser feito e que nele se acha inscrito ao mesmo título que o peso, a cor e o gosto, o dinheiro,

bem indireto por excelência, não é fonte em si mesmo de satisfação alguma (como o lembra a fábula do *fellah* que morreu em pleno deserto ao lado da pele de carneiro cheia de moedas de ouro, que ele tinha acabado de descobrir); o uso futuro que ele indica é longínquo, imaginário e indeterminado. Com o dinheiro fiduciário, não mais se possuem as coisas, mas os signos de seus signos:

"um produto [diz-se] vale mais do que seu equivalente (em dinheiro)"; "adquira produtos antes de dinheiro".

Instrumento que serve não importa a quem, não importa aonde, não importa para qual operação de permuta, "que somente serve para poder servir a tudo", o dinheiro permite em primeiro lugar a previsão de um uso indeterminado e a quantificação da infinitude dos usos cuja virtualidade ele encerra, autorizando por aí uma verdadeira contabilidade das esperanças.

Se eu não souber qual a quantidade de trigo que poderei comprar com ele, saberei todavia [observa Simiand] que poderei comprar trigo no futuro; mesmo que o trigo não seja o que eu necessito, sei que poderei me alimentar, me vestir, fazer algo de útil com o ouro.

E alhures:

É esse poder de antecipação ou de representação, e mesmo de realização antecipada de um valor futuro, que é a função essencial do dinheiro, particularmente, nas sociedades progressivas².

Em segundo lugar, pelo fato que as diferentes imputações de uma soma determinada se excluem desde que se comece a realizá-las, a utilização racional de uma quantidade limitada de dinheiro supõe um cálculo que visa primeiramente determinar os usos futuros que são possíveis no limite dos meios disponíveis e, dentre eles, os que são mutuamente compatíveis, em segundo lugar, definir a escolha "razoável" com relação a uma estrutura

hierarquizada de finalidades. Totalmente ao contrário, as mercadorias permutadas na troca em bases de equivalências tradicionais comunicam imediatamente seu uso potencial e seu valor que, diversamente do dinheiro, são independentes de toda condição exterior. Também é muito mais fácil gerir "razoavelmente" reservas de bens de consumo do que distribuir durante um mês inteiro uma soma de dinheiro ou estabelecer uma hierarquia racional das necessidades e das despesas: a propensão para tudo consumir é infinitamente menor, evidentemente, do que a tendência de realizar de vez o dinheiro possuído. Os cabilas guardam o trigo ou a cevada em grandes jarras de barro furadas a diversos níveis de altura, e a boa dona-de-casa, responsável pela gestão das reservas, sabe que quando o nível do trigo está abaixo do furo central chamado de *thimit*, o umbigo, é preciso controlar o consumo: o cálculo, como se vê, é feito por si só, e a jarra é como uma ampulheta que permite perceber a cada instante o que não mais existe e o que resta. Em resumo, o uso do dinheiro exige uma conversão análoga à que opera, em outro tipo de moldura, a geometria analítica: à evidência clara, fornecida pela intuição, substitui-se a "evidência cega", resultante do manejo dos símbolos. Daí por diante, não mais se raciocina sobre os objetos que anunciam de maneira quase tangível e palpável seu uso e a satisfação que prometem, mas sobre signos que não são, em si mesmos, fonte de fruição alguma. Entre o sujeito econômico e as mercadorias ou os serviços que ele espera receber, interpõe-se a cortina do dinheiro. Por conseguinte, agentes econômicos formados com outra lógica econômica devem fazer às suas custas a aprendizagem da utilização racional do dinheiro como mediação universal das relações econômicas: a tentação é grande com o efeito de converter o salário que acabou de ser recebido em bens reais, alimentos, roupa branca, mobília, e não era raro, cerca de cinqüenta anos atrás, ver operários agrícolas gastarem em poucos dias o rendimento de um mês de trabalho;

². F. SIMIAND, "La monnaie, réalité sociale", *Annales sociologiques*, série O, 1934, pp. 81 e 80.

mais recentemente, pôde-se observar práticas análogas quando, entre os nômades do Sul, os pastores, até aquele momento pagos em espécie, começaram a receber um salário em dinheiro.

Sabe-se também que a inaptidão dos rurais para manejar o dinheiro e sua inadaptação às regras jurídicas muito contribuíram para acelerar o movimento de despojo das terras. Deste modo, depois de ter condenado a política que conduzia a espoliar os argelinos de seus trajetos, Violette observava: "Abusa-se realmente das expropriações (...). Em todo o caso, ainda é preciso que, quando houver expropriação, o prejuízo seja compensado com eqüidade e especialmente que haja para a administração a obrigatoriedade de realocar os expropriados e especialmente os indígenas deveriam ser respeitados (...). A indenização em dinheiro não tem sentido para o *fellah*. Ele gastará imediatamente esse dinheiro, não poderá capitalizá-lo e nem utilizar a parca renda que poderia lhe ser assegurada por uma operação de aplicação" (M. Violette, *L'Algérie vivra-t-elle? Notes d'un ancien gouverneur général*, Paris, Alcan, 1931, pp. 83-91). Ao se tornar detentores de um título de propriedade autêntica e facilmente alienável após as rupturas de indivisão favorecidas pelas leis de 26 de julho de 1873 e de 23 de abril de 1897, um sem-número de pequenos proprietários accossados pela miséria foi tentado pelo atrativo do dinheiro e eles venderam suas terras; pouco familiarizados com o uso do dinheiro, bem depressa dissiparam seu pequeno capital e se acharam obrigados a arrendar-se como operários agrícolas ou então a fugir em direção da cidade.

De todas as instituições e técnicas econômicas introduzidas pela colonização, a mais estranha à lógica da economia pré-capitalista é sem dúvida nenhuma o crédito que supõe a referência a um futuro abstrato, definido por um contrato escrito e garantido por todo um sistema de sanções e que, com a noção do interesse, recorre ao valor responsável do tempo.

Sem dúvida a usura, cujos juros alcançavam em média de 50 a 60% antes de 1830 e de 25 a 30% em 1867 (A. Hanoteau, *Poésies populaires de la Kabylie*, Paris, Impr. Impériale, 1867, p. 193, nº 1), inscrevia-se normalmente numa estrutura econômica que, mesmo que

desse o mínimo possível de espaço à circulação monetária, não deixava de estar isenta de crises tanto quanto a precariedade das técnicas disponíveis, não permitindo dominar as aleatoriedades do clima. Mas este crédito de urgência, imposto pela necessidade e destinado exclusivamente ao consumo, nada tinha em comum com o crédito destinado ao investimento: recorre-se ao usurário somente quando se tiverem esgotado todos os recursos do auxílio mútuo familiar e aquele que, tendo os meios de ajudá-lo, entrega um irmão ou um primo ao usurário, está desonrado. A interdição do empréstimo por interesse nada mais é que o reverso do imperativo de solidariedade e as regras comunitárias, por vezes codificadas dentro do costume, impunham que se desse assistência aos doentes, às viúvas, aos órfãos e aos pobres e que se ajudasse as vítimas de uma calamidade (por exemplo, quando um animal ferido devia ser abatido, a comunidade indenizava o proprietário e a carne era repartida entre as famílias).

Enquanto que o crédito se preocupa em garantir sua própria segurança assegurando a solvibilidade do devedor, as convenções da via amigável (as únicas que a moral da honra reconhece) não conhecem outro senão o da boa fé, sendo as garantias sobre o futuro fornecidas não pela riqueza mas por aquele que dela dispõe. Aquele que vai pedir o empréstimo se dirige à casa de um parente ou de um amigo: "sei que tens tal soma e não precisas dela; podes considerá-la como se estivesse ainda em tua casa". Não é fixado um vencimento exato ("até o verão", ou "até a colheita"). Pelo fato que só se contrata entre pessoas conhecidas, parentes, amigos ou aliados, o futuro da associação se acha assegurado, no presente mesmo, não somente pela experiência que cada um tem do outro, considerado fiel a seus compromissos, mas também e especialmente pela relação que une os parceiros e que sobreviverá à sua transação, garantindo o futuro da troca com segurança maior do que todas as codificações explícitas e formais de que o crédito deve armazear porque ele supõe a impersonalidade total da relação entre os contratantes. Nada se opõe mais radicalmente ao au-

xílio mútuo, que sempre associa indivíduos unidos por laços de consangüinidade real ou fictícia, do que a cooperação que mobiliza indivíduos selecionados em função das finalidades calculadas de uma empresa específica: num dos casos, o grupo preexiste e sobrevive à realização em comum de uma obra comum; no outro caso, encontrando sua razão de ser fora de si próprio, no objetivo futuro definido pelo contrato, ele cessa de existir ao mesmo tempo do contrato que o funda. Isto é, contra todas as ilusões populistas, que as tradições de auxílio mútuo agnátko estão longe de preparar os camponeses a adaptar-se a organizações cooperativas ou coletivistas e que os operários agrícolas das zonas de grande colonização, desapossados de suas terras e de suas tradições, estão mais disponíveis para um tal tipo de estrutura do que os pequenos proprietários das regiões relativamente poupadadas.

O que distingue o futuro, lugar dos possíveis abstratos de um sujeito intercambiável, do futuro prático, o possível da *potencialidade objetiva*, não é, como é muitas vezes suposto, a maior ou menor distância em relação ao presente, pois que este pode empenhar como quase presentes as potencialidades mais ou menos afastadas no tempo objetivo que lhe estão ligadas na unidade imediata de uma prática ou de um ciclo natural. A consciência popular vive e age essa distinção sem explicitá-la, senão sob a forma de ironia sobre si próprio. "Aonde vais?", perguntaram um dia a Djeha, personagem imaginário no qual os cabilas gostam de se identificar. "Vou ao mercado". "Como! e não dizes se aprouver a Deus?" Djeha segue adiante, mas, chegando na floresta, é moído de pancadas e despojado pelos salteadores. "Aonde vais, Djeha?", perguntaram-lhe novamente. "Volto para casa... se aprouver a Deus."

Essa locução indica que se passa para outro mundo, regido por uma lógica diferente, o mundo irreal do futuro e dos possíveis³.

Talvez seja preciso ver aí uma das raízes das interdições que se referem a todas as formas de recenseamento: não se devem contar os homens presentes a uma assembleia, não se devem medir os grãos reservados para a sementeira, não se conta o número de ovos da ninhada, mas conta-se o número de pintinhos que nascem. Contar os ovos da ninhada ou medir os grãos reservados para semente, seria presumir o futuro e, com isso, comprometê-lo, "fechá-lo" ou "interrompê-lo". O fellah só mede sua colheita com extremas precauções, "a fim de não contar a generosidade de Deus". Em certas regiões, é proibido pronunciar um nome de número sobre a eira de malhar. Em outros lugares, recorre-se a números eufemísticos. Sabe-se também que medidas administrativas tais como as operações de recenseamento destinadas ao estabelecimento de um estado civil exato encontraram no início vivas resistências. Lê-se num poema de Qaddour ben Klifa reportado por J. Desparmet (in "Les réactions nationalitaires en Algérie", *Bulletin de la Société de géographie d'Alger*, 1933; veja-se também "La turcophilie en Algérie", *loc. cit.*, 1916, p. 20): "Todos os bens têm sido pesados na balança. Quantos hectares têm sido medidos, marcados metro por

3. Conta-se a história desse velho cabila que, tendo alcançado pela primeira vez o topo do desfiladeiro que limitava o horizonte de sua aldeia, exclamou: "Oh Deus! como teu mundo é grande!" Além do horizonte do presente começa o mundo imaginário que não pode ser ligado ao universo da experiência e onde reina, realmente, uma lógica totalmente diferente. O que pode parecer absurdo ou impossível se o situarmos no campo da experiência pode acontecer em outros lugares afastados no espaço ou no tempo: assim é que acontece com os milagres dos santos, de Sidi Yahia que fez com que um boi degolado se levantasse, de Sidi Kali que se metamorfoseou em leão, de Sidi Mouhoub que dividiu em dois uma fonte a fim de apaziguar uma contenda entre clãs inimigos, de Sidi Moussa que fez jorrar óleo de um pilar. Os mesmos critérios não têm curso, se se tratar de um acontecimento que se produziu dentro do horizonte familiar ou dentro de um fato acontecido no país das lendas que começa nas próprias fronteiras do mundo cotidiano. No primeiro caso, não há outra garantia a não ser a experiência perceptiva ou, na falta disso, a autoridade de uma pessoa conhecida e digna de fé. No outro caso, em se tratando de um universo onde essencialmente tudo é possível, as exigências críticas são muito menores, e admitem-se todas as afirmações veiculadas pela opinião comum.

metro! Cada ano somos enumerados no registro de recenseamento! Deste modo inscreveram todos os seres vivos, homens e mulheres!" Esta mesma recusa do espírito de exatidão e de cálculo inspirava os apelidos atribuídos nessas poesias aos franceses: "a raça industrial", "a raça dos filósofos" (dos sábios), "o povo da assinatura e do sinete" (J. Desparmet, "L'oeuvre de la France jugée par les indigènes", *loc. cit.*, 1910).

Azka d'azga, "amanhã, é a sepultura": o futuro é um nada e seria vão tentar agarrar um nada que não nos pertence. Daquele que se aflige demasiadamente pelo futuro, esquecendo que o futuro foge das influências, diz-se que "ele quer se tornar o associado de Deus" e, para chamá-lo a ter maior senso de medida, lança-se-lhe:

Não faças caso do que te for estranho.

ou ainda:

O dinheiro fora da bolsa, não vejas nele capital algum.

A fábula de Djeha basta para pôr em guarda contra o etnocentrismo que leva tantos etnólogos a estabelecer uma diferença de natureza entre o sistema das disposições a respeito do tempo que admite a economia pré-capitalista e o que exige e origina a economia monetária: a experiência temporal que favorece a economia pré-capitalista é uma das modalidades que pode revestir toda experiência da temporalidade, aí compreendida como aquela dos agentes econômicos os mais "racionais" das sociedades que os etnólogos produzem; ela deve unicamente sua especificidade ao fato que, longe de propor-se como uma possibilidade entre outras, ela é imposta como sendo a única possível por uma economia incapaz de assegurar as condições de possibilidade da posição do possível e, o que vem a dar na mesma, por um *ethos* que não é senão a interiorização do sistema das possibilidades e das impossibilidades objetivamente inscritas em condições materiais de existência dominadas pela

insegurança e pela álea: tudo acontece como se, ao desencorajar expressamente todas as disposições que a economia capitalista exige e favorece, espírito de empreendimento, preocupação da produtividade e do rendimento, espírito de cálculo, etc., e ao denunciar o espírito de previsão como uma ambição diabólica, em nome da idéia que "o futuro é a parte de Deus", ficava-se satisfeito, tanto aqui como alhures, de "fazer de necessidade virtude" e de ajustar as esperanças às probabilidades objetivas.

Se as práticas econômicas do camponês argelino não podem ser compreendidas senão em relação às categorias de sua consciência temporal, permanece o fato de estarem estritamente ligadas, pela mediação do *ethos*, às bases econômicas da sociedade. A finalidade da atividade técnica e ritual é de afirmar o que Marx chamava de reprodução simples, isto é, inseparavelmente da produção dos bens que permitem ao grupo de subsistir e de se reproduzir biologicamente, e a reprodução dos vínculos, dos valores e das crenças que fazem a coesão do grupo. A interdependência da economia e do *ethos* é tão profunda que toda atitude em relação ao tempo, ao cálculo e à previsão se acha como que inscrita na maneira de apropriação do solo, a saber a indivisão. Foi muitas vezes observado que ao impedir o cálculo da parte respectiva de cada membro do grupo (ou de cada casal) no consumo e, com maior razão, na produção, essa instituição visa interdizer a novação individual e suprimir o espírito de empreendimento⁴. No domínio do consumo, permite reduzir o cálculo à sua expressão mais simples, isto é, a um racionamento assaz elástico, sem que nunca seja medida a relação entre os recursos e o número dos indivíduos.

4. Não é ignorado o caráter etnocêntrico de tal aspecto. Para uma análise das diferentes funções da indivisão no sistema econômico da Argélia pré-colonial, veja-se P. BOURDIEU, *Sociologie de l'Algérie*, Paris, P. U. F., 1960, p. 66.

Resulta disso, entre outras consequências, que as tendências natalícias podem realizar-se sem entraves⁵. Mas, reciprocamente, a indivisão só pode se manter se (e somente se) ninguém pensar efetuar uma contabilidade sistemática das partes individuais na produção e no consumo. E, de fato, a generalização das trocas monetárias e do espírito de cálculo coincidiu em toda a parte com a multiplicação das rupturas de indivisão; com efeito, tornando possível a mensurabilidade e a comensurabilidade da energia despendida, do produto do trabalho e dos recursos consumidos, o dinheiro encoraja a calcular a parte respectiva de cada casal dentro da economia do grupo. Em resumo, a indivisão interdiz de fato o cálculo e, reciprocamente, a interdição do cálculo é a condição da permanência da propriedade indivisa e da comunidade que ela funda — família ou clã.

Coisa notável, o *ethos* se prolonga sem solução de continuidade na ética: os preceitos da moral da honra que denunciam o espírito de cálculo e todas suas manifestações, tais como a avidez e a precipitação, que condenam a tirania do relojo, “moinho do diabo”, podem se manifestar como outras tantas explicitações parciais e veladas da “intenção” objetiva da economia. Com efeito, sendo as trocas reduzidas ao mínimo, não podem se tornar o centro de perspectiva em relação ao qual a produção e o consumo iriam se organizar; cada unidade de produção visando viver em autarcia, a maioria das transações se efetua entre familiares e não se saberia como introduzir nisso

5. Seria conveniente estudar sistematicamente a influência diferencial que os diversos costumes sucessoriais e as maneiras de apropriação do solo que lhe são solidárias (direito de primogenitura, propriedade reservada a um só, partilha em partes iguais, efetiva ou virtual, como na Argélia, do fato da indivisão) exerceram ou exercem sobre a natalidade, o espírito de empreendimento, a emigração para as cidades, etc. (cf. H. J. HABAKKUK, Family Structure and Economic Change in Nineteenth Century Europe, *The Journal of Economic History*, Londres, XV, 1955).

o cálculo sem absurdade; o produtor, consumidor ao mesmo tempo, não avalia sua produção consumida em termos de esforço ou de tempo despendido. O desperdício de tempo — que só aparece como tal em relação a princípios estranhos, tal como o princípio do maior rendimento — e o desperdício de meios são talvez a condição de sobrevivência de sociedades que — se elas tivessem valor — desistiriam.

Por certo o cálculo é necessariamente implicado em toda transação eqüitativa. Seja dado um caso de associação freqüentemente praticada para o gado. O proprietário (muitas vezes uma mulher que empregou desse modo o seu pecúlio) entrega os animais em confiança, algumas cabras por exemplo, a uma outra pessoa que se compromete nutri-las e cuidá-las. Avalia-se os animais e faz-se o acordo de aquinhar seu produto. Cada semana a pessoa que está cuidando dos animais envia uma caixa de leite por intermédio de uma criança (para a qual, em recompensa, dá-se frutas, óleo, ovos ou açúcar). Depois de três anos, a pessoa que cuidava dos animais os devolve ao proprietário, quando então é feita a partilha dos produtos; as duas partes sustentam em termos de paridade a diminuição do capital inicial, devido ao envelhecimento, seja fornecendo uma compensação em espécie, seja devolvendo somente a metade do rebanho e uma soma correspondente à metade do seu valor no início do contrato. Pode-se ver que, apesar de semelhante acordo ser possível somente entre pessoas conhecidas, entre amigos, apesar de ser esta a ocasião de efetuar trocas rituais totalmente estranhas ao espírito de cálculo, ela nunca foge ao mais rigoroso cálculo.

Mas o cálculo está a serviço do sentimento da eqüidade e opõe-se absolutamente ao *espírito de cálculo* que, fundamentando-se na avaliação quantitativa do lucro, anula as aproximações arriscadas e desinteressadas (pelo menos na aparência) de

uma moral da generosidade e da honra. Não pode ser admitido a não ser que ele seja subordinado ao sentimento de eqüidade que deita suas raízes no igualitarismo minucioso do ponto de honra antes que numá consciência tradicional e abstrata da igualdade. Da mesma forma, se a inovação é sempre suspeita — e não somente enquanto desmentido infringido a tradição —, é porque se está sempre propenso a ver nisto a expressão de uma vontade de distinguir-se, de singularizar-se, maneira de desafiar e de esmagar os outros. O imperativo da conformidade se deixa pois fazer compreender na lógica da honra: singularizar-se, especialmente por uma novação gratuita e ostentatória, significa lançar um desafio ao grupo, e a seu ponto de honra; a conduta ostentatória (ou concebida como tal), à maneira de uma dádiva que exclui toda e qualquer contradádiva, coloca o grupo em estado de inferioridade e só pode ser ressentida como uma afronta, sentindo-se cada um atingido em sua própria auto-estima.

A aquisição da riqueza nunca é explicitamente reconhecida como o fim da atividade econômica. A resistência à acumulação e à diferenciação correlativa é uma maneira de salvaguardar as bases econômicas da ordem social: com efeito, numa economia estacionária onde a quantidade de bens possuídos (isto é, principalmente, a terra) é constante, o enriquecimento de um supõe o empobrecimento do outro. E a ética não faz senão registrar, uma vez mais, as necessidades imanentes à economia.

"O generoso, dizem, é amigo de Deus". Deus dá a riqueza a quem quer, mas aquele que a recebe deve mostrar-se digno dela dando provas de generosidade, dela se servindo para aliviar a miséria dos outros, sem o que ela lhe será negada. "Oh meu Deus, diz-se ainda, dai-me a fim de que eu possa dar". "Oh meu Deus, se não deres para mim, dai para meu irmão". Aquele que souber unir a riqueza, a generosidade e a sobriedade (*aquâ*) será o mais feliz dos homens, pois que o mundo e o além lhe-

pertencem. A riqueza implica deveres. A riqueza que não é acompanhada pela generosidade é desprezada.

Nunca ausente, o cálculo nunca é confessado: certas tarefas, tais como a ceifa, a colheita das azeitonas, a capina e a arrenda eram realizadas na Cabília pelo subclã, pelo clã e por vezes pela aldeia inteira; e o mesmo acontecia pelo transporte das pedras e das vigas para a construção de uma nova casa. Depois de efetuados os ritos iniciais, os depósitos de objetos, os sacrifícios que marcavam o início e o fim dos trabalhos e que eram executados pelo chefe de família, depois de ungidos os materiais com o sangue da vítima, os trabalhos se concluíam com um banquete em comum no qual o animal sacrificado era comido: terminado o banquete, as mulheres cantavam em coros alternados enquanto as moças dançavam. O trabalho comum eram festa e rito coletivos por meio dos quais a solidariedade familiar era reafirmada pública e solenemente. Mas as consequências econômicas da festa eram pesadas: um único repasto podia devorar as provisões laboriosamente acumuladas. Em princípio, todos os habitantes da aldeia que tinham colaborado na construção deviam participar dele. De fato, conforme o lugar, convidava-se somente os notáveis ou um homem de cada família ou os membros do mesmo clã ou do mesmo subclã⁶. Deste modo, tinha-se recorrido ao cálculo para resolver o problema colocado pelo cálculo; mas não se podia senão aprovar um cálculo que tendia a perpetuar tradições incompatíveis com o espírito do cálculo.

A generalização das trocas monetárias prevaleceu em muitas destas tradições. Quando da construção das casas, os trabalhos de alvenaria e de madeiramento eram confiados a especialistas que recebiam uma compensação em espécie ou em dinhei-

6. R. MAUNIER, *Mélanges de sociologie nord-africaine*, Paris, Alcan, 1930, pp. 171-172.

ro: a refeição nunca era contada na estimativa do salário; admitia-se que se pudesse renunciar ao salário mas nunca à refeição. Numa aldeia da região de Sidi-Aich, um pedreiro estimado que tinha aprendido seu ofício na França foi chamado por volta de 1955 para construir uma casa; voltou para sua casa sem ter tomado a refeição, e pediu uma indenização de 200 francos. Imediatamente foi-lhe pago o dia (1.000 francos), aumentado da importância de 200 francos, e o camarada foi instado a não mais voltar. O caso ficou conhecido, e desde então não mais se teve confiança em lhe confiar qualquer trabalho que seja. Essa anedota encerra o essencial da discussão entre o cálculo, inevitável, e o espírito de cálculo, condenável. Ela põe em evidência, em primeiro lugar, que se estabelece uma divisão bem distinta entre o pagamento em espécie ou em dinheiro, compensação do trabalho fornecido (que pode ser percebido como salário); e a refeição, ato simbólico que não poderia ser reduzido sem escândalo para sua dimensão estritamente econômica. A refeição é um ato de permuta que sela uma aliança, que cria uma relação análoga à parentela entre os estranhos ("Ponho entre nós o alimento e o sal"). O *thiwizi* (trabalho coletivo) não é concebido sem o repasto final. Do mesmo modo, somente congrega pessoas do mesmo clã ou do mesmo subclã. Pode-se muito bem compreender que o pedreiro tenha provocado a reprovação unânime: sua conduta não faz senão realizar com toda lógica a intenção calculadora que era expressa de maneira velada através dos artifícios usados para moderar as despesas; mas, indo até as derradeiras consequências, ao pedir a conversão do repasto em dinheiro, faz com que aquilo que a conduta aprovada se engenhava em esconder apareça em plena luz. A regra do jogo não é pois que a convertibilidade e a calculabilidade objetivas nunca possam ser mostradas como tais?

Há trocas em que o cálculo se trai no mais alto grau, por exemplo a *charka* do boi, contrato esse que acontece especial-

mente entre pessoas de aldeias diferentes, e por meio do qual o proprietário de um boi confia o animal a um camponês por demais pobre para que possa comprá-lo contra um certo número de medidas de cevada ou de trigo. Poder-se-ia crer que nesse caso, o boi é tratado à maneira de um capital (*ras elmal*, literalmente: "a cabeça do bem") destinado a produzir um proveito. De fato, a deslocação nunca é tão manifesta entre a verdade objetiva da prática econômica e a experiência que dela fazem os agentes. O economista pode ver nesta troca um simples empréstimo, onde o indivíduo A confia um boi que pode proporcionar um interesse de algumas medidas de trigo. A descrição dada a isso pelos cabilas é muito diferente: o indivíduo A dá a força de trabalho do boi, mas a eqüidade é satisfeita pois que o indivíduo B alimenta o boi, o que o indivíduo A não poderia ter feito, de qualquer maneira. As medidas de trigo, então, outra coisa não são senão uma compensação da desvalorização do boi, causada pelo seu envelhecimento. Vê-se daí que o boi nunca é percebido nem tratado como capital (é frequente que a pessoa que o tem emprestado de seu dono, que faz questão de esconder sua falta absoluta de tudo que é necessário, vá querer que se acredite que o boi lhe pertence, e que leve durante a noite as medidas de trigo previstas pelo contrato; e que o proprietário se preste ao jogo por achar mais conveniente manter escondida uma transação que encerra a potencialidade da exploração). Quando o cálculo interessado é abertamente revelado, a reprovação é sem rodeios: é o caso de um certo tipo de *rahnia* (anticrese), contrato pelo qual quem pede o empréstimo cede a quem faz o empréstimo o usufruto de uma terra até a data do reembolso. Todavia, nem sempre as coisas são tão categóricas e há lugar para toda uma casuística. Não se poderia censurar, pelo contrário, aquele que empresta dinheiro a um parente em apuros em troca de uma terra cultivada como garantia (a soma emprestada pode não ter relação alguma com o valor da terra; pode ser superior

ou inferior, segundo as necessidades de quem pede o empréstimo. Não são feitos cálculos, pois; nem, também, se fixam prazos para a tomada de posse eventual da terra). "Tu me salvaste da venda", costuma-se dizer. Evitar que a terra venha cair nas mãos de uma família estranha é um dever; e aliás, não sendo nunca a terra realmente considerada como um capital, admite-se implicitamente que o produto dela venha a ser arrecadado em favor daquele que trabalha.

Deste modo, com o risco de sempre permanecer na ambigüidade e no equívoco, joga-se ao mesmo tempo nos registros do interesse que não se confessa e da honra que se proclama. A troca generosa não pode ser outra coisa senão a ostentação na sucessão temporal dos diferentes momentos de uma transação que o contrato racional estreita no mesmo instante? Se a dádiva pode parecer para o observador como momento obrigatório de uma série contínua de dádivas e de contradádivas, enquanto vivido como ato desinteressado e deliberado, é exatamente graças ao intervalo de tempo interposto. Não consiste a pior ofensa em devolver imediatamente a dádiva recebida ou em devolver um objeto idêntico? Estando a contradádiva diferida, cada ato de dádiva pode ser tomado como um início absoluto e não como continuação imposta de uma troca já iniciada. Tudo se passa como se a troca generosa visasse permitir que os atores da transação não a tenham que divisar como tal, não tenham que reconhecer perante si próprios e perante os outros a existência do *modelo* segundo o qual eles agem objetivamente. A troca de dádivas é uma troca na e pela qual as pessoas se esforçam por encobrir a verdade da troca, isto é, o cálculo como garantia da eqüidade da troca. Se a "reciprocidade da troca de dádivas" é a verdade da troca de dádivas, a troca de dádivas é uma reciprocidade de troca de dádivas que não pode

se reconhecer como tal⁷. Do mesmo modo isto é a forma por exceléncia da troca numa sociedade que, segundo a afirmação de Lukács, nega "o verdadeiro solo de sua vida" e que, não se resignando a conferir às realidades econômicas seu sentido própria e puramente econômico, tem uma *economia em si* e não para si. Acentuando sistematicamente o significado simbólico dos atos ou das relações de produção, recusa-se colocar a economia como tal, isto é, como sistema regido por leis originais, e reconhecer explicitamente as finalidades econômicas em relação às quais a ação econômica é objetivamente orientada, as do cálculo interessado, as da concorrência, as da competição ou as da exploração.

A mesma *denegação* é observada na produção. O campônés não se ergue como poder eficaz face a um mundo estranho: muito próximo a uma natureza fracamente ordenada e pouco marcada pela ação do homem, ele só pode experimentar submissão diante dos poderios que ele não pensa disciplinar. Deveremos nos surpreender que ele não considere sua ação como *trabalho* no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagrada difundida

7. Essa análise tende a ultrapassar a oposição que pode se estabelecer entre uma "fenomenologia verbosa" cativa das ideologias nascidas da experiência vivida e a antropologia estrutural, apta a reconstruir o modelo segundo o qual se efetua tal experiência mas que não poderia ser apreendida dentro da experiência sem afetações. "É a troca que constitui o fenômeno primitivo e não as operações discretas nas quais se decompõe a vida social" (LÉVI-STRAUSS, "Introduction à l'oeuvre de Mauss", *Sociologie et anthropologie*, pp. XXXVIII, XXXIX e p. XLVI). Cabe à etnologia reconstituir a totalidade a partir da qual a unidade da experiência subjetiva se deixa descobrir, apreensão mutilada do sistema social, e da estrutura objetiva que a reflexão sábia constrói ou descobre. Semente, com efeito, a existência de uma discordância essencial entre a certeza subjetiva e a verdade objetiva explica que a dádiva possa ser descrita como momento de uma série indefinida de prestações e de contraprestações e, ao mesmo tempo, ser vivido como ato deliberado e desinteressado.

e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios? O camponês, propriamente falando, não trabalha, fadiga-se. "Dá à terra (o teu suor), ela dar-te-á", diz o provérbio. Pode-se deduzir daí que a natureza, obedecendo à lógica da troca de dádivas, não concede seus favores senão àqueles que lhe dão sua fadiga como tributo. Porém, mais profundamente, a ação técnica poderia ser uma forma de um ritual de revivificação⁸. É, com efeito, a aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês que faz surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola. Realizando-se dentro de um ciclo cósmico que elas medem, as tarefas agrícolas, lavoura ou colheita, impõem-se com o rigor arbitrário dos deveres tradicionais, ao mesmo título que os ritos que lhes são inseparáveis. Nunca tratada como material vulgar ou como matéria-prima que dever-se-ia explorar, a terra é objeto de um respeito misto de temor (*elhiba*). Ela saberá, diz-se, "exigir contas" e pedir reparação pelos maus tratos que o camponês azafamado (*el ah'maq*) ou desajeitado lhe inflige. A verdade das práticas agrárias e do *ethos* que as ocupa encontra uma expressão simbólica no sistema ritual cuja análise estrutural permite retomar a intenção oculta. Deixada a si mesma, a natureza se dirige para a esquerda, para o baldio e para a esterilidade. À maneira da mulher física e moralmente defeituosa e maligna, ela deve ser submetida à ação benéfica e fecundante do homem. Posto que necessária, inevitável, essa intervenção do camponês e de suas técnicas é criminal porque é violação e violência. Tudo se passa como se os ritos, e particularmente os que marcam

8. Os antigos descrevem o abandono das tradições agrícolas como escândalo, profanação e sacrilégio. Por exemplo, deixar para os moços, coisa sempre mais frequente, o cuidado de "rasgar a terra e de esconder nela a riqueza do ano novo" é coisa injuriosa. "A terra não dá mais porque não se lhe dá nada. Zomba-se francamente da terra, e é justo que em troca ela nos pague do mesmo modo com mentiras".

os pontos críticos da relação entre o homem e a terra, entre lavouras e colheitas, estivessem habitados pela intenção de resolver a contradição que se encontra no âmago da agricultura, obrigada a forçar a terra para arrancar-lhe suas riquezas⁹.

O trabalho não é nem uma finalidade em si nem uma virtude por si. O que está valorizado, não é a ação orientada em direção de um fim econômico, é a atividade em si, independentemente de sua função econômica e somente à condição que ela tenha uma função social. O homem que se respeita deve estar sempre ocupado com alguma coisa. Se ele não encontrar nada para fazer, "que ele entalhe pelo menos a sua própria colher". "O pastor ocioso, diz-se ainda, que entalhe seu cajado". O preguiçoso não realiza a função que lhe cabe no seio do grupo: por isso, ele se coloca à margem e se expõe a ser rejeitado. Permanecer ocioso, especialmente para quem pertence a uma grande família, significa atraiçoejar próprios empenhos com relação ao grupo, significa esquivar-se aos deveres, às tarefas e aos encargos que são inseparáveis ao fato de pertencer ao grupo. Do mesmo modo deve-se apressar-se por exemplo a recolocar no ciclo dos trabalhos e no circuito das permutas de serviços aquele que permaneceu longe da atividade agrícola durante um certo período de tempo, o emigrado ou o convalescente. Diz-se aos adolescentes de famílias pobres, aos filhos das viúvas:

Ide vos arrendar (*charkath*), tornar-vos-ei homens segurando o arado e cavando a terra.

No direito de exigir de cada um que se ocupe com alguma coisa, por improdutiva que seja, o grupo é obrigado a assegurar a todos uma ocupação, mesmo que seja puramente simbólica. O cultivador que oferece uma oportunidade de trabalhar em suas

9. Sobre esse ponto, veja-se P. BOURDIEU, "Le sens pratique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1976, nº 1, pp. 43-86.

terras àqueles que não têm terras para lavrar, arado para segurar, árvores para podar, filho de *khammès*, de obreiro agrícola ou de viúva, recebe a aprovação de todos pois que ele assegura a esses indivíduos marginais a possibilidade de se integrar no grupo, em resumo, de se tornarem homens aperfeiçoados.

Dentro de tal contexto, o que se manifesta como simples ocupação quando se fizer implicitamente referência à concepção ocidental de trabalho como atividade produtiva não era e não podia ser concebido como tal. Assim sendo, o chefe de família era naturalmente o mais idoso, porque seu trabalho, a seus olhos assim como aos olhos do grupo, identificava-se com a função mesmo de chefe de família, responsável por cada um e por todos, incumbido de regular e organizar os trabalhos, as despesas e as relações sociais. A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, como a distinção entre trabalho que dá um rendimento regular e trabalho que não dá rendimento, estava relegada para um segundo plano, estabelecendo-se a oposição fundamental entre o ocioso (ou o preguiçoso) que falta para com o seu dever social e o trabalhador que preenche sua função social, qualquer que possa ser o produto de seu esforço. O verdadeiro camponês era reconhecido pelo fato de se aplicar em todos os seus momentos de folga a esses pequenos trabalhos que eram como a arte pela arte da arte de viver camponesmente, a vedação dos campos, a poda das árvores, a proteção dos novos rebentos, ou “visita” (*asaf qad̄h*) e fiscalização dos campos; porque, na ausência da preocupação da rentabilidade e do rendimento, na ausência da obsessão da produtividade, o esforço era em si mesmo sua própria medida e ao mesmo tempo seu próprio fim.

Por falta de discernir claramente o trabalho como atividade de ganho e o trabalho como função social, está-se exposto a mal compreender a lógica das economias pré-capitalistas. O próprio Max Weber dava ocasião ao mal-entendido pelo uso que ele fazia do conceito equívoco

de *beruf*. Com efeito, poder-se-á, segundo o ponto de vista adotado, considerar que o capitalismo burguês, como a ética protestante, faz do trabalho uma finalidade em si, não sendo a atividade simples meio econômico, enquanto atividade de lucro, mas finalidade moral, enquanto dever imposto pela ética, ou então, ao oposto, que a finalidade última da existência não é, para o capitalista, o trabalho como finalidade em si, mas o trabalho como “meio de ganhar sempre mais dinheiro”, o imperativo fundamental sendo “o dever para o indivíduo aumentar seu capital”. É este último aspecto que o próprio Max Weber acentua nos textos que ele consagra ao espírito tradicionalista: “O reino universal da ausência absoluta dos escrúpulos no perseguição dos interesses egoístas pela aquisição do dinheiro constitui um dos caracteres específicos destas regiões precisamente onde o desenvolvimento do capitalismo burguês medido segundo critérios ocidentais permaneceu detido. Todavia, não há empregador que não saiba que a falta de consciência profissional dos trabalhadores desses países, por exemplo da Itália em comparação à Alemanha, foi e ainda permanece, numa certa medida, um dos principais obstáculos para seu desenvolvimento capitalista” (*L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, capítulo II). O que está em questão, portanto, é uma moral do trabalho considerado como atividade de lucro. Em outro ponto, Max Weber observa justamente que aquilo que distingue as sociedades “tradicionais” é que o desejo do lucro máximo não constitui aí, por si, uma incitação ao trabalho. Mas, é preciso não esquecer esse fato, o trabalho como função social faz parte dos deveres tradicionais.

Por pouco eficaz que ela seja, a ação do camponês transforma a natureza fazendo-lhe violência: mas ela não pode se manifestar como tal. Uma tal confissão para consigo mesmo supõe uma conversão da relação entre o homem e o mundo: convencido de que não dispõe de meio algum para agir eficazmente sobre seu próprio futuro e sobre o futuro de sua produção, o camponês não se sente responsável senão pelo ato, não pelo sucesso ou pelo prejuízo, que dependem dos poderes naturais ou sobrenaturais. O trabalho enquanto tal se manifesta quando (e somente quando) a entrega de si próprio, indissociável do sentimento da dependência, dá lugar à agressão confessada contra uma natureza desembaraçada dos encantamentos da

magia, e reduzida à sua única dimensão econômica. Desde então, a atividade agrícola deixa de ser um tributo pago a uma ordem necessária; ela é trabalho, isto é, ação orientada em direção de outra ordem possível que não pode sobrevir pela transformação do dado atual. Enquanto a distinção entre a função social e a função propriamente econômica do esforço permanece ignorada, a atividade não pode se orientar explicitamente em direção de uma finalidade exclusivamente econômica. Ora, a organização deliberada e sistemática de todos os meios econômicos em função de uma finalidade comum, o proveito monetário, é a condição da aparição de uma ordem econômica dominada pela necessidade de obter um lucro em dinheiro, necessidade propriamente econômica e independente dos imperativos éticos.

O desencantamento do mundo, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, coincide com o prejuízo do esforço para cativar a duração pela estereotipização mágico-mítica dos atos técnicos ou rituais que visavam fazer do desenvolvimento temporal "a imagem nobre da eternidade". Enquanto a atividade não tem outra finalidade senão a de assegurar a reprodução da ordem econômica e social, enquanto o grupo todo não se propõe outra finalidade senão a de durar e transformar objetivamente o mundo sem portanto confessar a si próprio essa finalidade, o sujeito operante dura pela duração do mundo com a qual tem parte relacionada; não pode se descobrir como um agente histórico cuja ação no presente e contra a ordem presente não toma sentido a não ser em relação ao futuro e à ordem futura que ela se aplica para fazer advir. O tradicionalismo aparece como uma empresa metódica (apesar de desconhecer-se como tal) para negar o acontecimento enquanto tal, isto é, como novidade suscitada pela ação inovadora ou própria para suscitá-la; para reduzir o acontecimento fazendo depender a ordem cronológica da ordem eterna da lógica mítica.

A existência do camponês cabila é ritmada pelas divisões do calendário mítico-ritual que não é senão a projeção na ordem da sucessão do sistema de oposições míticas que dominam toda a existência. O outono e o inverno opõem-se à primavera e ao verão, assim como a umidade se opõe à seca, o baixo ao alto, o frio ao calor, a esquerda à direita, o oeste e o norte ao leste e ao sul, a noite ao dia, o masculino ao feminino. As lavouras e as sementeiras opõem-se à colheita e à debulha, assim como a tecelagem, homóloga à lavoura, opõe-se à cozedura das louças, e assim por diante. O princípio de organização da sucessão temporal é o mesmo que determina a divisão dos trabalhos entre os sexos, a distinção entre o alimento úmido da estação úmida e a alimentação seca da estação seca, as alternâncias da vida social, festas, ritos, jogos, trabalhos, a organização do espaço e tantos outros traços. Deste modo, dois momentos sucessivos podem ser reconduzidos aos dois termos opostos de uma relação intemporal; por conseguinte, o tempo social como forma, no sentido musical, isto é, como ordenamento de uma sucessão, ordem cuja essência é de realizar-se unicamente no tempo, é redutível a um sistema intemporal de oposições lógicas¹⁰.

Simultaneamente, princípio de organização — sendo sua função a de regular a sucessão temporal — e força de integração, pois que garante a harmonização das condutas individuais e o preenchimento recíproco das expectativas que se referem ao comportamento alheio, o calendário dos trabalhos e das festas institui a coesão do grupo interdizendo toda omissão às previsões coletivas ao mesmo tempo que, através de vias opostas àquelas da ciência ou do cálculo econômico, garante a previsibilidade. A ordem social e, antes de mais nada, um ritmo, um *tempo*. Conformar-se com a ordem social é primordialmente respeitar os

10. Sobre esse ponto, veja-se P. BOURDIEU, "Le sens pratique", *loc. cit.*

ritmos, acompanhar a medida, não andar fora de tempo. Pertencer ao grupo, significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo. Adotar ritmos desusados e itinerários próprios, significa já excluir-se do grupo. Trabalhar quando os outros descansam, permanecer em casa quando os outros trabalham nos campos, passear pelas ruas da aldeia quando os outros dormem, andar pelas estradas quando elas estão desertas, arrastar-se pelas ruas da aldeia quando os outros estão no mercado, são outras tantas condutas suspeitas. O respeito dos ritmos temporais é, com efeito, um dos imperativos fundamentais desta ética da conformidade. A observância dos ritmos anuais impõe-se ainda mais rigorosamente. Além do fato que as grandes datas do ano agrícola são determinadas por uma decisão coletiva e precedidas por festas e cerimônias, não há atividade técnica ou social que não tenha seu dia e sua hora. O calendário agrícola propõe um tipo de recomendação para cada período, assim como interdições, provérbios, presságios. Chama-se de *amkhala*f o indivíduo original que age diferentemente dos outros (de *khalef*, infringir, transgredir); e isso é observado, jogando-se sobre os radicais, no fato que *amkhala*f é também aquele que está atrasado (de *khellef*, deixar para trás). Mas, agir contra o tempo não é somente infringir o imperativo que interdiz de singularizar-se, é transgredir o imperativo que impõe que a gente se conforme a uma ordem social que se confunde com a ordem do mundo.

Como a razão científica, o *ethos* pré-capitalista se esforça para assegurar-se do futuro, mas por caminhos totalmente opositos. A previsão supõe como sendo reconhecida a possibilidade do imprevisto, a possibilidade de um outro possível, capaz de contradizê-la: a hipótese cria o acontecimento enquanto tal, isto é, como desmentido ou confirmação. Totalmente oposto, a prudência do tradicionalismo escapa aos desmentidos do mun-

do. Ela não forma a ambição de fazer presa sobre o futuro, mas esforça-se somente em oferecer-lhe a mínima presa. O receio de uma refutação objetiva, capaz de abalar a ordem estabelecida e de interromper o encadeamento das expectativas leva a ater-se, à custa de um restringimento sistemático do campo das aspirações, a um estado de coisas que possa ser dominado pela simples atualização dos esquemas tradicionais, e a excluir metodicamente as situações insólitas, que iriam exigir a invenção de novos esquemas. A adesão a uma tradição indiscutida implica a recusa a se travar abertamente a luta contra a natureza e conduz para a busca de equilíbrio à custa de uma redução das expectativas, proporcionada à fraqueza dos meios de ação sobre o mundo. Incessantemente ameaçada em sua própria existência, obrigada a dispensar toda sua energia para manter um equilíbrio audacioso com o mundo exterior, esta sociedade, obcecada pelo cuidado de subsistir, escolhe conservar para conservar-se, antes de transformar-se para transformar.

A ordem tradicional não é viável senão a condição de ser aproveitada, não como a melhor possível, mas como a única possível, a condição de que sejam ignorados todos os "possíveis laterais" que encerram em si a pior ameaça unicamente pelo fato de que eles fariam aparecer a ordem tradicional, tida por imutável e necessária, como um possível entre outros, isto é, como arbitrário. Trata-se da sobrevivência do tradicionalismo que é ignorado como tal, isto é, como escolha que se ignora. Recusando o projeto e, ao mesmo tempo, o trabalho como vontade orientada para a transformação do mundo e dos meios de transformar o mundo, esta sociedade recusa-se a ter uma história. Com efeito, o trabalho, assim como a vontade de progresso ou a consciência revolucionária, reside na escolha de adotar a perspectiva do possível, de suspender o consentimento passivo à ordem natural ou social. A vontade de transformar o

mundo supõe a passagem para adiante do presente em direção de um futuro racionalmente calculado que não pode ser atingido senão pela transformação do dado atual e especialmente pela transformação da ação transformadora, isto é, das técnicas e dos agentes que as utilizam. O tradicionalismo visa abolir a sucessão cronológica enquanto descontinuidade continuada, reduzindo a ordem cronológica (no ciclo da vida assim como no ciclo agrário) para a ordem (mito)lógica. E é talvez a intenção mais profunda desta ordem social que reproduz *sem o saber* a análise estrutural quando ela reúne de imediato, sob forma de um sistema de oposições e de homologias, o que é por essência sucessão, semelhante nisso a um Deus leibniziano, capaz de manter em ato a essência de $\sqrt{2}$, que os agentes nunca apreendem senão de maneira parcial e sucessiva, acrescentando indefidamente algarismos, após a vírgula.

2. NECESSIDADES CONTRADITÓRIAS E CONDUTAS AMBÍGUAS

Embora não se possa sem arbitrariedade caracterizar de modo genérico a literatura imensa e bastante diversa que os antropólogos consagraram à mudança cultural, não se pode deixar de observar que esses estudos, que se diferem profundamente por seus objetivos, estão geralmente de acordo para tornar autônomos certos níveis da realidade social e não reservam senão um espaço bastante limitado para as transformações econômicas e, especialmente, para o exame sistemático da influência que essas transformações exercem sobre o sistema das relações sociais e das disposições. Seja que se acentuem as "transações culturais", ou a lógica da selevidade, a recontextualização dos empréstimos e a reinterpretação dos vestígios antigos, ou os fenômenos de desintegração ou de reintegração cultural, ou a dinâmica das transformações da personalidade que resultam das transformações das técnicas da instrução primária, ou então a adaptabilidade diferencial das diferentes culturas em contato, seja que se tome interesse ante às relações entre as sociedades consideradas, ao tipo de relações sociais que unem os indivíduos que as compõem, à forma concreta dessas relações (superioridade ou inferioridade, distância ou proximidade, etc.), e à situação na qual elas se estabelecem (situação colonial, reserva, etc.), devemos nos ater à mudança cultural ou à mudança social em sua forma genérica, omitindo comumente a análise da diferen-

ciação progressiva da sociedade e as reações diferenciais das diferentes classes sociais.

Mas esse “aspecto etnológico”, que sem dúvida reúne por um lado as características econômicas e sociais das sociedades estudadas pelos especialistas da “aculturação”, é sem dúvida menos perigoso do que as deformações sistemáticas que uma determinada sociologia introduz, dissociando as diferenças nas atitudes relativamente ao “modernismo” e à “modernização” das condições econômicas e sociais de sua constituição e de sua expressão. Deste modo, Daniel Lerner, apoiando-se numa vasta enquete conduzida em seis países do Oriente Médio, apresenta uma “teoria da modernização articulando as compulsões comuns às quais os povos do Oriente Médio estão sujeitos”¹ que ele próprio resume da seguinte maneira:

O modelo de comportamento desenvolvido pela sociedade moderna é caracterizado pela empatia, aptidão para reorganizar rapidamente o sistema do eu (*self-system*). Enquanto as comunidades isoladas da sociedade tradicional tinham bom funcionamento em base a uma personalidade altamente constritiva, os setores interdependentes da sociedade moderna requerem uma ampla participação. Esta, por sua vez, exige um sistema do eu expansivo e adaptativo, disposto a incorporar novas funções e a identificar valores pessoais com questões públicas. É por esta razão que a modernização de uma sociedade implicou a grande transformação psicológica a que chamamos de mobilidade psíquica².

A “modernidade” sendo definida como um “estilo de vida participante” pode-se ver na “exposição aos *mass media*” (*media exposure*), que é suposta como fator de aumento da empatia dando-lhe oportunidade de exercer-se, um dos fatores determinantes da transformação das atitudes. Se está fora de dúvida que o desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas

1. DANIEL LERNER, *The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East*, New York, 1958, p. 77.

2. *Ibid.*, p. 51.

vezes brutal, no mundo da economia moderna conduzem e suportam transformações sistemáticas do *habitus*, reduzir à sua dimensão psicológica o processo de adaptação à economia moderna viria a ser tomar o efeito pela causa. De fato, “as transformações caracterológicas exigidas pela modernização”³ como as “transações culturais” de que falam os antropólogos são concretamente efetuadas por agentes particulares inseridos em condições econômicas e sociais particulares – o que não significa que elas nada devam à lógica das disposições adquiridas ou dos sistemas culturais em vista.

Ao fazer como se a adoção do estilo de vida moderna fosse o resultado de uma livre escolha, não deixa o sociólogo de manifestar sua filosofia implícita da história que faz da “sociedade moderna”, isto é, da sociedade capitalista em sua forma americana, o centro de uma atração universal?

Os indivíduos em via de modernização (*modernizing individuals*), escreve Daniel Lerner, são consideravelmente menos infelizes – e mais a sociedade que os cerca se moderniza rapidamente, mais eles são felizes (...). A sociedade tradicional está em vias de desaparecer no Oriente Médio porque relativamente poucas pessoas *ainda querem* viver de conformidade com as regras⁴.

E Nietzsche poderia comentar:

Eles querem a todo custo persuadir-se que o esforço em direção da *felicidade inglesa*, quero dizer, o *conforto* e a *-fashion* (e em última instância em direção de um assento no Parlamento), que tudo isso se encontra precisamente na senda da virtude, enfim, que toda virtude que jamais existiu no mundo foi sempre encarnada num esforço⁵.

Na sociedade camponesa, a duração dos ciclos agrários que permitia dissociar o esforço, “causa ocasional”, de seu produto,

3. *Ibid.*, p. 76.

4. *Ibid.*, pp. 398-399 (o grifo é meu).

5. NIETZSCHE, *Par delà le Bien et le Mal, prélude d'une philosophie de l'avenir*, trad. Albert, Mercure de France, 1948, p. 230.

“dádiva de Deus”, a solidariedade familiar que protegia contra a absoluta falta do que é necessário e as reservas de víveres, sempre disponíveis para o consumo, tudo concorria para velar a relação que une o trabalho a seu produto; nesse universo econômico, a passagem da atividade de produção voltada para finalidades tradicionais à atividade de lucro “tradicional” somente se efetua lenta e progressivamente porque, mesmo quando os rendimentos monetários fizeram sua aparição ao lado dos recursos costumeiros, os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado. No mundo urbano, ao contrário, a universalização das trocas monetárias, correlativa do desaparecimento dos outros recursos, torna a obtenção de uma renda em dinheiro numa necessidade absoluta e universal⁶. Das fazendas européias da região de Philippeville, onde iam trabalhar antigamente, os camponeses cabilas tinham importado um adágio que resumia sua descoberta do significado moderno do trabalho: “Nada de trabalho, nada de pão” (da mesma forma que uma locução: *achantyi ichumuran*, oficina de inatividade). Descobrir o trabalho como atividade de lucro — por contraste à atividade tradicional que daqui por diante aparece como simples ocupação — significa descobrir sua raridade, noção inconcebível em uma economia que ignorava a preocupação da produtividade.

Sempre ressentida intensamente, a pressão da “armada de reserva industrial” exprime-se por vezes de maneira explícita, seja por meio de conceitos vagos e gerais (“Há grande número de braços”, “Há gen-

6. Ao instaurar nas campanhas argelinas uma situação quase urbana, os reagrupamentos de população determinaram transformações da atitude econômica absolutamente análogas às que são provocadas pela situação urbana (cf. P. BOURDIEU e A. SAYAD, *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*, op. cit.).

te demais”), seja em termos mais concretos, mais próximos a uma experiência ainda viva: “Você vai para o cais, uma manhã, e você vai ver: são centenas, milhares que esperam para conseguir trabalho, para trabalhar por um dia, para ganhar o pão de seus guris” (servente, Argel). Dentro de tal contexto, a competição para o emprego é a forma primeira da luta pela vida, uma luta que, para alguns, recomeça a cada manhã, e que não conhece mais regras do que um jogo de azar: “Puxa, veja só, estamos, por exemplo, em frente a um canteiro de obras: é como no *qmar* (jogo de azar). Quem será admitido? (servente desempregado, Constantine).

A concorrência joga desenfreadamente porque os métodos racionais de recrutamento não podem ser aplicados a essa armada de serventes igualmente desarmados. Para todos aqueles que não possuem nem diploma nem qualificação, a grande maioria, a liberdade de escolha de profissão é reduzida a menos de nada e a colocação só pode ser o efeito do acaso, ao mesmo título da orientação. Disponível a aceitar todo e qualquer emprego, porque na realidade não está preparado para nenhum, o servente desprovido de qualificação está entregue às áleas do engajamento e do licenciamento.

O servente [diz um empregado no comércio] é capaz de fazer de tudo, isto é, não sabe fazer nada.

E outro:

Não é um operário, é um homem que é como uma criada para todo o serviço, a serviço dos homens.

“Cada um com sua sorte”, “Cada um tem seu destino”, essas fórmulas estereotipadas traduzem a experiência do decreto arbitrário que faz com que um seja um desempregado, e o outro

um trabalhador. Na grande maioria dos casos, não é o trabalhador que escolhe seu trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador. Obrigados a começar a ganhar a vida muito cedo, entre os dez e os quinze anos, os moços se acham jogados no meio da competição para o emprego sem ter para isso preparo algum, mal e mal saídos da escola, quando tiveram a possibilidade de poder freqüentá-la. Os anos da adolescência são os mais difíceis da existência: é a época da instabilidade forçada e dos ofícios de fortuna; antes de chegar a uma verdadeira e própria profissão, a maioria dos operários e dos empregados permanentes chegaram a conhecer muitas ocupações sucessivas, isto é, quase sempre muitos patrões e muitas vezes vários ofícios.

Ora, é coisa sabida que, quanto mais cedo se deixa de freqüentar a escola, mais restrita é a variedade das escolhas. A cada um dos graus de instrução corresponde um grau determinado de liberdade: numa sociedade onde 87% dos indivíduos não têm diploma algum de instrução geral e 98% não têm diploma algum de instrução técnica, a posse de um certificado de aptidão profissional ou de um certificado de estudos primários acarreta uma enorme vantagem na competição econômica; uma diferença ínfima de nível, a que separa, por exemplo, um indivíduo que sabe ler de outro que sabe ler e escrever, determina uma diferença absolutamente desproporcionada das possibilidades de êxito social. Resultam daí diversas consequências: em primeiro lugar, as barreiras criadas pelas diferenças de instrução são brutalmente seccionadas, especialmente no setor moderno, onde a progressão na hierarquia social não se opera senão aos pulos; em segundo lugar, os trabalhadores qualificados e altamente qualificados beneficiam de um privilégio incomparável: eles se apartam de uma só vez da massa de gente desprovida de

toda e qualquer qualificação e dispõem de todo um conjunto de garantias, de seguros e de vantagens. Mas os principais beneficiários deste efeito de contraste são as pessoas munidas de um diploma de instrução geral que, devido a seu pequeno número, não têm dificuldade em monopolizar os empregos administrativos e todas as funções "nobres", sendo que o prestígio vinculado a estas funções vem aumentar aquele que é tradicionalmente reconhecido ao letrado. O estilo de vida e a própria existência desta subintelligentsia de pequenos burocratas, funcionários ou empregados, que muitas vezes executam sua competência como uma técnica carismática, supõem uma sociedade entregue ao analfabetismo e pouco informada do *cursus* escolar e das hierarquias que lhes são solidárias.

Para os subproletários, toda a existência profissional é colocada sob o signo da arbitrariedade. E, de fato, na ausência de uma organização racional da colocação e por falta de um controle dos processos de recrutamento, alguns empregadores podem explorar (ou deixar explorar) a armada de serventes desprovidos de qualquer especialidade e dispostos a passar através de todas as condições possíveis para escapar ao desemprego. O contrato em certas empresas, e de modo particular na construção, está subordinado ao pagamento de um *bakchich*, na maioria das vezes ao contra-mestre. Para forçar o destino e triunfar da hostilidade de uma ordem injusta, os que não têm nem "ofício", nem "instrução", nem dinheiro, dispõem de um recurso, o poder das "proteções", do "pistolão", e dos "conhecidos". As relações de parentesco, de vizinhança e de camaradagem tendem a reduzir o sentimento da arbitrariedade, mas desenvolvendo a convicção, não menos irracional, de que as relações, o pistolão, o "desembaraço" (*chtara*), o *bakchich* e "o café" tudo podem. Sem dúvida, a ação de recorrer para as relações pessoais é favorecida por toda a tradição cultural que

encoraja e impõe a solidariedade e o auxílio mútuo: aquele que alcançou o sucesso deve se servir de seu próprio êxito para ajudar os outros; a começar pelos membros da própria família; cada indivíduo que se respeite considera-se responsável por vários de seus parentes, mais ou menos próximos, para quem ele se sente obrigado, entre outras coisas, a achar trabalho fazendo uso de sua posição e de suas relações pessoais. O nepotismo, nesse caso, é uma virtude⁷.

Se a incerteza dos procedimentos de recrutamento, a raridade dos operários qualificados, o excedente de mão-de-obra fortalecem a crença no poder soberano das proteções, a eficácia das proteções e das relações pessoais não é a mesma nas diferentes categorias profissionais e nos diferentes setores da economia. No setor tradicional, e particularmente no artesanato e no comércio, os antigos procedimentos de recrutamento se perpetuam, especialmente nas pequenas empresas familiares. Além de todos aqueles que herdaram sua loja ou sua oficina, muitos artesãos e comerciantes administraram uma empresa cujo proprietário é um parente; outros não puderam instalar-se por conta própria senão graças à ajuda financeira de um parente ou de um amigo. Em resumo, o setor tradicional

7. O auxílio mútuo é a única garantia do camponês, que, a maior parte do tempo, é brutalmente jogado na grande cidade: as estatísticas mostram com efeito que, exceção feita daqueles que residem numa cidade grande já há algum tempo, mais de dois terços dos chefes de família da cidade vieram diretamente das regiões rurais, sem etapa intermediária: sendo que somente um terço passou por cidades de média importância. Tudo parece indicar que esses dois tipos de migração correspondem a duas categorias diferentes da população rural: as migrações em grandes vagas parecem ser a ação das camadas inferiores, operários agrícolas permanentes ou temporários durante a estação da colheita ou da vindima, *khammès*, pequenos proletários, que fogem à aventura em direção da grande cidade ou em direção da França, sem outra esperança senão a condição de assalariado ou, por falta de emprego, de pequeno comerciante; as migrações de extensão limitada seriam antes o fato dos proprietários médios que se dirigem para as cidades vizinhas às suas antigas residências onde eles se beneficiam das vantagens que sua rede de relações anteriores lhes garante (o crédito, por exemplo) e onde eles podem exercer, graças ao pecúlio proporcionado pela venda de sua propriedade ou de seu produto, ofícios nobres e não muito pesados tais como o comércio ou o artesanato tradicional.

permite àqueles que não têm bagagem cultural alguma, nem bagagem técnica, contornarem as barreiras que colocariam como obstáculo regras racionais ou semi-racionais de seleção. Mas o próprio setor moderno ignora muitas vezes essas regras. Não são, propriamente falando, as empresas que recrutam; o engajamento é de fato o resultado de uma espécie de cooptação espontânea entre os operários. Da mesma maneira, a lado dos grandes exames profissionais que têm, às vezes, uma longa tradição, comerciantes mozabitas, carregadores e mercadores de legumes da região de Djidjelli, limpadores de lama das ruas de Biskra, em outros tempos carregadores de água, garçons de café da região de Michelet, mergulhadores da região de Sidi-Alch, há toda uma rede de pequenos grupos, nascidos do auxílio mútuo e da cooptação, e que resguardam fragmentária e parcialmente no seio do mundo do trabalho um tipo de relações sociais características de um sistema cultural fundado sobre os vínculos de parentesco e de interconhecimento.

A influência real das proteções nunca é tão manifesta quanto nos empregados e nos quadros subalternos. É, antes de mais nada, que os que estão munidos de uma instrução elementar podem, sob a condição de terem o apoio de um amigo ou de um parente, aspirar a empregos estáveis e não muito fatigantes, extremamente invejáveis pois, tais como os de ordenanças ou de enfermeiros; por outro lado, os subproletários têm muitas vezes uma rede de relações sociais mais limitada e mais fraca do que os trabalhadores permanentes, o que é ao mesmo tempo causa e consequência de sua situação profissional. Com efeito, proporcionalmente à sua instabilidade, eles têm menores probabilidades de encetar vínculos que se circunscrevam na maioria das vezes ao local de trabalho do que os velhos empregados das empresas familiares ou dos operários qualificados vinculados a uma empresa.

Para explicar que suas relações são limitadas ao lugar de trabalho, eles invocam principalmente a dureza de sua tarefa e a distância de sua residência. O que parece determinante, na realidade, é o afastamento psicológico com respeito à profissão, à empresa e com respeito a tudo que dela participa; é uma recusa generalizada em aderir a um universo globalmente detestado, é a vontade de determinar um corte, o mais

enérgico possível, entre o meio de trabalho onde eles sentem ser inferiores e a vida decente, a vida familiar que, como compensação, toma um lugar bastante grande. "Não visito ninguém, não vejo ninguém, declara um motorista, antigo operário da construção, eu vou, eu volto; a família, é tudo". E outro: "Não tenho amigos no trabalho; somos dois cortadores. Depois do trabalho, volto para casa: meus moleques são meu prazer" (cortador de uma fábrica de toldos, Oran). A miséria ataca as tradições do auxílio mútuo e alguns justificam essa negação invocando a miséria comum: "À saída do trabalho, discuto com eles; falamos de nossa miséria, de nossas preocupações, e em seguida cada um volta para sua casa, porque estamos todos esgotados (...). Não há auxílio mútuo: todos nós somos pobres. Para os casamentos, as circuncisões, vai-se sozinho fazer uma visita" (operário de uma fábrica, Oran). Outros vão até o extremo do individualismo forçado que leva a rejeitar as relações fora do trabalho: "No trabalho, cada um por si; depois do trabalho, cada um em sua casa" (servente, Oran). O estabelecimento de relações amigáveis com base nas relações profissionais parece pois ser inseparável de uma forte adesão à profissão e de uma forte integração ao grupo de trabalho. Os operários qualificados, geralmente antigos na empresa, mantêm quase sempre boas relações com seus companheiros. É somente entre alguns operários altamente qualificados que se vê aparecer uma atitude nova: tendo alcançado êxito em sua vida profissional, eles entendem guardar as devidas distâncias em relação à massa dos operários e dos serventes, sendo o acanhamento do campo das relações sociais um dos índices do aburguesamento.

Preparados por toda sua tradição cultural a esperar relações interpessoais intensas e superdeterminadas, os trabalhadores argelinos são pois favoráveis a experimentar dolorosamente a impersonalidade fria ou brutal das relações de trabalho e muito particularmente, talvez, das relações com os superiores; mas, em consideração do receio de serem dispensados, a aspiração para relações mais humanas permanece no estado de nostalgia.

Chego, visto o avental. "Bom dia, bom dia. Boa noite, boa noite", só isso, e nada mais!

60 (A nostalgia das relações pessoais e simétricas exprime-se através

de outros índices: por exemplo, a razão invocada o mais amiúde por aqueles que dizem não querer mudar de emprego para ganhar mais é o apego ao patrão. Do mesmo modo, a maioria dos operários e dos empregados das pequenas empresas onde se perpetuam relações profissionais de andamento patriarcal ou paternalista dizem gostar de sua profissão mesmo quando não estão contentes com seu salário.) Os mais moços, que têm uma consciência política mais coerente e que acedem mais amiúde à noção capitalista de trabalho como simples meio de adquirir uma renda em dinheiro, tendem a considerar o patrão enquanto tal e a acomodar-se com relações neutras e impessoais, ao passo que os subproletários exprimem ordinariamente a nostalgia das relações encantadas ou a oposição maniqueísta entre o mau contramestre e o bom patrão.

Somente a referência a uma situação de desemprego crônico que permite compreender que cerca de três quartos dos indivíduos ocupados dizem: não gostar de seu ofício; que entre as causas de insatisfação sejam invocadas somente a insuficiência do salário e o caráter difícil ou perigoso do trabalho; que ninguém deplora estar desprovido de iniciativa no trabalho e de estar reduzido ao rol de executante; que a insuficiência do salário sobrepuja todas as outras razões de descontentamento, tais como a distância em relação ao lugar de trabalho, o caráter monótono ou cacete da tarefa, os maus tratos ou os trotes infligidos pelos superiores (e isto é bem expressado muitas vezes pela revolta contra o desprezo que se vincula a um trabalho degradante); que somente alguns trabalhadores das categorias mais favorecidas valorizam o interesse intrínseco de sua tarefa e dela esperam enriquecimento ou prestígio; que a aspiração para relações mais humanas no ambiente de trabalho exprime-se somente sobre o modo da nostalgia resignada ou da revolta impotente; que mais de dois terços daqueles que dizem não gostar de seu trabalho declaram também não procurar outro;

e, enfim, que o descontentamento generalizado coincide com uma grandíssima estabilidade no emprego.

Conscientes do excedente de mão-de-obra e sabendo-se também tão pouco substituíveis quanto possível, a maioria dos serventes, operários ou empregados não tem outra preocupação senão a de conservar seu emprego, por detestável que seja. Precisaria reproduzir a litania das razões invocadas por alguns, para explicar o fracasso de sua procura, por outros, sua renúncia à procura. "Não, não procurei outra coisa, porque não teria encontrado. Não posso fazer nenhuma outra coisa; para encontrar trabalho, é preciso ter instrução. Onde é que vocês acham trabalho, hoje em dia? O batente, ou é isso ou nada. De outro modo, morreria de fome". "Não tenho ofício, é esse o meu ofício". A adesão forçada a um emprego ao qual nenhuma razão exprimível os prende não pode se compreender senão em referência ao medo do desemprego. Toda sua atitude com respeito ao seu emprego encerra-se nessa fórmula de um servente de Philippeville: "Com certeza, sou obrigado a gostar dele (meu trabalho); aquele que apanha um osso diz 'isto é carne'". Posta a situação do desemprego estrutural, o fato de ter um emprego, e acima de tudo um emprego permanente, de preferência a estar desempregado, não pode não aparecer como um privilégio.

A instabilidade escolhida é reservada àqueles que, devido à sua qualificação, têm garantia de tornar a achar trabalho facilmente. Para os outros, só resta a instabilidade forçada e o receio de serem dispensados, perante o que tudo cede e tudo se apaga. Os mais desprovidos têm muitas vezes que escolher entre a fome e o desprezo. Do mesmo modo, a reivindicação da dignidade, nunca ausente, não pode senão ceder diante do imperativo do trabalho a qualquer preço. Ela não passa realmente para o primeiro plano senão para uma minoria de privilegiados, isentos da preocupação pelo amanhã, os pequenos burgueses, funcionários subalternos e medianos.

Mesmo que não seja concebido como tal de maneira evidente, o trabalho, mesmo que seja o mais aviltante, sempre permanece como sendo mais e outra coisa que não um simples ganha-pão e o desemprego não é tão intensamente receado senão porque a privação econômica é intensificada por uma

mutilação social. Como compreender, com efeito, se formos nos colocar na estrita lógica da rentabilidade econômica, a conduta de todos esses pequenos comerciantes ambulantes, vendedores de nadas por nada, que durante o dia todo arrastam pelas ruas suas pequenas carretas na esperança de vender duas ou três melancias, algumas roupas usadas ou um pacote de amendoim? Qual poderia ser, para aqueles que a exercem e para a coletividade, a função desse tipo de trabalho que melhor seria chamar de *ocupação*?

Em primeiro lugar, o pequeno comércio é a única ocupação que não exige capital inicial algum, nem a qualificação profissional ou alguma aptidão especial, nem a instrução, nem o dinheiro, nem o local, nem "as proteções". Esse é mesmo o único recurso daqueles que nada têm e a quem estão interditadas todas as profissões, inclusive, por falta de engajamento, as profissões pesadas e unanimemente desprezadas, "a pá e a enxada". De um modo geral, o problema do investimento inicial não é colocado. Pode-se levar em nenhuma conta "o equipamento", caixotes colocados sobre rodas de bicicleta, carrinhos de criança sobre os quais é fixada uma tábua de madeira que tem função de balcão, carretos de rodas ocasionais com varais onde são penduradas roupas de baixo, roupas usadas, bibelôs, um sem-fim de outras criações tão insólitas quanto engenhosas. A mercadoria é adiantada por um parente ou um amigo, sendo reembolsada depois de ter-se efetuado a venda. Sem os mandatários o saberem, alguns vendedores do Mercado cedem legumes a baixo preço a parentes ou pessoas de sua aldeia. Mas a situação dos vendedores ambulantes nem sempre é tão favorável:

Agora, estou vendendo melancias. Às vezes, fico em pé o dia inteiro sem ganhar absolutamente nada (...). Hoje, vendi mercadoria por 80 francos抗igos e fiquei em pé o dia inteiro. Se ganhasse 50 francos por dia, seria bom. Mas infelizmente não ganho absolutamente nada.

Há dias em que as melancias apodrecem e sou obrigado a jogá-las fora. Sou obrigado a comprar um quintal de melancias a crédito. Quando tiver vendido a mercadoria, aí então irei pagar o negociante. Têm vezes que dou para ele tudo que ganhei, e fico sem ao menos um tostão.

Sem dúvida os lucros procurados por essas ocupações, por irrissórios que sejam, não são de se desprezar por aqueles que nada tem. Contudo, a única consideração do interesse e do lucro não é suficiente para explicar a proliferação de todos esses “falsos ofícios”. A pressão da necessidade econômica e a situação de desemprego estrutural têm por efeito perpetuar práticas que tomam de empréstimo suas justificações à moral camponesa do passado. Não é raro com efeito ouvir enunciar preceitos que, em primeira análise, parecem pertencer à lógica do *ethos* profissional:

Um homem digno, um homem que não quer viver à custa de outros, mesmo que tenha de viver de expedientes, tem de trabalhar. Se ele não encontrar nenhum trabalho, ainda tem a possibilidade de ser vendedor ambulante (cozinheiro, Argel).

Isto é, na linguagem de outrora, “cortar a própria bengala”. E não há dúvida que, para os subproletários das cidades que conservam viva a preocupação da dignidade própria, as aparências de ocupação são o último recurso contra a derradeira perda de poder daquele que se faz nutrir pelos outros, que vive a cargo dos parentes ou dos vizinhos. Tal atividade não tem na verdade outra finalidade senão a de assegurar a salvaguarda do respeito de si próprio.

É necessário, do mesmo modo, outorgar o mesmo sentido e a mesma função à atividade simbólica do subproletário das cidades e àquela do camponês de outrora? Apesar da identidade aparente, a atividade tradicional conforme as expectativas do grupo diferencia-se do trabalho enquanto atividade produtiva do mesmo modo que a simples ocupação. Uma sociedade que, como a sociedade camponesa, atribue-se o dever

de dar trabalho a todos seus membros, que, ignorando a noção de trabalho produtivo ou lucrativo e, ao mesmo tempo, a raridão do trabalho, exclui a consciência do desemprego, pode estimar a possibilidade de que sempre há algo a fazer para quem quer fazer alguma coisa e tratar o trabalho como um dever social, a ociosidade como uma falta moral. Identificando-se a atividade à função social e não se medindo ao produto em espécie (e menos ainda em dinheiro) do esforço e do tempo despendidos, cada qual está no direito de sentir-se e de dizer-se ocupado, quanto preencha o papel que convém à sua idade e a seu código. Na sociedade urbana, ao contrário, a atividade que não garante uma renda em dinheiro aparece como mutilada do que é, segundo a nova lógica, o seu resultado natural.

É somente porque os trabalhos que trazem uma renda lhes são interditos, que os subproletários renunciam à satisfação econômica para se inclinarem para as ocupações cuja função principal, senão exclusiva, nada mais é senão a procura de uma justificação perante o grupo. Tudo se passa como se se viesse, por força das coisas, a dissociar o trabalho de seu resultado econômico, a tomá-lo menos como estando ligado a seu produto do que como estando oposto ao não-trabalho. Trabalhar, mesmo que por uma renda ínfima, é, perante si mesmo e perante o grupo, fazer tudo o que é possível para ganhar a vida trabalhando, para subtrair-se à condição de desempregado. Ao se estar na impossibilidade de encontrar um trabalho verdadeiro, tenta-se preencher o abismo entre as aspirações irrealizáveis e as possibilidades efetivas desempenhando um trabalho cuja função é duplamente simbólica pelo fato que ela traz uma satisfação fictícia àquele que a realiza, ao mesmo tempo que lhe proporciona uma justificação perante os outros, aqueles que a pessoa tem a cargo e aqueles a quem essa pessoa recorreu para subsistir. Por seu lado, o grupo não pode razoavelmente ter os

desempregados por responsáveis de sua falta de emprego; mas está em seu direito esperar deles que se ocupem com alguma coisa. A lógica das relações entre parentes nunca exclui de maneira absoluta a consideração do interesse e do cálculo; do mesmo modo não se considera ser obrigação estar ligado aos deveres da solidariedade senão para com aqueles cuja atitude é testemunho de que são vítimas de uma situação objetiva e não de sua incapacidade ou de sua preguiça.

Desde então, o trabalho entendido como ocupação não mais se define senão em termos negativos. A consciência dos obstáculos que impedem a obtenção de um emprego constituiria, aos olhos de todos, um pretexto irrecusável e seria suficiente para exonerar o indivíduo de sua responsabilidade se se continuasse a acreditar que, pelo menos idealmente e segundo uma outra lógica, sempre existe a possibilidade de fazer algo em vez que nada. Mas ao mesmo tempo, cada qual tende a admitir também que só é trabalho verdadeiro aquele que traz uma renda em dinheiro. Por aí explica-se que para justificar a atividade como ocupação tenha se recorrido a ideologias ambíguas, misturando as lógicas capitalista e pré-capitalista:

Se ele não encontrar trabalho algum, dizia um informante, ele poderá sempre ser um vendedor ambulante.

E o mesmo acrescentava:

Se trabalhar significa ter um ofício, praticá-lo de maneira estável e dele viver corretamente, (...) é outra coisa. Se trabalho quer dizer fazer alguma coisa, fazer não importa o que para não ficar de braços cruzados, para ganhar seu sustento, aí, só há os preguiçosos que não fazem nada.

Pode-se pois, ao mesmo tempo, lembrar o dever categórico de trabalhar, mesmo por um lucro mais ou menos nulo, e insistir sobre o fato que esse lucro, por derrisório que seja, não é desprezível; ainda que a sociedade camponesa nunca dissocie a função social e a função econômica da atividade, ope-

ra-se uma distinção entre essas duas funções, entre o trabalho no sentido de atividade produtiva e lucrativa, e o trabalho como maneira de preencher suas obrigações para com o grupo.

A dualidade das normas de referência segundo as quais os subproletários falsamente ocupados julgam sua própria atividade (e segundo as quais eles são julgados por seu grupo) de fato uma realidade ambígua que, para ser compreendida, supõe que se tenha recorrido, alternativa e sucessivamente, a duas cifras diferentes. É assim que a atividade como simples ocupação que suprime toda correspondência entre o lucro e o tempo de trabalho é totalmente absurda se se fizer referência ao único princípio da racionalidade econômica e isso faz pensar na conduta dos camponeses antigos, que assentava-se sobre a incomensurabilidade de fato e de essência entre os meios utilizados e a finalidade obtida e, mais exatamente, sobre a ausência de toda tomada em consideração e de toda quantificação (pela expressão do tempo de trabalho em dinheiro) das despesas do trabalho.

Mas, para o camponês de outrora, a ausência de cálculo e de contabilidade é um dos aspectos essenciais da ordem econômica e social da qual participa: sempre dotada de uma pluralidade de funções não quantificáveis e incomensuráveis entre as quais a função econômica nunca está isolada e constituída enquanto tal, usando meios de ordens diferentes, eles mesmos estranhos à quantificação e à medida, sua atividade econômica realiza finalidades tradicionalmente definidas por meios tradicionais. Ao contrário, mesmo quando a necessidade os condena a entregar sua conduta econômica e toda sua existência à incoerência, o subproletário das cidades e o camponês proletarizado detêm do sistema econômico ao qual eles devem se curvar a idéia de calculabilidade e mesmo a aptidão a se dobrarem ao cálculo, *in abstracto*. Do mesmo modo, é freqüente que

eles tomem sua atividade como sendo desprovida de rentabilidade e, por conseguinte, de significação.

Na loja, diz um comerciante de Tlemcen, fico o dia inteiro, desde sete da manhã até oito da noite. Fico livre apenas na sexta-feira à tarde. Sei que nada iria vender. Vendo apenas alguma coisa de manhã, quando as mulheres saem para fazer compras, mas fico assim mesmo dizendo "Talvez tenha algum cliente". Isso acaba por se tornar um vício, asseguro-lhe! Um vício! Chego lá, não faço nada, espero. Mas é preciso que eu esteja lá. É um vício! Não ganho o suficiente para poder sustentar a minha família.

De fato, seja que elas apareçam como o puro produto da necessidade, ou como o fato de uma obediência estrita à lógica antiga, as novas condutas sempre são acompanhadas de um mínimo de ideologias que visam racionalizar as escolhas forçadas: a consciência de que pode-se agir de outro modo acha-se englobada na consciência de estar impedido, de fato e pela força das coisas, de agir de outra maneira:

Como não gostar de meu trabalho? Quem não gostaria de elevar-se?

outras tantas interrogações, mil vezes ouvidas, que dão testemunho de que a necessidade não pode aparecer como tal senão a uma consciência para quem existem outros possíveis.

Entre todos os trabalhadores que dizem aceitar fazer horas extras suplementares, não há um que indique outra finalidade que não seja a preocupação de ganhar mais "para fazer a família viver"; todavia, não há ninguém que não compreenda o sentido da noção, pelo menos o suficiente para dizer que ela não tem sentido para quem já trabalha o dia inteiro, o que supõe a referência implícita ao trabalho limitado no tempo e à noção correlativa do salário horário. Se a maioria dos subproletários identificam o salário que acham estarem merecendo e o rendimento necessário à satisfação de suas necessidades, se

eles muitas vezes ficam indignados pelo fato da remuneração não ser definida em função do número de crianças, segundo o princípio

A cada um segundo suas necessidades
e não

A cada um segundo seus méritos

se eles fazem muito raramente intervir em suas avaliações a noção de salário por hora, eles não podem ignorar, todavia, as exigências que o novo sistema lhes propõe ou lhes impõe, mesmo quando isso lhes impede de as realizar⁸.

A necessidade econômica que tende impor a subordinação de todas as finalidades (e em particular das finalidades tradicionais) e de todos os meios da atividade ao lucro monetário, as antigas normas e particularmente aquelas que regulavam as relações com os parentes, assim como os antigos valores de honra e de solidariedade, devem também contar com as exigências do cálculo e, às vezes, a ele se curvar. No Sul argelino, onde a economia tradicional se manteve relativamente intacta, o chefe da família (isto é, segundo a convenção adotada pela pesquisa, aquele que se declara como tal) é geralmente o mais idoso: sua autoridade é apoiada nos fundamentos tradicionais e permanece absolutamente independente de sua contribuição à vida econômica do grupo, permanecendo os outros membros da família numa relação de dependência, qualquer que seja sua contribuição efetiva. A indivisão garante a autoridade do patri-

8. Um sem-número de pesquisados julga sua situação em relação àquela dos funcionários: "Se eu trabalhasse na administração, teria horários fixos e poderia tirar férias" (patrônio leiteiro, Argel). "Não posso fazer horas extras, meu trabalho não é limitado (...). Um comerciante não tem horários fixos; refiro-me ao nosso país" (empregado de um comerciante de tecidos, Tlemcen).

arca que por sua vez garante a unidade da família indivisa. De um modo geral, e mesmo que ela se torne cada vez mais rara, ela é mais facilmente admitida em meios rurais, porque a penetração do espírito monetário é aí menos profunda e as atitudes correlativas menos largamente propagadas, mas também e acima de tudo porque o mais óbvio de todos os recursos permanece o produto direto da agricultura. Nas regiões onde a penetração da economia capitalista é maior, na Cabília por exemplo, e *a fortiori* nas grandes cidades, é, cada vez mais, aquele que traz a maior contribuição para o orçamento familiar que declara ser o chefe da família, qualquer que seja a sua idade. É preciso evidentemente matizar. O pai, quando trabalha como seu filho e ainda é relativamente jovem, pode conservar a autoridade efetiva; e o mesmo acontece em relação ao irmão mais velho. Na maioria das vezes, uma espécie de divisão dos poderes opera-se espontaneamente, sendo que o jovem chefe da família tende a tomar decisões que dizem respeito à vida econômica da família e ao conjunto das relações com o mundo econômico moderno ao qual ele está objetivamente melhor adaptado, muitas vezes por ser mais instruído. Em resumo, a análise das situações concretas faz aparecer todo um raio de formas de relações possíveis, desde a conservação da autoridade patriarcal até o completo desarranjo da relação costumeira.

A construção de uma representação coerente do mundo social e da posição ocupada neste mundo obedece às mesmas condições de um modo de vida. A tomada de consciência como a tomada de posse da verdade de sua própria posição nas relações de produção e dos mecanismos sociais que a produzem e tendem a reproduzi-la não é independente da posição ocupada nestas relações e da ação dos mecanismos que a determinam (no duplo sentido). Em resumo, há condições econômicas da tomada de consciência das condições econômicas.

Quadro sinótico de alguns dos dados estatísticos utilizados

	Favoráveis ao trabalho das mulheres						
	Endividados			Avessos profissionalmente			
	Expectativa realista	Expectativa irrealista		%	%	%	%
Acetilam outro emprego por 50 francos a mais							
Descontentes (com seu ofício)							
Pistoleiro é suficiente							
Que vestem roupa europeia							
Que falam francês corretamente							
Analifabetos*							
Número médio por família							
Subproletários	De pessoas empregadas						
	De crianças						
	De pessoas						
Desempregados e diaristas	5,7	2,6	0,40	81,2	12,5	43,8	83,3
Fregueses comerciantes	6,0	2,6	—	69,2	15,4	92,3	100,0
Trabalhadores sem qualificação	6,2	3,2	1,52	71,4	50,0	71,4	100,0
Artistas e comerciantes	7,3	3,7	1,48	65,0	30,0	45,0	52,6
Trabalhadores manuais permanentes e qualificados	6,4	3,0	1,05	48,3	75,9	86,3	67,8
Trabalhadores rato manuais	6,1	3,0	1,36	0,0	100,0	83,3	41,6
Empregados do setor público ou privado	7,2	2,8	1,75	0,0	100,0	83,3	41,6

*Festivis em cada coluna as duas tendências de maior peso. O quadro deve ser lido da seguinte maneira: os desempregados e os diaristas pertencem à família que compreendem, em média, 5,7 pessoas, 0,4 pessoas empregadas e 0,4 pessoas empregadas e diaristas, 1,2 analfabetos, 1,2 analfabetos e diaristas, 81,2 analfabetos e diaristas, 15,6 analfabetos e diaristas, etc.

Resulta disso uma primeira consequência: a manifestação de uma pluralidade de rendimentos em dinheiro, mensuráveis e comensuráveis, encerra uma virtualidade de ruptura e ameaça a autoridade do chefe da família, pois que a dependência econômica dos outros membros não deixa de diminuir e que cada um deles pode reivindicar sua parte do rendimento global. Com efeito, desde que as entradas respectivas são efetuadas em forma de dinheiro, a contabilidade racional se torna possível, podendo cada indivíduo ou cada família avaliar exatamente a parte que lhe cabe dos rendimentos e das despesas. Acabou-se essa espécie de refluxo do cálculo que a indivisão autorizava e que amparava a indivisão:

Na casa [diz um servente de Orleansville] somos quatro irmãos e duas irmãs com seus maridos. Ao todo há vinte e oito moleques. Somos quarenta e oito pessoas. Deixamos de fazer a comida em comum porque as mulheres diziam: "Meu moleque, não tem comida suficiente". Sempre discussões. Minha mãe come agora comigo, diz o mais velho.

Ao mesmo tempo condição da racionalização da economia doméstica e da conduta econômica em geral, e produto desta racionalização, como é demonstrado pelo fato que a família tende a se tornar a unidade econômica e social de base à medida que crescem o grau de adaptação ao sistema econômico moderno e o montante dos rendimentos, a expansão da família ampla é refreada pela crise habitacional que mantém congregadas famílias destinadas a separar-se desde que para isso tenham possibilidade. Se ela opõe obstáculo à racionalização da conduta, porque, como a indivisão, interdiz as empresas a longo prazo e mantém as famílias na incoerência forçada impedindo o cálculo, a coabitacão permite aos mais pobres realizar uma forma de equilíbrio, em razão, entre outras coisas, da pluralidade das fontes de rendimentos (simultâneas ou sucessivas) para uma despesa única:

Meu pai era comerciante [diz um negociante de tecidos de Tlemcen] ele me convenceu a tomar uma casa comercial de trespasso em sociedade com ele. Ele agora está velho, mas tem sempre o seu comércio e trabalha. É graças a ele que a família vive; eu tenho três crianças, não tenho dinheiro suficiente. Não poderia viver com o que eu ganho e é ele que nos ajuda. Não se pode agir de outro modo (...). Ser-me-ia preciso ter de 3 a 4.000 francos por dia para poder viver sem a ajuda de meu pai, eu sozinho com minha mulher e meus filhos.

Além do incremento da autonomia da família que tende a tornar-se uma unidade econômica independente e mesmo, cada vez que seus recursos lho permitem, a desligar-se, a mudança da estrutura da atividade dos diferentes membros da família determina um certo número de transformações importantes. Em primeiro lugar, mesmo quando a urbanização leva à emancipação para outros domínios, a dependência econômica da mulher aumenta, e isso tanto mais porque a adoção (mesmo que parcial e inconsciente) das disposições econômicas capitalistas leva a depreciar as atividades femininas não reconhecendo como trabalho verdadeiro senão aquele que produz um rendimento monetário. Não podendo trabalhar fora de casa, ela tem a seu cargo a parte interna e permanece completamente estranha (salvo nas camadas mais favorecidas) às decisões econômicas importantes, ignorando às vezes até quanto seu marido ganha. Enquanto a ideologia própria a justificar e a valorizar, sua nova função não está formada, ela se acha relegada a um rol e a uma categoria inferiores de maneira mais brutal e mais total do que antigamente, porque o novo universo econômico e social tende a desapossá-la das próprias funções que a antiga sociedade lhe reconhecia.

Por outro lado, sabem que o subemprego crônico tende a agir em sentido oposto, a dependência dos jovens em relação aos pais diminui desde o momento em que eles trazem um

salário, e particularmente quando, sendo mais instruídos do que seus antepassados, eles estão melhor adaptados ao mundo econômico. Deste modo, ao passo que na sociedade tradicional eles permaneciam na dependência de seu pai enquanto ele estivesse vivo, a sociedade urbana lhes assegura às vezes as condições econômicas de emancipação. Conscientes de estarem trazendo uma parte do rendimento familiar, eles exigem participar da gestão do orçamento mesmo quando eles continuam, como acontece muitas vezes, entregando seu salário ao pai, em parte ou na totalidade. Não há família que não seja teatro de um conflito de civilizações. Todavia, a tensão entre as gerações (que muitas vezes se complica quando há coabitacão de três gerações) nem sempre toma uma forma aguda, seja que o filho, mais respeitoso da tradição, aceite entregar sem contá-la a totalidade de seus ganhos — coisa freqüente no artesanato ou no comércio —, seja que as famílias se separem, para grande indignação dos pais, seja ainda que o pai, caso esse sempre mais freqüente, quer queira quer não, o novo modelo das relações entre pais e filhos assim como a ideologia correspondente, seja enfim, solução extrema; que o pai ou o irmão mais velho passe uma mesada ao filho ou ao caçula.

A emancipação dos jovens é tão mais precoce quanto mais rapidamente eles conseguem um emprego estável e bem remunerado, quanto mais eles são instruídos ou, mais exatamente, quanto maior é a diferença entre o nível dos pais e o dos filhos. O caso extremo é aquele dessas famílias onde o pai analfabeto é obrigado a recorrer ao filho ou à filha, ainda meninos, para ler ou redigir as cartas, preencher os formulários administrativos ou mesmo orientar suas decisões pelo que diz respeito à vida econômica da família. Mais amiúde, vê-se o pai, à maneira daquele artesão de Tlemcen, manter uma autoridade absoluta sobre os mais velhos desprovidos de instrução, e deixar uma liberdade quase que total aos mais moços que freqüentam a escola.

Subsiste o fato que, na maioria dos casos, acabou-se a autoridade indiscutida do chefe da família, dispensador e ordenador de todas as coisas. Os mais agarrados à ordem antiga devem se acomodar aos novos valores que se introduziram irresistivelmente em consequência da generalização das trocas monetárias e independentemente da influência exercida pelo exemplo da vida familiar dos europeus; com efeito, as disposições que são solidárias a essa economia, a começar pela busca do lucro e o espírito de cálculo, estão aos antípodas daquelas que garantiam a salvaguarda da família tradicional: ao passo que na sociedade antiga as relações econômicas eram concebidas sobre o modelo das relações de parentesco, as relações de parentesco não mais estão, elas mesmas, ao abrigo do cálculo econômico.

À medida que aumentam o grau de adaptação à economia capitalista e o grau de assimilação das disposições correlativas, a tensão entre as normas tradicionais que impõem deveres de solidariedade para com a família numerosa e os imperativos de uma economia individualista e calculadora não param de aumentar. Os subproletários estão submetidos a pressões contraditórias que originam atitudes ambíguas: é assim que as necessidades da economia podem desenvolver em si mesmas o espírito de cálculo que a necessidade econômica lhes proíbe exercer em sua conduta cotidiana. Mais precisamente, o espírito de cálculo que se introduz, já foi visto, com a calculabilidade (isto é, concretamente, com as rendas monetárias) contradiz o tipo de relações familiares do tipo antigo e isto no momento em que os embargos econômicos e a crise habitacional impõem muitas vezes a conservação ou a reconstituição das grandes famílias. A indivisão das favelas é mais próxima daquela que os cabilas chamam de “divisão do interior” do que aquela que dava sua coesão à família numerosa de outrora; do mesmo modo que, para não faltar com a honra, algumas famílias levam a indivisão

para o interior e efetuam secretamente a partilha de todos os bens, mantendo inteiramente por fora a ficção da unidade, do mesmo modo, as famílias da cidade não apresentam muitas vezes senão as aparências da indivisão porque o espírito de cálculo corrói uma unidade imposta pela necessidade.

Deste modo, a necessidade econômica pode impor aos mais desfavorecidos condutas nas quais pode-se ver o cumprimento assim como a transgressão da tradição. Essas condutas não tomam sentido verdadeiramente nem em relação à lógica tradicional nem em relação àquela da economia capitalista. Na realidade, tal como uma *Gestalt* ambígua, cada conduta pode formar o objeto de uma dupla leitura pois ela traz em si própria a referência às duas lógicas impostas pela necessidade. É assim que a existência do dia-a-dia do subproletário e do camponês proletarizado difere de maneira absoluta da existência rodeada de segurança do *fellah* de antigamente. Num dos casos, a busca da subsistência é a finalidade única, unanimemente aprovada, no outro caso, a obtenção do mínimo de sobrevivência é a finalidade imposta pela necessidade, a uma classe explorada. Pelo fato que o contexto está mudado e que todos têm consciência disso, pelo fato que as garantias econômicas e a segurança psicológica que eram outrora fornecidas por uma sociedade integrada e uma tradição viva estão abolidas, a improvisação arriscada toma o lugar da previdênciça costumeira e da estereotipização tranqüilizadora dos comportamentos. Deste modo, o desemprego e o emprego intermitente trazem consigo uma desorganização da conduta onde é preciso livrar-se de ver uma inovação fundada sobre uma conversão da atitude. Tradicionismo do desespero e falta de planejamento de vida são as duas faces de uma mesma realidade.

3. ESPERANÇAS SUBJETIVAS E PROBABILIDADES OBJETIVAS

Afastar-se do mundo a fim de encará-lo ou para dominá-lo significa afastar-se do presente imediato e do futuro iminente, urgência e ameaça, cujo presente é considerável. Limitado no presente, o subproletário só conhece o futuro sem as amarras do devaneio. Porque o campo dos possíveis tem os mesmos limites do campo das possibilidades objetivas, o projeto individual e a consciência revolucionária têm partida ligada. Para que as condutas individuais — a começar pelos atos econômicos — possam organizar-se segundo um plano de vida e para que possa se formar uma consciência sistemática e racional do sistema econômico como tal, é preciso que a pressão da necessidade econômica se abrande, o que interdiz a suspensão da adesão fascinada do dado atual, condição da posição de possíveis laterais. Resulta disso que nas diferentes etapas do *processus* que leva da existência deixada ao acaso para a conduta econômica regulada pelo cálculo correspondem diferentes formas da consciência do desemprego e da consciência revolucionária¹.

Interrogados sobre a renda que ser-lhes-fá necessária para viver bem, os indivíduos providos de recursos mais medíocres

1. A fim de tornar evidente de modo mais claro a afinidade estrutural que une as disposições políticas e as disposições econômicas, representou-se sob forma sinóptica e esquemática a descrição dos diferentes sistemas de disposições, que será retomada mais adiante.

tendem, em sua maioria, a formular aspirações desmedidas que parecem distribuir-se ao acaso, sendo a variação entre a renda estimada como necessária e a renda, real, na maioria das vezes, gigantesca. Tudo se passa como se a maioria dos subproletários fosse incapaz de medir suas necessidades, mesmo sobre o modo de efetuar o cálculo abstrato. E contudo, pois que ela faz parte das preocupações as mais rotineiras, as mais urgentes, a avaliação das necessidades tem menores probabilidades de ser desprendida da realidade do que as opiniões relativas aos aspectos da existência a propósito das quais, como diz um dos inquiridos, "é permitido sonhar".

Se for pois sempre necessário hierarquizar as opiniões que empenham o futuro segundo sua modalidade, desde o devaneio até o projeto arraigado na conduta presente, é preciso não esquecer que o grau de compromisso na opinião formulada é função do grau de acessibilidade do futuro visado; ora, este futuro é mais ou menos acessível segundo as condições materiais de existência e o estatuto social de cada indivíduo e, por outro lado, segundo o domínio da existência que se acha empenhado: é assim por exemplo que as opiniões relativas ao futuro das crianças, pois que elas supõem um plano de vida para duas gerações, são ainda mais desgrehadas do que a avaliação das necessidades.

Não vai causar admiração observar que as aspirações tendem a se tornar mais realistas, mais estritamente medidas às possibilidades reais, à medida que estas últimas se elevam. É assim que a variação entre o rendimento estimado necessário e o rendimento atual diminui à medida que o rendimento aumenta, o que significa que a distância entre o nível de aspiração e o nível de realidade, entre as necessidades e os meios, tende a decrescer à medida que os rendimentos aumentam. O cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta, à medida que a melhoria das condições materiais o permite.

Extremamente reduzido para os subproletários, condenados a planejar possíveis impossíveis, o campo do futuro real, isto é, realmente acessível, não pára de se desenvolver à medida que os rendimentos aumentam. O grau de liberdade que é concedido a cada trabalhador, liberdade de escolher seu emprego e seu empregador, liberdade de definir o ritmo e a qualidade de seu trabalho, liberdade de reivindicar o respeito nas relações profissionais, varia consideravelmente segundo as categorias sócio-profissionais, segundo os rendimentos e acima de tudo segundo o grau de qualificação ou o nível de instrução. Do mesmo modo, o campo dos possíveis tende a se alargar à medida que a pessoa se ergue na hierarquia social: enquanto que a grande maioria não pode esperar nem da antigüidade na empresa nem da ação reivindicativa uma melhoria de sua situação profissional e uma elevação de seu estatuto social, uma minoria de privilegiados beneficia-se de um conjunto de garantias que dizem respeito ao presente e ao futuro. Como a ascensão no espaço de uma vida, a mobilidade em duas gerações, sempre relativamente fraca, varia grandemente segundo as categorias².

Seja que se avaliem as necessidades da família ou que se considere o futuro das crianças — que aparecem como um encargo desde que se faça concretamente caso de seu futuro e, de modo particular, de sua educação —, seja que se considere seu próprio futuro profissional ou que se emitam apreciações gerais sobre a sociedade, as opiniões se tornam mais realistas, isto é, mais estritamente medidas à realidade, e mais racionais,

2. Para os filhos de agricultor ou de operário agrícola, a ascensão social, sempre muito rara, supõe a ruptura com o meio familiar pela emigração para as cidades ou para a França. Para os filhos de comerciantes e de artesãos, as esperanças de promoção são tanto mais reduzidas quanto à herança profissional é maior, as tradições de profissão mais fortes e a probabilidade de uma herança importante mais elevadas. São os pequenos comerciantes que fornecem um contingente relativamente importante de operários e de empregados.

isto é, mais estritamente submetidas ao cálculo, à medida que as possibilidades efetivas aumentam (dos quais o nível de instrução e o rendimento são bons índices). A esperança de elevar-se na profissão varia de maneira significativa segundo a categoria sócio-profissional, do mesmo modo que a modalidade dessa esperança. A instabilidade do emprego e a irregularidade dos rendimentos que resulta daí, a ausência de garantias que dizem respeito ao futuro, mesmo o mais próximo, a consciência (exasperada pela experiência) por ter absoluta falta de todos os meios indispensáveis para poder apartar-se da incoerência e do acidente, condenam ao desespero. Interrogados quanto às suas esperanças de elevar-se em sua profissão, os subproletários respondem muitas vezes em tom de brincadeira:

Não espero nada, disse um cantoneiro de Saída, para mim, é a pá e a enxada.

Não só toda esperança razoável de ascensão social lhes é interditada, mas a idéia mesmo de tal esperança:

Trabalho o ano todo por 9.000 francos por quinzena, mais 2.000 francos por mês. Isto perfaz 20.000 francos. Com nove pessoas a cargo, como querem que eu viva com isso? Empurro seges, nem ao mesmo se tem o direito de as pôr em marcha. Fico vigiando. É sempre a mesma coisa, todos os dias, há longo tempo. Elevar-me! Estão sonhando, ou querem que eu sonhe? Não tenho ofício e não é fazendo o que eu faço que vou aprender um. Ah, se eu fosse instruído, teria encontrado outro trabalho... Teria podido esperar... (guarda em uma garagem — Philippeville).

Na ausência de expectativas razoáveis, só restam o devaneio e a utopia. A distância entre as aspirações e a realidade tende para o infinito. Se a esperança realista de ascensão se torna cada vez mais freqüente à medida que houver aumento de rendimentos, ela parece depender mais precisamente das garantias e das certezas sobre o futuro que ocasiona a profissão exercida. O estudo das modalidades das esperanças de ascensão

em duas gerações, através dos desejos formulados a respeito do futuro das crianças, confirma as análises precedentes. A mira do futuro depende estritamente, em sua forma, e em sua modalidade, das potencialidades objetivas que são definidas para cada indivíduo por seu estatuto social e por suas condições materiais de existência. O projeto mais individual nunca é senão um aspecto das esperanças estatísticas que estão associadas à classe.

É evidentemente entre os subproletários que há um abismo maior entre o imaginário e a experiência e a incoerência entre opiniões é mais freqüente. Um desempregado de Constantine, desprovido de todo e qualquer recurso, avalia em 200.000 francos por mês o rendimento que lhe é necessário para satisfazer as necessidades de sua família. Interrogado sobre o futuro que desejará ter para seus filhos, ele declara:

Eles iriam para a escola; quando tivessem instrução suficiente, iriam escolher por si próprios. Mas não posso mandá-los para a escola. Gostaria, se pudesse, instruí-los durante longos anos para que pudessem ser médicos ou advogados. Mas não tenho ajuda de espécie alguma. Só me é permitido sonhar.

Mesma ruptura nítida entre as aspirações imaginárias e a situação real com esse desempregado de Saída que, depois de ter dito recear estar forçado a retirar seus filhos da escola por falta de recursos, deseja para a filha:

que ela vá até o fim, até que ela alcance êxito; até o bacharelado, se puder, ou até a graduação universitária; assim ela vai poder trabalhar como professora.

São os mesmos indivíduos que quando lhes é perguntado se desejam que seus filhos prossigam em seus estudos depois de terem conseguido o diploma da escola primária, respondem muitas vezes: "Sim, até o fim".

Ou então, como esse servente de Oran:

Indiquem o que tiver de melhor.

Mesma ausência de matizes, mesmo irrealismo onírico nas opiniões que dizem respeito ao trabalho das mulheres. É com efeito entre os indivíduos de rendimentos mais medíocres que se encontra a percentagem mais elevada de respostas sem matizes, positivas ou negativas, indiferentemente.

Com os assalariados permanentes, penetra-se em outro universo. A consciência dos limites exprime-se simultaneamente à esperança realista de querer elevar-se:

Gostaria de ser ajudante de enfermagem [diz um servente de enfermaria do hospital de Constantine]. Para ser enfermeiro, é preciso ser especializado. Mesmo que se peça alguma coisa, não se consegue tê-la. É preciso freqüentar cursos. Aquele que é ajudante de enfermaria (com o C. E. P., isso é possível), consegue fazer alguma coisa. Com os moleques, pode-se alcançar 105.000 francos.

Interrogado quanto ao futuro de seus filhos, ele responde:

Isso, meu amigo, é demais, ainda não pude pensar no assunto. Uma profissão no campo da técnica: engenheiro, eletricista. Há médicos demais. É a técnica que falta. Se há dez bares, não se vai abrir mais um. Há médicos que estão desempregados. Se eu colocar os rapazes no campo da técnica, é para que eles sejam considerados.

Este exemplo bastará para demonstrar como as aspirações tendem a circunscrever-se à medida que aumenta a possibilidade de satisfazê-las, talvez porque a consciência das dificuldades interpostas se torna mais aguda, como se nada fosse realmente impossível enquanto nada é realmente possível.

Em resumo, o conjunto das atitudes econômicas define-se em relação a dois umbrais. O emprego permanente e a renda regular, com todo o conjunto de garantias sobre o futuro que asseguram, fazem chegar ao que se pode chamar de *patamar de segurança*: a razão de ser da atividade econômica fica sendo

a satisfação das necessidades e o comportamento obedece ao princípio da maximização da segurança. A acessão ao *umbral de calculabilidade* (ou de empreendimento), que é essencialmente marcado pela posse de rendimentos aptos a libertar da preocupação pela subsistência, coincide com uma transformação profunda das disposições: a racionalização da conduta tende a se estender à economia doméstica, sítio das últimas resistências e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreendido e dominado pelo cálculo e pela previsão. Deste modo, de todos os numerosos índices das transformações do *habitus* econômico em função das condições de existência, o mais seguro é sem dúvida o número de pessoas empregadas pela família: com efeito, entre os meios de aumentar os rendimentos, a multiplicação das fontes de renda pelo trabalho de vários membros da família está para as categorias mais desfavorecidas como as horas extraordinárias ou as promoções estão para as outras. Máxima para a faixa de rendimentos mais baixa, a percentagem média de pessoas ocupadas por família diminui regularmente à medida que a renda familiar aumenta e depois torna a aumentar a seguir regularmente: isso testemunha que deste lado do patamar de segurança impõe-se a multiplicação das fontes de rendimentos. Desde que aparece um emprego permanente, os recursos de complementação, muitas vezes procurados por empregos casuais, perdem todo sentido, estando garantida a segurança. No umbral superior, vemos reaparecer vários empregos, mas todos eles estáveis e bem remunerados.

Este modelo não vale, é escusado dizer, senão para os trabalhadores do setor moderno. O comércio e o artesanato constituem uma vaga protegida e reservada que oferece um refúgio para aqueles que não estão armados para a competição econômica ao mesmo tempo que mantém, numa lógica pré-

-capitalista, capitais e capacidades que poderiam ser investidos no setor moderno.

Os capitais argelinos tendem a ser investidos no comércio ou então nesses setores da indústria (têxteis, vestuário, couros e peles, alimentação) onde podem ser mantidas as empresas tradicionais de tipo familiar, muitas vezes conduzidas à maneira de empresas comerciais ou usuárias, asseverando ao patrão a gestão financeira do negócio, comprando ele mesmo a matéria-prima, fixando os preços e vigiando as vendas. Como esse tipo de indústrias, o comércio não exige competências técnicas complexas nem requer uma participação direta à atividade da empresa. Sabe-se além do mais que o capital empenhado pelo comerciante torna a entrar mais depressa do que aquele que é investido em empresas de produção. O varejista e o revendedor, que podem conduzir seus negócios sem adquirir direitos de propriedade sobre as mercadorias comercializadas, correm o mínimo risco possível, pois das perdas devidas à degradação da mercadoria postas de lado, eles unicamente se expõem a perder o benefício. O empreiteiro industrial, que empenha um capital mais importante e para um tempo maior, entrega-se à conjuntura e, acima de tudo, na falta de possibilidade de poder abranger pelo intuito o conjunto do *processus* de produção, deve recorrer ao cálculo racional dos riscos e das probabilidades. É a atitude com relação ao tempo e ao cálculo que ele autoriza, que torna o comércio no asilo do espírito pré-capitalista no seio do mundo urbano e que faz com que o pequeno comerciante se aparente ao pequeno camponês por meio de tantos traços de seu estilo de vida e de sua visão do mundo.

Essas atividades das quais não se espera, na maioria das vezes, outra coisa senão os meios de subsistência, constituem aos próprios olhos daqueles que as exercem, uma coisa para a qual a pessoa se resolve por falta de coisa melhor. A concorrência do comércio europeu e da fração racionalizada do comércio argelino (por exemplo, as empresas mozabitas em Argel e num sem-número de cidades da Argélia) sujeitam os pequenos comerciantes à clientela mais despojada que procura por eles, posto que esses comerciantes concedem crédito e desconto.

Benefícios medíocres e instáveis, capital reduzido e muitas vezes empenhado sob forma de adiantamentos à clientela, outros tantos obstáculos objetivos à racionalização. Além disso, perpetuando muitas vezes no mundo urbano atitudes rurais, os comerciantes estão geralmente pouco propensos para racionalizar sua empresa: a maioria deles, iletrados, ignora a contabilidade em partida dupla e a distinção entre o orçamento familiar e o orçamento da empresa e confunde muitas vezes entradas e benefícios; passa-se por transições infinitesimais do pequeno comércio como simples ocupação ao comércio realmente lucrativo. Compreende-se que o artesanato e o comércio sejam o amparo do tradicionalismo no seio da sociedade urbana: não há nada na atividade profissional, no meio de trabalho (na maioria das vezes confundido com o meio familiar), nos contatos com a clientela que possa incitar o comerciante a mudar de estilo e de modo de pensar; totalmente ao contrário, o sistema de representações e de valores legado pela tradição está perfeitamente de acordo com uma atividade econômica que exclui a racionalização.

Tantos os indivíduos interrogados sobre as causas do desemprego, quantas foram as formas e os graus da consciência de uma mesma situação apreendida através das experiências diferentes³. Com efeito, desde a demissão pura e simples até a

3. Se bem que tivesse sido imposto pela situação de controle policial que excluía toda interrogação direta sobre a guerra revolucionária, a escolha de interrogar sobre as causas do desemprego para apanhar atitudes políticas inspirava-se também pela preocupação de apreender essas atitudes no terreno onde elas tinham maiores possibilidades de se exprimir com o máximo de realismo. De fato, como foi mostrado pela análise mesmo das respostas (e acima de tudo a análise estatística das variações da definição implícita do trabalho e do desemprego implicada no fato de declarar-se ou não o chefe da família), o único fato de falar de desemprego já encerrava uma imposição de problemática (pelo menos quando a questão se dirigia aos menos urbanizados e aos mais velhos entre os inquiridos).

totalização coerente, passa-se por uma série de gradações. "Há desemprego" ou "há desemprego em demasia", "não há trabalho", ou "não há trabalho suficiente", "há muita gente" ou "há gente em demasia": esse discurso, por rudimentar que seja, funciona só na aparência. O desemprego obsedia os espíritos no verdadeiro sentido da palavra. Rege as condutas, orienta as opiniões, inspira os sentimentos. E contudo, muitas vezes escapa à consciência e ao discurso sistemático. É o centro invisível em torno do qual gravitam os comportamentos, o ponto de fuga virtual da visão do mundo.

Se a consciência do desemprego pode existir sem conseguir formalizar-se senão na linguagem das práticas ou em um discurso que faz um pleonasmo com a realidade, ela pode também, já foi visto, estar totalmente ausente: com efeito, enquanto o trabalho se define como função social, as noções de desemprego ou de subemprego não podem se formar. A aparição da consciência do desemprego marca pois uma conversão da atitude com respeito ao mundo. A adesão natural a uma ordem tida como sendo natural, por ser tradicional, acha-se suspensa; o trabalho costumeiro é percebido e medido em relação a um sistema novo de referências, a saber a noção de emprego total tirada da experiência do trabalho no setor moderno. É assim que, por percentagens de ocupação real muito próximas, os rurais das regiões cabilas de bom grado se declaram desempregados, se avaliarem que sua atividade é insuficiente, quando, ao contrário, os agricultores e os pastores do Sul argelino se dizem, antes, ocupados. Pode-se indiferentemente afirmar que os desempregados cabilas são agricultores que se declaram desempregados ou então que os agricultores do Sul são desempregados que se desconhecem como tais. Uns, antigos emigrados ou membros de um grupo profundamente transformado, em suas práticas econômicas e suas representações da economia, por uma

longa tradição de emigração em direção às cidades da Argélia ou em direção à França, julgam a atividade agrícola tradicional por referência, a única atividade digna desse nome, a que fornece um rendimento em dinheiro, como desemprego, pois; quanto aos outros, na ausência de tal concepção do trabalho, eles não podem interpretar como desemprego a inatividade à qual estão condenados e menos ainda as ocupações que a ordem tradicional lhes outorga.

Deste modo o desemprego pode em primeiro lugar existir "em si", sem ser apreendido enquanto tal; num segundo nível, a "consciência" do desemprego pode se manifestar na prática sem explicitar-se ou unicamente em formas muito rudimentares de discurso tais como o enunciado pleonástico e tautológico do dado. A expressão da consciência do desemprego marca pois a passagem para um terceiro nível: desde então, a consciência e sua expressão têm parte ligada, a riqueza e a clareza do conteúdo da consciência crescem paralelamente à riqueza e à clareza da expressão que lhes é dada. Grande número de pessoas propõe explicações parciais que outra coisa não são, na maioria das vezes, senão o enunciado das experiências as mais marcantes de sua vida profissional, sendo que a explicação sempre traz a marca das circunstâncias e das condições concretas de sua emergência; outros, menos numerosos, propõem uma soma de explicações unilaterais, simplesmente justapostas num conjunto aditivo, a preocupação de fazer a síntese permanecendo ausente na maioria das vezes, como é testemunhado pelas contradições e pelo fato que é muitas vezes difícil discriminar entre a expressão parcial e o estereótipo⁴.

4. Eis aqui dois exemplos dessas duas categorias de respostas:
 - A. "Não há fábricas suficientes", ou: "Não há trabalho porque há estrangeiros em demasia".
 - B. "Não há fábricas suficientes: são os espanhóis que tomam todos os lugares e para nós não sobra nada, o que é que você quer".

É preciso deixar de lado o que se poderia chamar de quase-sistematização afetiva, isto é, uma visão unitária do mundo econômico e social do qual o princípio de unificação não é da ordem do conceito, mas do sentimento, e que apreende o mundo colonial como universo dominado por uma vontade maligna e todo-poderosa. O que praticamente acontece na experiência cotidiana, são com efeito desigualdades concretas e conflitos particulares, sendo o sistema colonial compreendido somente através de suas manifestações. Também, a estrutura e os mecanismos objetivos do sistema, e acima de tudo o sistema enquanto tal, não podem senão escapar a espíritos absorvidos pelas dificuldades imediatas da vida cotidiana: a revolta é dirigida antes de mais nada contra pessoas ou situações individuais, nunca contra um sistema que se trataria de transformar sistematicamente. E como poderia ser de outro modo? O que é percebido não é a discriminação, mas o racista; não é a exploração, mas o explorador; nem é mesmo o patrão, mas o contra-mestre espanhol.

Estritamente atados a uma condição particular, os subproletários não saberiam ir para além das manifestações fenantais do sistema colonial que os detêm e às quais eles se prendem porque elas se propõem com uma urgência excepcional em sua existência cotidiana ou por estarem mais carregadas de força emocional. Convidados a dar a razão de um mundo que desafia a razão, não têm outro recurso senão o estereótipo, discurso que se situa a meio caminho entre a ficção e a experiência, entre o construído e o casual, que parece referir-se ao dado quando esse é completamente forjado e que aparece como *flatus vocis* mesmo quando exprime a experiência, porque as sujeições automáticas de palavras aí têm o lugar das significações autênticas.

É entre os subproletários e os pequenos burgueses que se encon-

tra a proporção mais forte de propósitos estereotipados e de discursos que obedecem à lógica da quase-sistematização afetiva. O discurso vazio não é o apropriado dos subproletários. Contudo, se bem que entre os pequenos burgueses a palavra vazia não exprime muitas vezes senão a pretensão desarmada, ela sempre conserva entre os subproletários uma forma de verdade e de plenitude, porque, na qualidade de queixa, ela exprime dramaticamente uma experiência dramática e não se dá nem como explicação suficiente de uma inexplicável existência, nem como expressão adequada de uma experiência inexprimível, mas como uma confissão incoerente da incoerência insuperável.

Contudo, o caráter sistemático das experiências as mais diversas, desde o trote até o desemprego, é ressentido intensamente. Também a simples descrição de um dado particular, de um certo tipo de relações entre as pessoas por exemplo, excede-se a si própria em direção à apreensão do sistema exterior e superior aos indivíduos.

O europeu é favorecido, aqui; para alguns, estar desempregado, é uma coisa perfeitamente natural; para um europeu, é um escândalo que ninguém iria suportar, a administração, os outros europeus. Faz-se todo o possível para encontrar algo a fazer para eles. Encontra-se-lhes qualidades, qualificações; mesmo que não tenham nenhuma, faz-se o possível para encontrar alguma. E, uma vez colocadas, essas pessoas irão encontrar-se pelo menos algo acima de todos os muçulmanos. Não pode haver pior operário do que eles! O pistolão é isso, sem que se saiba quem tenha sido exatamente o pistolão; é todo o mundo (marceneiro, Argel).

Deste modo, as experiências particulares são vividas como o resultado de uma espécie de plano sistemático. Com efeito, nessa lógica, somente uma vontade pode ser responsável pelo caráter coerente e quase metódico das provas sustentadas e somente uma vontade diabólica pode se esforçar para envolver os homens numa sujeição inelutável de situações catastróficas.

O desemprego não é compreendido como um aspecto de uma conjuntura econômica e social mas como a obra de uma

espécie de Deus mau e oculto que pode se encarnar, segundo as circunstâncias, "nos europeus", "nos espanhóis", "nos franceses", "na Administração", "no Governo", "neles", "naqueles", "nos outros". É isso que quer aquilo que se diz "está ordenado".

Os franceses [diz um desempregado de Saida] não querem me dar trabalho. Todos esses caras que lá estão ao meu lado não fazem nada. Todos eles têm certificados; um deles é pedreiro, outro é motorista, todos eles têm um ofício. Porque então eles não têm o direito de trabalhar! Falta-nos tudo, os franceses têm tudo o que é preciso para bem viver. Mas, para nós, nada querem dar, nem trabalho nem nada.

E esse dono de mercearia de Argel:

É preciso que aquele que tem trabalho o forneça, não o esconda.

A freqüência e a intensidade emocional com as quais é evocado o pistolão, da maneira tão pouco determinada quanto possível, fora de toda e qualquer referência por vezes a uma situação concretamente experimentada, mostra a evidência de que, para os mais desfavorecidos, é um ponto base da razão mítica tanto quanto da experiência. A vida vivida como jogo de azar faz surgir poderes impessoais e personalizados, onipresentes e localizados, benéficos e maléficos, que movem e animam todo o universo social.

Agora, [diz um carregador de Oran] é o pistolão que passa em primeiro lugar! Eh, sim! Alguns, pela força de seus punhos, não conseguem chegar. A meu ver, é assim mesmo, direto, o pistolão em marcha.

O pistolão maléfico e suas manifestações, a discriminação, os colonos, os espanhóis ou as máquinas, todos esses poderes hostis, surgidos da experiência, são transfigurados pela razão mítica. E o sentimento de uma malevolência sistemática se associa naturalmente à crença no poder total do pistolão benéfico, *baraka* do subproletário.

O fatalismo pessimista, fundado na convicção de que é absurdo lutar contra uma maldade todo-poderosa, nada deve ao sentimento de *mektub* da antiga religiosidade. A revolta do ressentimento, que deita as culpas menos no sistema enquanto tal do que em suas manifestações, está inseparável, na maioria das vezes, da demissão resignada e o miserabilismo inspira-se na mesma lógica da quase-sistematização afetiva. São as mesmas pessoas que dizem: "Eles não querem nos dar trabalho" e "Eles não nos dão o suficiente".

Substituindo a intenção à necessidade, a pessoa se coloca à mercê dos decretos arbitrários deste poder do qual ela é vítima, mas do qual, a despeito de tudo, é esperada como se fosse uma esmola à satisfação das expectativas vitais. Não é pois o senso profundo da conduta dos fazedores de pedidos que se obstinam na mira do impossível, como para mascarar ou compensar, por uma operação substitutiva, uma derrota e uma demissão subterraneamente reconhecidas?

A quase-sistematização afetiva é o tipo mesmo da compreensão que o subproletário se faz do mundo econômico e social. O sentimento é com efeito o único princípio de possível unificação de uma experiência dramática dominada pela incoerência. Os sofrimentos impostos pela situação a mais desumana não são motivos suficientes para que se conceba uma outra ordem econômica e social; tudo se passa ao contrário como se fosse necessário que a miséria se afrouxasse e autorizasse a concepção de uma outra ordem econômica e social para que pudesse ser discernida como tal e imputada a um sistema explicitamente tomado como injusto e inadmissível. Pois que a miséria lhes se impõe com uma necessidade tão total a ponto de não lhes deixar entrever nenhuma saída razoável, os subproletários tendem a viver seu sofrimento como sendo coisa habitual, na verdade como natural, a título de componente inevitável.

tável de sua existência; e por não possuírem o mínimo de segurança e de cultura indispensável, não podem conceber claramente a mudança global da ordem social que seria capaz de abolir suas causas. Depois de ter feito visitar sua miserável barraca e feito observar a absoluta falta de tudo que fosse necessário para seus filhos, um motorista de Oran acrescentava:

Minha vida, é isto. É só o salário que não é decente. Para o resto, somos feitos para isto.

Pois que a consciência dos obstáculos objetivos à obtenção de um emprego ou de uma renda suficiente os remete para a consciência de suas incapacidades, a falta de instrução e de qualificação profissional por exemplo, os subproletários tendem a imputar suas faltas às faltas de seu ser antes que às faltas da ordem objetiva:

A cada qual sua sorte [diz um servente de Constantine]. Aquele que não tem instrução, nada tem. Fazem-no penar até que fique ajoelhado no chão. É essa a vida daquele que não sabe ler.

Eles nunca acedem à consciência do sistema como sendo também responsável por sua falta de instrução e de qualificação profissional, isto é, ao mesmo tempo por suas faltas e pelas faltas de seu ser.

Longe de poder determinar por si só a tomada do dado como coisa insuportável ou revoltante, a pressão da necessidade econômica tende mesmo interdizer a *tomada* de consciência, que supõe coisa totalmente diferente de uma espécie de *cogito* revolucionário. Por falta de apreender enquanto tal o sistema de que sua situação é um aspecto, os subproletários não podem ligar a melhoria de sua condição a uma transformação radical do sistema; suas aspirações, suas reivindicações e mesmo sua revolta se exprimem na lógica que o sistema lhes impõe. É assim que o pistolão, esse produto do sistema, é tido como sendo o único meio para dobrar o rigor sistemático do sistema.

Em resumo, a alienação absoluta aniquila a consciência mesmo da alienação.

Para que a consciência do desemprego e do sistema que o funda possa se enunciar, é preciso que a urgência do mundo se relaxe: a consciência do não emprego e de seu fundamento objetivo é outra coisa e é de outra ordem do conhecimento implícito que não se exprime senão na prática ou na linguagem ambígua e muitas vezes contraditória do sentimento. De um lado, a revolta do sentimento, expressão incerta e incoerente de uma condição caracterizada pela insegurança e pela incoerência, do outro, o radicalismo revolucionário, resultado da consideração sistemática da realidade, duas atitudes que correspondem a dois tipos de condições materiais de existência: de um lado, os subproletários das cidades e os camponeses desarraigados, cuja existência não é senão fatalidade e arbitrariedade; do outro, os trabalhadores permanentes do setor moderno, providos de um mínimo de segurança e das garantias que autorizam a perspectivação das aspirações e das opiniões. A desorganização da conduta cotidiana interdiz a formação desse sistema de projetos e de previsões racionais cuja consciência revolucionária é um aspecto. *Força de revolução*, os camponeses proletarizados e o subproletariado das cidades não formam uma *força revolucionária* na verdadeira acepção da palavra. Com o emprego permanente e o salário regular, pode-se formar uma consciência temporal aberta e racional; as ações, os julgamentos e as aspirações se ordenam em função de um plano de vida. É então e somente então que a atitude revolucionária toma o lugar da evasão no devaneio ou da resignação fatalista.

É por isso que é preciso recusar a tese segundo a qual o proletariado não seria, nos países colonizados, uma verdadeira força revolucionária, sob pretexto de que, à diferença das massas camponesas, ele tem tudo a perder, a título de maquinismo

administrativo insubstituível do maquinismo colonial. É bem verdade que, numa sociedade obcecada pelo desemprego, os trabalhadores, que têm a segurança de um emprego permanente e de rendimentos regulares, formam uma categoria privilegiada. É bem verdade que, *sempre e em toda a parte*, o proletariado está determinado, tanto quanto por suas condições materiais de existência, pela *posição* que ocupa na estrutura social, não no ponto mais baixo, na parte mais afastada, como o quer determinada representação escatológica da revolução como desarranjo, mas no topo de uma *carreira negativa*, a que conduz para a recaída no subproletariado; mais simplesmente, compreender-se-ia melhor certas práticas por demais apressadamente imputadas ao conservantismo dos proletários (ou de seus "aparelhos") se se soubesse que, ao mesmo título da solidariedade efetiva, as escassas vantagens associadas à estabilidade do emprego estão à mercê de um acidente, de uma doença, de uma corrupção, e que tudo o que os burgueses (revolucionários ou não) se apressam em descrever como sinais de aburguesamento, são em primeiro lugar fortificações levantadas contra os reveses ofensivos da miséria.

Àqueles que têm o privilégio de ser o objeto de uma exploração permanente e "racional" e de se beneficiar das vantagens correlativas, cabe também o privilégio de uma verdadeira consciência revolucionária: este objetivo realista do futuro não é com efeito acessível senão àqueles que têm os meios de enfrentar o presente e de nele procurar um início de execução de suas esperanças, em vez de deixarem se levar a dar uma demissão resignada ou a se entregar à impaciência mágica daqueles que estão por demais esmagados pelo presente, para poder visar outra coisa senão um futuro utópico, negação imediata e mágica do presente.

4. AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA TRANSFORMAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS

As disposições econômicas e políticas não podem ser compreendidas senão por referência à situação econômica e social que estrutura toda a experiência pela mediação da apreensão subjetiva do futuro objetivo e coletivo; essa apreensão depende em sua forma, em sua modalidade e em seu conteúdo, das potencialidades inscritas objetivamente na situação, isto é, do futuro que se propõe a cada agente como sendo acessível, a título de futuro objetivo da classe à qual ele pertence. Na Argélia, assim como na maioria dos países em vias de desenvolvimento, a delimitação mais nítida é a que separa, dos trabalhadores permanentes, manuais ou não manuais, a massa dos desempregados ou dos trabalhadores intermitentes, diaristas, serventes ou pequenos comerciantes, outras tantas condições intercambiáveis, que cabem muitas vezes sucessivamente ao mesmo indivíduo. De fato, a cada uma das condições econômicas e sociais corresponde um sistema de práticas e de disposições organizado em torno da relação ao futuro que aí se acha implicado. Esses sistemas de disposições podem ser descritos sincronicamente como devendo distribuir-se segundo a hierarquia objetiva das condições econômicas e sociais às quais eles correspondem. Mas pode-se também ver aí outras tantas etapas de um *processus* ordenado: considerando que, no instante *t* os sistemas de dis-

posições de dois indivíduos ou de duas classes sociais A e B são definidos por condições econômicas e sociais X_A e X_B , supõe-se que na época t_1 o indivíduo ou a classe A tendo adquirido a condição B irá adotar o comportamento que era o de B na época t. Desde então, pode-se considerar que a descrição dos sistemas de disposições das diferentes classes sociais é ao mesmo tempo uma descrição das diferentes etapas do *processus* de "racionalização".

Ao escolher estudar o *processus* de adaptação dos trabalhadores ao sistema capitalista e a assimilação das categorias que ele pressupõe e exige, evitar-se-á evidentemente de ignorar que a ação de encarar as sociedades, a confrontação das culturas e as mudanças culturais e sociais que disso resultam, efetuam-se sob a pressão da necessidade econômica a mais implacável e não tomam seu inteiro sentido senão em referência ao sistema colonial e ao que faz sua especificidade, a saber a relação de denominação que impõe aos colonizados a adoção da lei do colonizador, em matéria de economia e mesmo de estilo de vida, impedindo à sociedade dominada o exercício do poder de seleção. Resulta disso que pode-se descrever como rationalização o processo de adaptação à economia importada pela colonização sem esquecer que essa economia não é racional senão *formalmente* e que, repousando sobre uma *contradição* essencial, ela não pode ganhar em rationalidade formal senão perdendo em rationalidade material.

Pode-se ter por estabelecido que a pressão da necessidade econômica pode por si só impor a submissão forçada (o preço da qual é a subsistência) à ordem econômica importada pela colonização; que ela pode determinar o desmoronamento das normas e dos esquemas que, tradicionalmente, regiam as condutas econômicas; que ela pode também suscitar e manter condutas econômicas absurdas, tanto segundo o espírito da economia pré-capitalista quanto segundo a lógica da economia capitalista. Quer isso dizer que a necessidade econômica que pode alquebrar um sem-número de resistências culturais e tornar insustentável a fidelidade às tradições é por si só capaz de determinar a reinvenção criadora de novas estratégias econômicas

e a adesão eletiva ao *ethos* que, no sistema econômico capitalista, lhe é solidário? Se for verdade que é preciso que os determinismos econômicos se afrouxem para que apareça a possibilidade de submeter efetivamente a conduta econômica aos imperativos da "racionalização", isso significa que as transformações bruscas ou graduais do *habitus* econômico, as quais vimos que são cumpridas em certos casos sob a pressão da necessidade econômica, sempre ficam dependentes das condições materiais: é preciso admitir, portanto, que elas são pura e simplesmente impostas? Em outras palavras, se a acessão ao mínimo de segurança é a condição necessária da "rationalização" efetiva da conduta, será ela também condição suficiente da constituição efetiva de um sistema de finalidades a mais alta das quais seria a maximização do rendimento em dinheiro?

Instalados na instabilidade, despojados das proteções que as tradições seculares garantiam mesmo ao último dos *khammès* desprovidos da qualificação e da instrução que — elas somente — poder-lhes-iam assegurar a segurança à qual eles aspiram supremamente, encerrados na existência do dia-a-dia e na inquietação crônica do amanhã, os subproletários, desempregados e diaristas ocasionais, pequenos mercadores, empregados das pequenas empresas e dos pequenos comércios, serventes, são mantidos na absoluta impossibilidade de calcular e de prever por um sistema econômico que exige a previsão, o cálculo e a rationalização da conduta econômica.

Às vezes, trabalho um dia, às vezes quatro dias, às vezes estou desempregado durante um mês inteiro. Tenho cerca de 5.000 francos de dívidas. Peço emprestado a um para reembolsar outro, é sempre assim. Não tenho ofício, não tenho instrução, como é que vocês querem que eu viva? Trabalho como servente, carrego água, pedras para a construção (...). Ah, se eu encontrasse trabalho! Bem vêm que estou preso até a garganta. Quando não trabalho como servente, vou à cidade e trabalho como carregador no mercado. Peço emprestado de um lado e de ou-

tro (...). Saio de manhã às cinco horas, e para adiante! Procuro, procuro. Às vezes, volto ao meio-dia ou uma hora e sempre nada, nada (...)! O que eu ganho, é como o meu trabalho. Nunca é regular, nunca é seguro. O que é que se pode fazer? Ganho cerca de 10.000 francos, em média, Faria não importa o quê para poder ganhar o pão para minha família (servente sem emprego regular, Constantine).

Para esses homens dispostos a fazer de tudo e conscientes de não saberem fazer nada, sempre disponíveis e totalmente submissos a todos os determinismos, desprovidos de um ofício de verdade e votados, por causa disso, a todas as aparências de profissão, nada há de sólido, nada de seguro, nada de permanente. O emprego do tempo cotidiano repartido entre a procura do trabalho e os trabalhos eventuais, a semana ou o mês repartidos ao acaso do engajamento em dias de trabalho e dias de desemprego, tudo isso leva a marca da precariedade. Nada de horário regular nem de lugar de trabalho fixo. A mesma discontinuidade no tempo e no espaço. A procura de trabalho é a única constante desta existência sacudida ao bel-prazer do acaso; e também o fracasso cotidiano da busca. Procura-se trabalho “à esquerda e à direita”, pede-se emprestado “à esquerda e à direita”; pede-se emprestado à direita para reembolsar à esquerda. A vida inteira se passa sob o signo do provisório.

Meu trabalho [diz um vendedor ambulante de Tlemcen] não é senão um homem que faz qualquer coisa por falta de melhor, esperando que algo melhor apareça.

Mal adaptados ao mundo urbano no qual se encontram como perdidos, desprovidos de uma vida regular de trabalho e da segurança que garante o produto certo do trabalho, privados das tradições tranquilizadoras da comunidade aldeã e forçados a tudo aprender simultaneamente do mundo da cidade e do mundo técnico, língua, disciplina, habilidades, eles andam obstinadamente encarniçados a forçar o acaso e a tentar encontrar presa sobre um presente que lhes foge.

O desemprego traz uma desorganização sistemática da conduta, da atitude e das ideologias. Interdizendo-lhe o preenchimento de sua função econômica, a falta de emprego regular ameaça a função social do chefe da família, isto é, sua autoridade na família e sua respeitabilidade fora dela. O pai, os irmãos, os primos, e às vezes, mesmo a mulher e as crianças devem prover às necessidades do grupo. A situação extrema, a dos indivíduos que estão a cargo de sua mulher, é vivida, do mesmo modo pelo indivíduo quanto pelo grupo, como sendo a última perda do poder. “A meu próprio aviso, diz um desempregado de Oran, a mulher não deve trabalhar; é proibido. Mas não dá para viver, então ela foi trabalhar”. E esse outro, mencionando a cabeça para expressar a enormidade da situação: “É minha mulher que trabalha para mim, agora!” No momento em que cessa de ser tida como provisória, a permanência num tal estado de dependência é por vezes a causa de uma profunda desmoralização. Acontece que certos vendedores ambulantes acabam por tornarem profissão uma coisa que não era na origem senão algo provisório na espera de algo melhor aparecer. E é o caso, do mesmo modo, de certos desempregados. A pessoa se instala pouco a pouco na resignação fatalista, acomoda-se e acostuma-se irresistivelmente a uma existência parasitária. Acostuma-se ao ofício de desempregado ou de falso trabalhador ficando satisfeita com isso. Os obstáculos objetivos, as aspirações desmedidas e irrealizáveis, as aparências de trabalho e as aparências de esforço para encontrar trabalho, fornecem outros tantos pretextos para a demissão. Multiplica-se as demandas com a convicção do fracasso, espera-se pelo milagre e recusa-se sempre no mais alto grau “a pá e a enxada”. À exploração e à injustiça pode-se opor somente a arma dos desarmados, a fuga, o ardil e o subterfúgio, essa *chтара* tão amiúde evocada: todos os meios são bons para fugir da exploração, para furtar um momento de trabalho desagradável e para ganhar seu salário com o mínimo de esforço. A esses homens acorrentados pela necessidade a uma tarefa que somente lhes traz o mínimo necessário para sobreviver, somente resta uma liberdade no trabalho, a de exprimir sua revolta subterrânea contra a exploração pelo sub-rendimento.

Na ausência de emprego regular, o que faz falta não é somente uma renda assegurada, é este conjunto de sujeições que definem uma organização coerente do tempo e um sistema de expectativas concretas. Como o equilíbrio emocional, o sis-

tema dos quadros temporais e espaciais, dentro do qual se desenrola a existência, não pode se constituir na ausência dos pontos de referência que o trabalho regular vem fornecer. A vida inteira é deixada à incoerência¹. Sai-se cada manhã à procura de trabalho, mais ou menos cedo, de conformidade com uma esperança real ou que se esteja já resignado; anda-se, a manhã inteira, de obra em obra, confiando nas afirmações de um amigo, de um primo ou de um vizinho. Faz-se uma parada no bar para tomar um trago e fumar um cigarro com os amigos. Acaba-se por fazer da busca uma profissão.

Desemprego e emprego intermitente arrasam as tradições mas interdizem a elaboração de um plano de vida racional.

Quando você não tem certeza do dia de hoje [diz um desempregado de Constantine] como poderá ter certeza do dia de amanhã?

E esse pescador de Oran:

Mais eu ganho, mais eu como; menos eu ganho, menos eu como.

Essas duas fórmulas encerram o essencial da existência dos subproletários. A única finalidade da atividade é a satisfação das necessidades imediatas. "Ganho meu pedaço de pão, só isso". "O que ganho, como-o". "Ganho apenas o pão para meus filhos". "Eu trabalho para alimentar meus filhos".

Acabou-se com as antigas tradições de previdência. O cidadão tende assemelhar-se à imagem que dele se fazia o camponês da tradição:

O que o dia trabalhou, a noite comeu...

1. Talvez esteja-se fundamentado a ver, na falta de exatidão dos quadros temporais e espaciais assegurados pelo trabalho regular, uma das causas da incerteza, na verdade da incoerência das opiniões e dos julgamentos, de modo particular no que diz respeito aos problemas relativamente abstratos e gerais.

Às vezes, vê-se ressurgir condutas tradicionais, totalmente aberrantes no novo contexto, e inspiradas pela obsessão pela subsistência:

Tenho as provisões prontas [diz um pequeno merceiro de Oran que ganha de 4 a 500 francos por dia]. Se alguma vez acontece de eu não ganhar nada, assim mesmo consigo comer.

Pois que os sacrifícios levam primordialmente para o consumo, os rendimentos podem aumentar sem que a poupança ou mesmo a idéia de poupar fique evidente, tanto as necessidades excedem aos meios. A mais, o modo de pagamento por dia, particularmente no caso dos diaristas, intermitentes ou regulares, interdiz toda racionalização. Desmembrando os rendimentos em pequenas somas imediatamente permuteáveis com bens destinados a ser consumidos no mesmo dia, isso tende a excluir todas as despesas de equipamento que não podem ser pensadas (e amortizadas) senão a longo prazo.

Por longínquo que o futuro seja anunciado na conduta presente, por longínqua que seja a organização do presente em relação a um futuro assentado pelo cálculo e ligado ao presente numa relação racional, o dia presente é vivido sem referência alguma, nem intuitiva nem racional, ao dia seguinte. As necessidades primárias não são daqueles cuja satisfação pode ser deferida ou sacrificada. É excluído que se possa efetuar uma hierarquização racional das finalidades, condição do cálculo que funda a conduta razoável conforme a razão capitalista.

Um sujeito econômico que esteja conforme esta descrição seria condenado a curto prazo se viesse a se encontrar jogado num universo econômico e social perfeitamente racionalizado. De fato, às margens das cidades africanas ou sul-americanas, existem universos econômicos que constituem como que uma barreira entre os subproletários e o mundo moderno e cuja lei fundamental parece ser aquela que rege as

da sociedade, um lugar no mundo, isto é, ao mesmo tempo, a segurança material e o sentimento de segurança procurado por um novo enquadramento social. O milenarismo revolucionário e a utopia mágica são a única mira do futuro que se oferece a uma classe desprovida de futuro objetivo.

Os trabalhadores se dividem de maneira distinta em dois grupos, os que são estáveis e que fazem de tudo para assim permanecer, os que são instáveis e que estão dispostos a fazer tudo para escapar à instabilidade. Este é o fato fundamental que é preciso ter em mente para compreender, entre outras coisas, o fascínio que é exercido nas camadas as mais desfavorecidas, pelas profissões estáveis, ou mais precisamente, a estabilidade das profissões e, correlativamente, a qualificação profissional e a instrução como meio indispensável para aceder a esta estabilidade: empregos tais como os de guarda, guarda noturno, plantão, vigilante, são também, a seu modo, "profissões de sonho", não somente por serem pouco pesados mas também por serem os mais seguros entre aqueles aos quais pode aceder um indivíduo sem instrução, sem formação profissional, e sem capital. Comum à grande maioria dos operários sem especialidade, pequenos empregados, pequenos artesãos e comerciantes, o desejo da estabilidade torna a forma da aspiração para uma verdadeira profissão — por oposição à simples ocupação — onde as condições de engajamento e de licenciamento, de promoção e de aposentadoria estejam garantidas e regulamentadas, onde proteções sejam instauradas contra os efeitos da concorrência desenfreada, onde as regulamentações sobre a higiene e a segurança, sobre os horários de trabalho, sobre os critérios de qualificação, sobre a remuneração, sejam efetivamente aplicadas. Se a função pública for percebida, de maneira sincrética, como um paraíso profissional, é que, mesmo na ausência de um controle sindical, ela assegura garantias míni-

mas, contra a arbitrariedade, e acima de tudo garante a segurança, definida menos pelo montante dos rendimentos do que por sua regularidade².

Se ela coincidir com um reajuste do conjunto das aspirações, o acesso a um emprego estável não traz necessariamente uma reinvenção das finalidades da atividade econômica que permanece na maioria dos casos, orientada em direção da satisfação das necessidades imediatas. A ambição da grande maioria dos trabalhadores permanentes é chegar a viver "sem ter que fazer contas", isto é, sem dívidas nem economias. Renuncia-se desde que se possa, ao crédito de confiança, que permitia aos mais desfavorecidos realizar um equilíbrio instável entre as aspirações e os recursos. As condutas continuam a obedecer ao princípio da maximização da segurança e as aspirações tendem a se medir nem bem nem mal aos meios disponíveis. Numa situação de desemprego estrutural, aqueles mesmos que acederam à segurança continuam a experimentá-la como sendo uma situação ameaçada e entendem-se como privilegiados. Quando aparece, a vontade de maximizar o rendimento choca-se com as condições objetivas do mercado de trabalho que interdizem o crescimento rentável do esforço. É causa de indignação o fato

2. Daí muitas condutas que podem parecer aberrantes se nos referirmos à lógica da maximização do rendimento. Vejamos um caso observado em Argel em julho de 1960. Um mecânico especializado em conserto de tratores e motores diesel é contratado pelos serviços da Defesa e restauração dos solos como assalariado: percebe uma remuneração fixa de 550 francos ao qual são acrescentados um prêmio de riscos, despesas de transferência, horas suplementares, de modo que o rendimento mensal médio alcança os 800 francos. Por conselho de seu pai, ele prefere se candidatar como mecânico na R. S. T. A. (onde o pai é recebedor): inicia com 360 francos por mês, mas beneficia-se das vantagens que asseguram um emprego público, estabilidade, aposentadoria, férias, etc. Pelas mesmas razões, os artesãos e os comerciantes, cujos rendimentos se situam entre os 300 e os 700 francos, invejam muitas vezes a condição do operário do setor moderno e, *a fortiori*, do funcionário.

que um celibatário possa ganhar tanto quanto um homem casado, denuncia-se o acúmulo dos empregos e o trabalho das mulheres europeias; bastante numerosos são aqueles que parecem não conceber que se possa quantificar sua força e seu tempo de trabalho e que, para avaliar o salário que julga merecer, tomem em consideração suas necessidades e não seu esforço ou sua qualificação. Contudo, as opiniões tendem a sistematizar: a deslocação entre o nível de aspiração e o nível de realização tende a se restringir simultaneamente porque as esperanças se tornam mais medidas e porque as possibilidades efetivas aumentam; ao mesmo tempo, as reivindicações se tornam mais realistas.

Relativamente pouco numerosa em razão do fraco desenvolvimento da indústria, a elite operária participa das vantagens que a economia moderna procura, abono de família, promoção, aposentadoria, habitat moderno, escolaridade das crianças, outros tantos "privilegios" que são inseparáveis da estabilidade do emprego e que tanto os subproletários quanto os semi-proletários do setor tradicional ignoram. O apego a essas vantagens e o contágio das necessidades suscitadas pelo efeito de demonstração iriam constituir obstáculos para a formação de uma consciência revolucionária? De fato, somente indivíduos providos de um sistema coerente de aspirações e de reivindicações, capazes de se situarem dentro da lógica do cálculo e da previsão porque suas condições de existência os autorizam a isso, e porque puderam adquirir, em sua vida profissional, uma atitude progressista e racional, podem apreender sua existência de modo sistemático e realista em referência a um futuro coletivo e aceitar deliberadamente os sacrifícios ou as renúncias que são solidários a toda ação revolucionária; enfim, acostumados a submeter-se a exigências racionais e inclinados para o realismo pela própria natureza de sua atividade cotidiana, os prole-

tários são, de todos os trabalhadores, os menos acessíveis às seduções da demagogia.

O acesso a um rendimento situado entre 60.000 e 80.000 francos coincide com uma transformação generalizada da conduta cuja raiz reside na aparição de uma nova relação para o futuro e que se manifesta num conjunto de índices objetivos tais como a multiplicação das fontes de rendimentos nas pessoas dotadas de um rendimento situado entre 60.000 e 80.000 francos, a aparição da esperança de aumentar o lucro ou ainda o fato puramente demográfico na aparência que o número médio de crianças nascidas vivas por mulher casada aumenta regularmente com o rendimento até que esse alcance cerca de 80.000 francos, para marcar a seguir uma diminuição muito nítida. Tudo acontece como se o acesso a uma renda, tal como a abolição da obsessão pela subsistência e a satisfação das necessidades fundamentais representassem a condição para que o sujeito econômico pudesse se livrar dos determinismos econômicos os mais brutais e passar adiante em direção a um destino ainda ausente para o presente no qual o sujeito se encontrava envolvido pela pressão de necessidades que exigiam uma satisfação imediata. O esforço para dominar o futuro não pode ser realmente empreendido senão quando as condições indispensáveis para que seja assegurado um mínimo de probabilidades de sucesso sejam efetivamente oferecidas; enquanto assim não for, não resta outra atitude possível senão o tradicionalismo forçado, que difere essencialmente da adesão à tradição, pois que implica a consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade³.

3. Isso é visto muito bem nos camponeses das regiões de grande colonização que, mesmo aceitando reconhecer a eficácia e a rentabilidade maiores das técnicas do colono, atêm-se aos métodos tradicionais, porque sabem que tal tipo de exploração do solo exige meios que lhes são inacessíveis e sem os quais eles estão condenados ao fracasso.

Se ela corresponde evidentemente a uma transformação decisiva das condições materiais de existência, ligada à elevação de nível de qualificação e de instrução, esta reestruturação do sistema das disposições e das ideologias não é o produto unicamente da necessidade e supõe uma sistematização original de cada indivíduo, que se torna então o empresário de sua própria vida, deve operar por sua própria conta, porque seu comportamento deve ser o produto, em todos os campos, de uma verdadeira reivindicação. A adoção e a assimilação do espírito de previsão e de cálculo varia em razão direta do grau de integração a uma ordem econômica e social definido pela calculabilidade e a previsibilidade; deste grau de integração, o grau de bilingüismo e o nível de instrução são os índices mais seguros e mais significativos.

Para explicar que o grau de bilingüismo cresce com o grau de êxito econômico, poder-se-á sem dúvida citar que a transformação das atitudes e a aprendizagem do francês supõem a mesma condição, a saber um contato intenso e prolongado com a sociedade europeia ou com a economia moderna. Todavia, tudo acontece como se o uso da língua árabe fosse solidário — *num momento determinado da história da sociedade e da língua* — à adoção de toda uma visão do mundo: raras nos pesquisados que falam francês, as invocações a Deus ou ao destino são muito freqüentes entre os que se exprimem em árabe, seja que elas permitam esquivar um problema embarracoso, seja que elas sirvam para dissimular a ausência de opinião definida a respeito de propósitos difusos e bem-pensantes. Os pesquisados que se exprimem em francês mostram ser, geralmente, mais realistas e mais revolucionários. Além do mais, os que se servem do francês mais dificilmente entremeiam muitas vezes seus propósitos de frases ou de locuções em francês, de gíria ou de língua, principalmente quando se trata de expressar sua miséria ou sua revolta. Para os bilíngües, a passagem da língua materna para o francês tem muitas vezes o mesmo significado e a mesma função. A língua francesa, especialmente do modo como ela é falada na Argélia, é laicizada, realista e “positiva”. Para os argelinos, ela é, entre outras coisas, a língua do diálogo, real ou imaginário, com o patrão, da reivindicação, pois.

Na maioria dos casos, a instrução e a qualificação profissional fornecem os meios indispensáveis para que uma conduta fundada na previsão e no cálculo possa efetuar-se com um mínimo de probabilidades de êxito (estabilidade e esperanças de ascensão, rendimentos suficientes, etc.), isto é, a condição necessária, ao mesmo tempo que elas garantem os recursos intelectuais indispensáveis para racionalizar a conduta, isto é, a condição de suficiência. Tudo se passa como se fosse preciso que sua existência fosse sujeita à jurisdição da previsão e do cálculo para que o agente econômico possa submetê-la efetivamente à previsão e ao cálculo. Somente os que têm, como se diz, futuro podem empreender a ação de dominá-lo.

Se a reestruturação das práticas ou costumes toma uma forma sistemática, é que, tendo em comum, a suposição da referência a um futuro calculado, todas as formas da ação racional, controle dos nascimentos, poupança, preocupação com a instrução das crianças, estão unidas por uma afinidade estrutural. É assim por exemplo que, enquanto não se tiver um mínimo de domínio do presente que permita conceber a ambição de dominar o futuro, a confiança na fecundidade natural se impõe como o único meio de garantir-se o futuro de um modo ou de outro; pode-se mesmo supor que a ideologia ligada pela tradição segundo a qual a criança, e especialmente o rapaz, é proteção e honra, acha-se revigorada em tempo de crise, quando asseguranças antigas são abolidas, de modo que rodear-se de crianças e, antes de mais nada, rodear-se de proteções. Diferir os nascimentos, ao contrário, significa sacrificar o presente ao futuro, significa recusar confiar simplesmente no curso das coisas e agir no presente em função de um futuro calculado. A reestruturação da conduta não aparece senão a um nível relativamente elevado de rendimentos (e não desde que seja atingido o plano da segurança), porque em razão mes-

mo da sistematicidade do novo modo de vida, ela não pode ser operada senão por meio de um salto quando estiverem reunidas todas as condições econômicas e culturais da conversão das disposições econômicas e culturais, os indivíduos e as famílias incapazes de reunir o conjunto das condições necessárias estando votados a contradições quase que insuperáveis quando empreendem a ação de ultrapassar a linha sobre um único ponto.

É assim que o acesso à habitação moderna joga os indivíduos que não têm os meios para satisfazer o conjunto das necessidades ligadas à necessidade satisfeita num profundo mal-estar. Constatção tanto mais surpreendente, à primeira vista, que a instalação numa habitação moderna é marcada, de maneira global, por uma melhoria incontestável das condições de vida⁴: o índice de habitabilidade é de 8 contra 2,5 para a amos-

4. Estas análises se apóiam principalmente em uma pesquisa que foi efetuada durante o verão de 1960 e que teve por objeto uma amostra representativa de famílias (efetuada a partir de fichários de posse das empresas de construção) residentes em dez grupos de habitações modernas, seja um território de Philippeville, sete de Constantine (Les Mûriers, Bon Pasteur, Anatole France, El Bir, Apôtres, Platanes, Pins, Cité Gaillard), dois territórios de Argel (les Pins et la Concorde, Nobleterre). Foram também utilizados, para as necessidades da comparação, os resultados da apuração, realizada em 1958, de uma amostra aleatória de pedidos de alojamento conservados pelo Serviço das HLM de Argel e das observações e das conversações realizadas durante os anos de 1958 e 1959 em várias favelas de Argel e da Casbah. Foram também usadas informações recolhidas por meio de uma pesquisa feita junto a uma amostra de famílias residentes em habitações modernas, realizada em 1960, e que fornece informações sobre o conjunto da economia doméstica. A amostra-padrão da pesquisa sobre os novéis alojados dá uma imagem fiel da estrutura do conjunto dos locatários: os serventes representam 17%, os operários 20,5%, o pessoal de Serviço 25,5%, os funcionários e os militares 9%, os artesãos e os comerciantes 15,5%, os quadros superiores 2,5% e os aposentados ou inativos 10%. 97% dos pesquisados são de origem urbana e, dispondendo em sua maioria de um emprego e de rendimentos estáveis, estão particularmente preparados a adaptar-se às exigências do novo habitat (de maneira que todas as análises abaixo valem *a fortiori* para populações que não apresentam estas propriedades). 36% dos pesquisados estão ocupando a nova residência há menos de um ano, 65% há menos de dois anos.

tra dos mal alojados. O número médio de peças por família alcança 2,8 contra 1,5. 20% dos pesquisados têm o mesmo número de peças que tinham em sua antiga residência, 27% uma peça a mais, 33% duas, 18% três. A superfície disponível média é de 45m² contra 18,5m² entre os mal alojados. Acabou-se com a peça única ou, pelo menos, com a peça comum à qual estava condenada a maioria dos habitantes das favelas: em 76,1% dos casos, pais e filhos dormem em quartos separados (o quarto comum só sendo encontrado em 14,6% das famílias). Poder-se-ia pois contar somente com o registro das profissões satisfatórias: ou, 47% somente dos pesquisados dizem estar satisfeitos e 38% dizem estar descontentes em graus diferentes (os outros não se manifestaram).

Pelo fato que o realojamento determina quase sempre a cisão das grandes famílias que a crise habitacional condenava à coabitacão, sendo que o grupo familiar visa reduzir-se ao casal, o número de pessoas ocupadas por família diminui⁵. Ora, no antigo habitat, o equilíbrio econômico repousava na maioria das vezes sobre a pluralidade das fontes de rendimentos para uma despesa única, tanto para a alimentação quanto para a habitação. Esse equilíbrio se acha pois ameaçado no momento em que as despesas de toda ordem, e particularmente aquelas que estão ligadas à moradia, aumentam grandemente. O nú-

(Recolhemos num quadro sinótico os principais resultados desta pesquisa – pois que eles não figuram na obra *Travail et travailleurs en Algérie*).

5. Pode-se ver um indício do que a vida urbana e o modo de vida que ela impõe favorecem a expansão progressiva da família numerosa, no fato que o tamanho médio das famílias está em razão inversa ao tamanho das cidades, ou seja, 7,2 para Philippeville, 6,9 para Constantine e 5,2 para Argel. Se isto é em parte explicado por um decréscimo paralelo do número médio de crianças (4,06 para Philippeville, 3,08 para Constantine e 2,95 para Argel), permanece o fato que o ideal da grande família parece tão mais alterado e tão mais vagaroso quanto a adaptação à vida urbana é mais avançada.

CSP	Tamanho família (média)	Nº de pessoas ativas	Renda mensal (média AF)	Aluguel média %	Encargos média %	Aluguel + Encargos média %	Transporte média %	Entretenimento média %	Mobilidade média %	Total das despesas média %							
Serventes	5,66	1,13	41.818	9,09	21,5	5,000	12,0	14.091	33,5	7,50	1,5	1.022	2,5	3.522	8,5	19.385	46,5
Operários	6,4	1,18	52.307	9,166	17,5	5,100	9,5	14.266	27,0	2.721	5,0	3.173	6,0	4.588	8,5	24.548	46,5
Pessoal de serviço	6,5	1,24	65.000	9.758	15,0	5,338	8,0	15.096	23,0	2.780	4,0	5.348	8,0	8.181	12,5	31.405	48,0
Artelhos e comerciantes	6,6	1,35	57.000	7,236	12,5	4.000	8,0	11.836	21,0	2.075	3,5	4.578	8,0	7.550	13,0	26.039	45,5
Funcionários e militares	6,6	1,33	106.250	12.500	11,5	7.000	6,5	19.500	18,0	2.666	2,5	6.208	6,0	3.000	3,0	31.474	29,5
Aposentados	5,5	0,54	54.615	9,318	17,0	4.423	8,0	13.841	25,0	3.583	7,5	2.076	4,0	19.846	20,0	30.346	56,0
Conjunto	6,3	1,16	60.664	9,274	15,5	5.309	8,5	14.283	24,0	2.293	3,5	3.754	6,0	6.646	11,0	27.176	44,5

mero médio de pessoas por família é de 6,3: esse número, ainda bastante elevado, é nitidamente inferior àquele que resultava de pesquisa sobre os mal alojados, ou seja, 8,6. Esta diferença irá parecer tanto mais importante se se souber que o número de crianças é, em princípio, um dos critérios que determinam a escolha das pessoas realojadas⁶. O decréscimo do número médio de pessoas resulta do fato de uma parte da "família numerosa" que se tinha reconstituído sob a pressão da necessidade permaneceu no antigo habitat, sendo que a outra parte foi viver no HLM. Em demonstração, a percentagem de famílias nucleares é muito mais elevada na amostra de população realojada do que na amostra de população que vive em condições de habitat precário⁷.

77% das famílias contam com uma pessoa ativa e 14,5% contam com duas e a média para o conjunto da amostra é de 1,16 contra 1,67 entre os mal alojados onde as famílias contam com três pessoas ativas ou mais, representando 20% da amostra (contra somente 3% aqui). Isso tende a confirmar que a redução da unidade doméstica resulta principalmente do fato que a

6. Eram realojados prioritariamente os mal alojados que dispunham de um rendimento fixo relativamente estável e elevado. Ora, sabe-se que na Argélia, o número de crianças tende a crescer paralelamente ao rendimento (até um certo ponto).

7. Por outro lado, se bem que o número médio de crianças tenha tido um pequeno decréscimo (3,29 por família em vez de 3,83) em consequência da dissociação das famílias até aí reunidas, o realojamento e a melhoria correlativa das condições de higiene e de conforto determinaram uma diminuição da taxa percentual de mortalidade infantil (como é mostrado pelo confronto entre o número de crianças que, de conformidade com as tabelas de fecundidade, teriam tido de nascer após o realojamento, com os nascimentos efetivos). Esse aumento a curto prazo da fecundidade coincide, nas famílias mais privilegiadas, com o aparecimento de uma tendência à limitação dos nascimentos, dimensão de uma disposição global que encontra no novo habitat, e o novo estilo de vida que este autoriza, suas condições de realização.

família ficou aliviada de um certo número de adultos hospedados (na maioria dos casos, pai, mãe ou irmãos do marido ou da esposa). Esse fenômeno é importante: no antigo habitat, um aluguel bastante reduzido era sustentado por vários adultos em idade de trabalhar, ao passo que aqui encargos de locação bem mais elevados tendem a se assentar num só salário. É todo o equilíbrio antigo, fundado na pluralidade das fontes de rendimentos para uma despesa única, que se acha ameaçado no próprio momento em que as despesas de toda ordem aumentam.

Na amostra dos mal alojados (moradores da Casbah de Argel ou das favelas), o número médio de pessoas ativas por família era relativamente elevado, e de modo especial nas categorias nas quais o salário do chefe da família é o mais baixo e que não podem viver senão adicionando muitos pequenos salários (aposentados, serventes, artesãos e comerciantes e, em grau menor, pessoal de serviço). Ao obrigar vários chefes de família a repartir o mesmo habitat e ao impor a sobrevivência das antigas solidariedades que a vida urbana e a lógica da economia monetária tinham encetado, a crise habitacional tem como efeito paradoxal permitir um tipo de adaptação original: a unidade verdadeira não sendo o casal, mas a "família inteira", um conjunto de indivíduos ou de casais disposta de uma soma de pequenos salários vive incomparavelmente menos mal do que viveria cada um dos casais com um único salário. A solidariedade do grupo garante a cada indivíduo e a cada casalseguranças contra a privação material e psicológica: a irregularidade dos rendimentos é compensada pelo auxílio familiar mútuo e pelo crédito de confiança que garantem um mínimo de regularidade no consumo apesar da incerteza das entradas e da ausência do cálculo racional. Graças à pluralidade dos salários e aos abonos de família, 48% das famílias dispõem deste modo de um rendimento superior a 70.000 francos, 72% de um

rendimento superior a 50.000 francos. Ora, as despesas são relativamente reduzidas (particularmente se as compararmos ao que elas serão no novo habitat): o montante do aluguel é geralmente bastante baixo; os comerciantes dos velhos bairros e das favelas vendem mercadorias de segunda qualidade mas a preços baixíssimos; além do mais, eles concedem facilidades de crédito; as despesas de transporte são relativamente reduzidas pelo fato que a moradia pôde ser escolhida em função da proximidade em relação ao local de trabalho. Deste modo, em paridade de rendimento, vive-se melhor numa favela do que num HLM. O habitat precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria e que permite aos mais desapossados realizar uma forma de adaptação ao mundo urbano. Se bem que, considerada superficialmente, ela tenha todas as aparências do contrário, a economia da miséria tem sua coerência. A favela tem mesmo seu mercado de trabalho, apto a garantir pelo menos uma aparência de emprego (com os pequenos ofícios de fortuna), e sua rede de informação sobre as possibilidades de engajamento.

A esse equilíbrio, que supunha a coabitacão de vários casais pois que, salvo raríssimas exceções, somente os *homens* trabalham, não é possível substituir um novo equilíbrio fundado em parte sobre o trabalho das mulheres como acontece nos lares europeus, que, nos mesmos territórios, alcançam um rendimento médio duas vezes mais elevado (seja 122.900 francos contra 60.600 francos) pois que eles recebem salários médios mais elevados e também porque 15% das esposas trabalham em profissões relativamente bem remuneradas (contra 4,5 das argelinas). Numerosos obstáculos que, pelo menos nas camadas mais favorecidas, não são todos de ordem cultural, como a pouca instrução das mulheres, opõem-se a isso (pelo menos provisoriamente). E o fato das mulheres argelinas, por falta

de instrução, não poderem na maioria das vezes aceder senão a ofícios considerados como degradantes (como, por exemplo, o de empregada doméstica) fornece reforços ou justificações à resistência dos homens contra o trabalho feminino. Assim, o realojamento coloca muitos casais entre um equilíbrio perdido, aquele que garantia a sobrevivência forçada da antiga família numerosa, com a pluralidade dos salários para uma despesa única, e um novo equilíbrio interdito ou inacessível. O rendimento familiar médio (60.660 francos) é muito nitidamente inferior àquele dos mal alojados (74.000 francos) se bem que o salário médio seja nitidamente superior (o que vem atenuar a diminuição dos rendimentos causada pela redução do número de pessoas ativas).

Tendo diminuído o número médio de pessoas por família e ao mesmo tempo os rendimentos, o rendimento médio por pessoa é superior ao que ele era para a amostra dos realojados (ou seja, 9.629 contra 8.604 francos). Mas pode-se duvidar que essa diferença (relativamente importante) seja suficiente para compensar o aumento das despesas novas ligadas à instalação em um habitat moderno. Com efeito, o aluguel mensal médio passa de cerca de 3.000 francos entre os mal alojados para 9.200 aqui. O fato de os mal alojados dizerem estar prontos a pagar 10.500 francos por mês, soma superior àquela que eles pagam na realidade para o novo alojamento, não impede de compreender que a maioria dos novos alojados se queixe principalmente do alto preço do aluguel. A contradição é só aparente e se atém a um fenômeno de dupla contextualização que é preciso analisar.

76% dos mal alojados pagavam um aluguel inferior a 3.000 francos (os aluguéis superiores a 10.000 francos representando somente os 4% do conjunto); 73% dentre eles consagravam menos de 5% de seu rendimento familiar ao aluguel. A elevada percentagem das não-respostas faz

com que se deva usar com prudência das informações que dizem respeito ao aluguel máximo que eles declaravam estar prontos a pagar: notar-se-á que somente 52% dentre eles aceitavam pagar um aluguel superior aos 10.000 francos, sendo a média do aluguel máximo aceito (10.421 francos) 3,5 vezes superior ao aluguel real. Tal variação somente se explica pelo fato que o desejo de escapar a condições de habitat precário ou crítico é tão forte que interdiz o cálculo puramente econômico. Sem dúvida, as condições catastróficas de habitat levam a conferir uma importância desmedida à obtenção de uma moradia (como é testemunhado entre outras coisas pela abundância das demandas e das medidas efetuadas pela maioria dos pesquisados). Mas essa superavaliação do sacrifício consentido é especialmente favorecida pelo fato de se compararem coisas incomparáveis, a saber, um certo equilíbrio orçamentário realizado na Casbah ou na favela e novas condições das quais não se pode avaliar de antemão as consequências econômicas: quando aceitam a eventualidade de um aluguel muito elevado (10.421 francos em média), os mal alojados se referem implicitamente à situação econômica na qual se encontram; ora, o equilíbrio econômico que eles realizam no habitat precário supõe estarem reunidas um certo número de condições que não mais serão necessariamente preenchidas no novo habitat: pluralidade de salários, baixo custo de vida, ausência de despesas de equipamento, despesas de transporte reduzidas, encargos praticamente nulos, etc.

A parte do rendimento consagrada ao aluguel aqui é de 13,5% em média, contra 4,7% para os mal alojados (que se diziam prontos a consagrar ao aluguel 13% de um rendimento familiar nitidamente mais elevado): diferença enorme devida ao efeito acumulado da diminuição do rendimento familiar médio e do aumento do montante dos aluguéis. Como todas as despesas por pessoa, o aluguel aumentou numa proporção mais importante do que o rendimento médio por pessoa: ao passo que, na amostra dos mal alojados, era de 3.000 francos por família média de 8,6 pessoas, é agora de 9.200 francos para uma unidade familiar de 6,3 pessoas (de maneira que o aluguel médio por pessoa triplicou, passando de 348 francos para 1.472 francos).

Além de onerar o orçamento de maneira pesada, o aluguel ocasiona a noção de vencimento fixo e regular. Ao passo que, na favela ou na Casbah, toda a espécie de acordos era

possível, pelo fato que se podia solicitar ao proprietário um prazo ou então pedir emprestado a algum parente ou a algum amigo a pequena soma necessária ao pagamento das dívidas; isso não mais acontece na cidade ou no HLM. À brandura das relações pessoais sucedeu a rigidez burocrática. Pelo fato de absorver uma parte importante dos rendimentos, pelo fato que ele deve ser pago a intervalos regulares e em datas fixas, o aluguel (ao qual se acrescentam diversos encargos locativos) se torna o centro de toda a configuração orçamentária e de toda a economia doméstica. Por meio dele acha-se introduzida a necessidade de disciplinar e de racionalizar as despesas. Pelo fato da importância e da regularidade do encargo que representa, proíbe, sob pena de graves desequilíbrios, a irregularidade e a instabilidade do emprego e dos rendimentos, a incoerência das compras, em resumo — tudo que caracterizava a vida econômica da grande maioria dos mal alojados da Casbah ou das favelas e que ainda obsedia a existência dos mais desfavorecidos dentre os novos habitantes das cidades.

O aumento das antigas despesas, tais como o aluguel, é agravado pelo aparecimento de despesas novas assim como as despesas de transporte e os encargos. Os novos conjuntos urbanos sendo em sua maioria construídos na periferia das cidades, numerosos são os que se encontram afastados de seu lugar de trabalho em consequência do realojamento. Além do mais, muitos quarteirões de habitações estão totalmente desprovidos de equipamentos coletivos, de escolas, comércio, e as crianças devem por vezes recorrer aos meios públicos de transporte para irem à escola. Em determinados casos, é necessário fazer longos trajetos para preencher e efetuar os processos administrativos, ou para se abastecer na cidade ou nos bairros onde a vida é menos dispendiosa (não é raro, por exemplo, que se

continue ir fazer as compras no bairro onde se residia outrora)⁸.

A despesa mensal média para o transporte é de 2.300 francos (contra 3.000 francos para os europeus). Mas as variações são consideráveis segundo as categorias sociais: os funcionários e o pessoal de serviço gastam 2.600 e 2.700 francos por mês, os serventes 750 francos. Parece pois que os indivíduos das categorias mais desfavorecidas fazem economia sobre esse item. É entre eles, e particularmente entre os serventes, que se acha a maior percentagem de indivíduos que vão a pé para seu trabalho.

Quanto aos encargos, eles representam em média 5.000 francos por mês, ou seja, 8,5% do rendimento). Sabe-se que entre os mal alojados 64% tinha água, 64% eletricidade e somente 20% tinha gás) e também que as categorias com renda baixa (serventes operários, pessoal de serviço) eram os mais desprovidos de elementos de conforto. É pois para as categorias mais desfavorecidas economicamente, aquelas para as quais o peso do aluguel é proporcionalmente mais pesado, que o aumento dos encargos é o mais brutal. Se bem que o contraste seja atenuado pelo fato de as famílias com rendimentos mais baixos conseguirem comprimir esta categoria de despesas, a soma consagrada aos encargos não varia com o rendimento e é nas categorias com os rendimentos mais baixos que a parte desse item na despesa global é a mais alta. Concebe-se o apuro das famílias com rendimentos baixos que se acham colocadas diante de uma alternativa: ou usar sem fazer conta das comodidades fornecidas pelo novo domicílio, com o risco de desequilibrar completamente o orçamento familiar ou consentir sacrifícios em outros campos, a alimentação por exemplo, ou

8. 32% daqueles que declaram desejar mudar de moradia invocam o desejo de se aproximarem do local de trabalho (a duração do trajeto entre o domicílio e o local de trabalho é em média de 20 minutos, 20% dos chefes de família gastam mais de meia hora para percorrer o trajeto).

então reduzir ao máximo a parte do rendimento consagrado aos encargos, evitando utilizar o aquecedor de água, reduzindo o consumo de gás, de água, de eletricidade. Mas como esperar a conversão global que é indispensável para garantir a gestão racional do orçamento, a justa repartição do salário no tempo, a distribuição equilibrada das despesas entre os vários itens, de famílias (e muito particularmente de mulheres) que, nunca tendo tido conhecimento senão das tradições da aldeia, e a miséria da favela, não têm meios materiais e culturais para colocar sua existência cotidiana sob o signo da racionalidade, do cálculo e da previsão racional? Mas há ainda mais: escolher a restrição ao máximo das despesas causadas pelo uso do equipamento doméstico, seria privar-se deliberadamente de tudo o que se estava privado até aquele momento. Isso tornaria a recolocar a pessoa na situação de favelado mas em condições totalmente novas: há um abismo entre o fato de não se ter gás quando se mora numa favela e o fato de estar obrigado a cortá-lo, quando ele lá está, dentro mesmo do apartamento, e de voltar ao *kanoun*, para fazer economias. É a instalação mesmo em um alojamento moderno que se torna retrospectivamente absurda. Em ambos os casos, a moradia moderna se torna paradoxalmente o obstáculo à entrada na vida moderna que ela parecia prometer.

As mesmas análises valem a propósito da mobília. Nesse campo ainda, os mais pesados encargos recaem sobre os mais desfavorecidos. Com efeito, os mais abastados dentre os realojados podiam possuir alguns móveis (quando as condições habitacionais o permitiam). Os outros não tinham geralmente senão o mínimo de equipamento, o habitat precário tendo como efeito maior interdiz todas as despesas de mobília e mais amplamente de equipamento doméstico. Isso, por várias razões convergentes. Antes de mais nada a falta de espaço e a "mo-

bília" deve ser restringida estritamente ao mínimo: os colchões que são estendidos à noite e que são amontoados num canto durante o dia, às vezes uma cama sumária, feita de pranchas colocadas sobre estrados, um guarda-louças ou um armário onde são guardados as roupas e os pertences mais preciosos. Em segundo lugar, supondo ter o espaço necessário, não se pensaria realmente mobiliar um habitat tão rudimentar, onde os móveis correriam o risco de se danificarem. Todas essas razões fazem com que as despesas internas sejam reduzidas ao estritamente necessário (as despesas com itens secundários, rádio, às vezes televisão e especialmente motocicleta ou automóvel, tomam, às vezes, uma importância desproporcional). Na moradia moderna, ao contrário, a ausência de mobília, que era uma das condições da utilização racional do espaço habitado, constitui uma espécie de absurdade escandalosa; ela testemunha objetivamente a incapacidade de tomar posse, realmente, do espaço concedido, a inaptidão em adotar o modo de vida moderno que é proposto pelo alojamento⁹.

Deste modo, a percentagem média das despesas mais ou menos diretamente ligadas ao habitat (aluguel, encargos, transporte, conservação e mobília) alcança 44,5% contra menos de 10% entre os mal alojados (onde o aluguel absorvia somente 4,5% do rendimento ao passo que os encargos, as despesas de conservação e de mobília eram bastante reduzidas). Toda a

9. A tomada de posse de que tratamos aqui nada tem a ver com o direito de propriedade. Apesar de serem (82%) locatários em sua grande maioria, os habitantes das favelas ou da Casbah tinham menores dificuldades em tomar posse de seu habitat do que os habitantes das cidades entre os quais se encontra 9% de proprietários, 55% de proprietários virtuais (locação-venda) e 36% somente de locatários. O fato de se sentirem incapazes de tomar posse real do apartamento acaba por esvaziar de sua substância o sentimento de ser proprietário. A tal ponto que um sem-número de pessoas alojadas conforme o sistema da locação-venda diz querer se tornar proprietários, quando já o são virtualmente.

vida econômica da família realojada deve pois reestruturar-se ao redor desse item que torna uma importância desmedida. Os serventes, que têm rendas mais baixas (41.918 francos), consagram 21,5% de seus rendimentos ao aluguel (contra 15,5% para o conjunto da amostra e 8% para os quadros superiores); se bem que eles reduzem ao máximo o consumo de eletricidade e especialmente de gás (seja porque utilizem unicamente o *kanoum*, seja porque eliminem o aquecedor de água), seus encargos se elevam todavia a 5.000 francos, ou seja, 12% de seus rendimentos. Resulta disso que estes dois itens absorvem exatamente *um terço* de seus recursos. Se bem que as despesas em matéria de transporte, de conservação da habitação e da mobília sejam sem dúvida comprimidas ao máximo (a parte total consagrada a esses itens não é senão 11% contra 17% para o conjunto da amostra), as despesas ligadas à moradia absorvem cerca da metade do rendimento¹⁰. O desequilíbrio é profundo e não é senão em detrimento de outros itens, tais como a alimentação e o vestuário, que essas famílias podem se manter numa moradia que as levam a fazer despesas desproporcionadas com seus meios. Entre os operários, cujo rendimento médio é sensivelmente mais elevado, a parte das despesas ligadas ao habitat permanece mais ou menos semelhante (46,5%): o aluguel e os encargos absorvem somas mais ou menos idênticas (14.266 francos contra 14.091 para os serventes), mas as despesas de transporte (2.721 contra 750 francos, ou seja, 3,6 vezes mais), as despesas de manutenção (3.173 contra 750 francos, ou seja, 4,2 vezes a mais) e as aquisições de mobília (4.388 francos contra 3.522, ou seja, 1,2 vezes a mais) são muito mais elevadas (mais de 5.000 francos). Talvez seja preciso concluir que daí dentre as restrições que são

10. Se a parte que cabe à mobília é muito elevada relativamente (8,4% contra 10,9% para o conjunto), é que a maioria das famílias estavam totalmente desprovidas de mobília no momento do realojamento.

impostas, as mais penosas (as que são deixadas de lado desde que isso seja possível) são, na ordem, aquelas que dizem respeito à conservação e ao arranjo da moradia, a seguir às despesas de transporte, e depois à mobília. Nessa categoria ainda, as despesas ligadas ao alojamento absorvem cerca da metade dos rendimentos¹¹. Para as outras categorias, a situação é completamente diferente: antes de mais nada a variação é menor entre as despesas na antiga residência e na nova. Com efeito, as classes médias e superiores já estavam desprovidas de elementos de conforto e muitas vezes pagavam um aluguel relativamente elevado; além do mais, sendo seus rendimentos mais consideráveis, o aluguel e os encargos pesam menos sobre seu orçamento; enfim, as famílias dessas categorias estão muito melhor preparadas para adaptar-se a uma habitação moderna, e para impor-se as disciplinas que são exigidas por essa adaptação. Os sacrifícios são compensados pelas vantagens que um rendimento relativamente elevado torna acessíveis. À medida, porém, que o rendimento aumenta, e, paralelamente, o nível de instrução e o grau de adaptação à vida moderna, a habitação moderna cessa de ser essa espécie de presente envenenado que ela é para as categorias inferiores e fornece as condições materiais de uma reorganização do sistema das práticas.

O apartamento moderno é um elemento de um sistema

11. A dos artesãos e dos comerciantes e, de todas as categorias, a que consagra a menor parte de seu rendimento ao aluguel e aos encargos (12,5% e 8%); com uma oposição muito marcada entre os artesãos e os comerciantes tradicionais que conservaram um estilo de vida tradicional, exigências em matéria de habitat, pois, muito reduzidas, e os artesãos modernos que consagram a seus interiores somas relativamente elevadas. O pessoal de serviço que sua atividade profissional põe em contato com os europeus, fazendo-os às vezes penetrar em seus lares, têm despesas de manutenção e de mobília elevadas (relativamente): 13.529 francos por mês, ou seja, mais do que os serventes e os operários juntos (4.544 e 7.561 francos).

e, a esse título, exige daqueles que devem ocupá-lo a adoção de um certo estilo de vida; supõe e admite a adoção de todo um conjunto de práticas e de representações, tais como novas relações entre os membros da família, uma nova concepção da instrução das crianças, uma nova economia doméstica numa palavra. O acesso ao habitat requer uma verdadeira metamorfose cultural de que nem todos os realojados são capazes, porque eles não detêm nem os meios econômicos para desempenhá-lo, nem as disposições que não podem se constituir na ausência destes meios.

O apartamento moderno é um espaço já estruturado e levando em sua organização, sua extensão, sua forma, a indicação da utilização futura que poderá ser-lhe dada, do tipo de ocupação que solicita, etc. A título de utensílio, isto é, de objeto material preparado para um certo uso, ele revela seu futuro e o uso futuro que poder-se-á (e dever-se-á) fazer dele, se se quiser conformar-se à "intenção" que o habita. Em resumo, ele se manifesta como um sistema de exigências que se inscrevem no espaço objetivo e que exigem ser preenchidas, como um universo salpicado de expectativas e por isso criador de necessidades e de disposições. Mas ao mesmo tempo, na medida em que não é perfeita e totalmente concluído, na medida em que as adições e as modificações são possíveis, e mesmo indispensáveis, o uso futuro que dele se pode fazer não é inteiramente predeterminado. Isto é, o porque ele aparece seja como lugar de exigências que é preciso preencher e também como um espaço estranho que é preciso desbravar, humanizar, isto é, possuir, e que apresenta resistência. Transformar um apartamento, mobiliá-lo, decorá-lo, significa sem dúvida torná-lo mais confortável mas também e especialmente dominá-lo, imprimindo nele a própria marca, possuí-lo, tornando-o pessoal. "Moderno", feito para um homem "moderno", o apartamento

exige um comportamento de homem moderno. Para aquele que não tem os meios para ocupá-lo e para habitá-lo, ele se torna uma espécie de mundo estranho ao qual não se pode imprimir própria marca e do qual não se sabe como preencher as expectativas. A disposição das peças, o espaço disponível, as predeterminações funcionais exigem um determinado tipo de mobília, um determinado tipo de iluminação, um determinado tipo de decoração. Se não há nada de mais desolado do que um apartamento moderno "mobiliado", à maneira de uma favela, com alguns colchões, um *kanoun* e uma esteira, é porque ele não é habitado, mas "ocupado": não é uma habitação, isto é, um espaço organizado, dominado e humanizado, mas pura e simplesmente um local. O escândalo é tanto maior para os próprios ocupantes enquanto esperavam, confusamente, que o apartamento moderno pudesse satisfazer as expectativas que na realidade faz surgir sem no entanto permitir que essas sejam preenchidas; tão maior também que, a diferença do que se passava na favela, as incitações e as solicitações não mais são encontradas (por intermitência) num universo estranho, aquele dos europeus, mas inscritas em permanência no âmago mesmo do espaço o mais familiar.¹²

Em resumo, a moradia moderna faz surgir dificuldades materiais por vezes intransponíveis e ao mesmo tempo aspirações inacessíveis. Além do mais, por sua própria estrutura, ela

12. Um dos fundamentos da solidariedade real que une os habitantes da favela é a uniformidade das condições de existência que faz provar a miséria como condição comum e repartida por todo o grupo. A revolta dos excluídos, que tem sua raiz no confronto com o mundo dos europeus, às vezes longínquo e exterior, é de natureza totalmente diferente daquela que suscita a experiência direta da impossibilidade de beneficiar-se das vantagens oferecidas por esse mundo, agora ao alcance da mão, na própria casa, sob forma de um conforto de que é preciso privar-se ou, no apartamento ou no imóvel ao lado, na casa dos que têm os meios para apropriarem-se disso.

é solidária a toda uma arte de viver que a existência cotidiana de muitos novos locatários contradiz em tudo. Por uma espécie de deslocação, aquele que descobre ser incapaz de preencher as exigências de seu apartamento não responde às suas exigências: ao decifrar a intenção que o alojamento traz em si e a que se chama de "econômico" ou "evolutivo", ele o percebe como um alojamento europeu degradado, como um alojamento "feito para os árabes e bom para os árabes", quando esse domicílio que é julgado insuficiente a título de habitação de baixo preço já ultrapassa suas possibilidades. Daí os propósitos contraditórios desses infelizes locatários que se afirmam capazes de pagar o aluguel da cidade européia ("com todos os confortos") quando, ao contrário, têm dificuldade em pagar o gás e o aluguel de sua habitação ("econômica"). Daí também essa constelação de práticas pelas quais adapta-se a cidade a suas possibilidades, por falta de se poder adaptar-se a ela. Não podendo aceder ao nível de adaptação superior que a cidade moderna exige, procura-se criar uma forma de adaptação a um nível inferior, a custa de uma "favelização" da cidade¹³. É assim que, nas classes mais desfavorecidas, a família numerosa que se tinha espalhado tende a reconstituir-se.

13. As numerosas degradações que se observam nas partes comuns de certas cidades e que são a obra das crianças e dos adolescentes mas que não suscitam senão raramente a desaprovação marcada dos pais, são sem dúvida o melhor índice da recusa de aderir ao habitat e, se assim se puder afirmar, de tomá-lo segundo seu modo de ver. Em tal território (Diar-Mahgoul) onde o descontentamento é muito grande, talvez porque leva a seu limite extremo todas as contradições que foram analisadas (a cidade "evolutiva" rodeia aí a cidade "com todos os confortos" dos europeus; um sem-número de locatários dispõe de rendas relativamente baixas e tem por conseguinte maior dificuldade de adaptação à habitação; por fim, toda espécie de obstáculos se opõem à "favelização" que as cidades "evolutivas" autorizam – por exemplo, La Montagne), as degradações são muito numerosas. Outra cidade (Diar el Bahia), ocupada por famílias que possuem seu apartamento em co-propriedade, e que desfrutam de salários elevados, apresenta pouquíssimas degradações.

Pais que tinham permanecido na favela ou recentemente vindos do campo reúnem-se ao núcleo que se tinha instalado no apartamento. Nas cidades horizontais, constroem-se barracas nos pátios (em La Montagne, por exemplo). Nas cidades verticais, fecham-se os alpendres para deles fazer quartos destinados a abrigar uma nova família. O número de pessoas ativas aumenta. Essas pessoas vão procurar ocupar-se nas imediações do local, fundando pequenos comércios ambulantes ou espalhando mercadorias heteróclitas e miseráveis no próprio chão. Correlativamente, uma parte dos comércios de estilo europeu é negligenciada. Lugares espontâneos de reunião criam-se nos arredores das cidades. E pode se rever, encostados aos muros do prédio, os velhos que conversam, assim como faziam na favela ou na aldeia da Cabilia. Mas os que "favelizam" a cidade moderna não obedecem a um tradicionalismo retrógrado. Impedidos de adaptar-se, como eles desejariam, a um habitat que exige uma mutação de toda a atitude, privados das condições materiais desta mutação, não fazem senão recriar as antigas condições de vida que tinham acreditado fugir ao aceder à cidade moderna.

O contraste entre as necessidades suscitadas pela habitação e os meios disponíveis é agravado pelo transtorno que a instalação no novo apartamento determinou e que diz respeito a todos os aspectos da existência. Não somente o equilíbrio orçamentário que repousava sobre a pluralidade das fontes de rendimentos é ameaçado pelo fato de não restar, na maioria das vezes, senão um salário (às vezes instável) para uma despesa que aumentou e que deve organizar-se ao redor de itens que se tornaram regulares¹⁴. O desmembramento da família, a rup-

14. Por oposição ao crédito de confiança, o crédito bancário introduz uma regularidade e uma rigidez desconhecidas. As novas despesas se tornam o centro de todas as condutas. A estabilidade das despesas exige a estabilidade do emprego e um mínimo de cálculo racional.

tura com uma vizinhança familiar, são a causa do isolamento da família nuclear e o afrouxamento dos vínculos de solidariedade: não mais há com quem flanar; à atmosfera viva da favela tomaram lugar as relações superficiais e ocasionais do HLM; alguns vão novamente ver os velhos amigos da favela, em suas horas de lazer, ou então vão sentar-se na favela que se encontra perto de seu imóvel. As mulheres sofrem particularmente por causa desse restringimento do campo social (rodeadas por desconhecidos, elas saem menos) e isso porque elas não encontram em sua casa nada que possa compensar o que a vida das antigas relações podia lhes prover¹⁵.

O novo habitat isola, ao passo que a favela ou o velho bairro unia. Numa casa da Casbah, por exemplo, a separação entre as moradias ocupadas pelas diferentes famílias é mais simbólica do que real. A casa ou o bairro são o prolongamento do espaço interior¹⁶. O espaço de vida da mulher estende-se até as casas ou aos quartos vizinhos, até a fonte, até a mercearia; o apartamento ou a barraca estão cercados por todo um conjunto de pontos, mais ou menos afastados, que correspondem a diferentes atribuições da atividade feminina, atividades que reúnem um grupo cada vez maior à medida que a pessoa se afasta: no canto da peça reservada para esse uso, a mulher organiza a cozinha; no pátio ela pega a água e, às vezes, lava a roupa; no terraço, estende a roupa lavada para secar; no banho mourisco, comum para todo o bairro, ela se encontra

15. Conscientes disso, alguns homens compram televisão para suas esposas. Mas os mais pobres não saberiam como enfrentar tal despesa quando mal conseguem pagar seu aluguel.

16. "Na Casbah, conhecia todo o mundo e todo o mundo me conhecia, Podia entrar em todas as casas e ver as mulheres. Podia fazer censuras para as pessoas, sem que houvesse ofensa por isso. Éramos separados uns dos outros por um simples véu. Aqui, não é mais um véu, é uma porta. Somos 245 locatários, e nem ao menos nos conhecemos uns aos outros. É cada um em sua casa e cada um por si".

com as vizinhas. Assim, a maioria das atividades que lhe cabem contribui para inseri-la numa rede social externa à família propriamente dita.

De modo inverso, a célula do habitat de um imóvel deve fornecer, aos que a ocupam, tudo o que podem necessitar. Todas as atividades femininas (lavagem e secagem da roupa, passar a ferro, cozinha, etc.) podem ser nela efetuadas. Desde então, a oposição entre o interior e o exterior encobre a oposição entre o núcleo familiar e a vizinhança, entre o apartamento e o resto do imóvel. Por causa da ausência total de equipamentos coletivos no território, o espaço de atividade da mulher se restringe e isso tanto mais que o alojamento moderno solicita uma maior atividade doméstica; o mundo exterior começa na própria porta. A própria coxia, que deveria aparentemente criar um laço entre os vizinhos, é um terreno estranho: é raro, por exemplo, que se vá aí tomar o ar fresco à noite ou que aí sejam colocados vasos de flores. As relações com as vizinhas não mais se estabelecem por ocasião dos trabalhos domésticos, elas se tornam mais raras e mais superficiais e, quando se instauram, aparecem como inúteis, como uma perda de tempo, tagarelice ou fofocagem. Além do mais, percebida como um obstáculo ao individualismo que o habitat encoraja, a vida social é antes suportada do que escolhida. As relações não mais se instalam, muitas vezes, senão através das queixas suscitadas pelo barulho ou pelas crianças. Pelo fato da mudança de residência, as pessoas não mais estão ligadas aos vizinhos por relações antigas, e a organização objetiva do espaço não favorece o estabelecimento de relações novas. Daí uma atitude aparentemente contraditória com relação ao novo meio ambiente: as pessoas se queixam ao mesmo tempo do isolamento (isso se dá especialmente entre as mulheres) e da promiscuidade, simples proximidade sofrida. Pois que as tradições culturais não

os preparam ao novo modo de vida, e que a exigüidade do habitat os encoraja a fugir de casa desde que seja possível; os homens continuam a passar juntos suas horas de lazer. Pois que seu espaço de vida é mais amplo e que seu lugar natural é o exterior, eles sofrem menos que as mulheres pelo isolamento determinado pelo realojamento. Nada, com efeito, vem substituir para a mulher a perda das satisfações que o ambiente social da favela lhe proporcionava. Assim a família nuclear, cuja habitação moderna, pelas constrições espaciais e orçamentárias que ela impõe, favorece a automatização ao mesmo tempo material e moral, não encontra em si mesma nem os recursos econômicos e nem as tradições culturais (técnicas de lazer, leitura, *bricolage*, representações culturais que favorecem e valorizam a intimidade do casal) que são condições de uma plena realização desta autonomia. Resulta disso que as novas unidades sociais nascidas do realojamento se acham colocadas a meio caminho entre duas formas de equilíbrio econômico e social, com o sentimento de ter perdido tudo de um lado, sem ganhar grande coisa do outro.

Ao oposto, para os mais favorecidos, que o antigo habitat condenava a uma existência desdobrada, sendo manifesta a ruptura entre a vida que levavam no escritório e aquela que lhes era imposta pela favela, o acesso ao alojamento moderno é a ocasião para uma mutação cultural. Todos os obstáculos são removidos. O foco de todas as contradições desaparece. As aspirações acham-se redobradas pelos impulsos e as incitações criados pelo habitat. Melhor, os desejos que eram até aí formulados sobre o modo imaginário e que se achavam concretamente contestados encontram as condições materiais de sua realização. A tendência para a autocompletação do sistema que constitui o novo estilo de vida suscita novas necessidades. Algumas das despesas aumentam enormemente: mobília, equi-

pamento doméstico, vestuário (com a preocupação de testemunhar um certo estatuto), equipamento de lazer (televisão), etc. Resulta daí que a repartição das despesas entre os diversos itens orçamentários acha-se profundamente transformada; recorre-se cada vez mais ao crédito bancário, o que traz, consequentemente, a necessidade do cálculo. Parece que as despesas de alimentação diminuem muitas vezes, pelo menos em valor relativo. Todavia, diferentemente das outras categorias que se empenham, para seu alojamento, em despesas desproporcionadas com seus rendimentos, sem, portanto, alcançar a satisfação das exigências do habitat moderno, e as novas necessidades que ele faz surgir, as famílias dessas classes são geralmente melhor preparadas para se adaptarem a uma habitação moderna e a impor-se as disciplinas que o êxito dessa adaptação exige; além do mais, dispondo de rendimentos nitidamente mais elevados, essas famílias podem realizar um novo equilíbrio econômico sem serem obrigadas a impor-se sacrifícios desmedidos em outros campos. Pois que todas as condições econômicas e culturais de uma transformação global do sistema das disposições econômicas estão reunidas, o acesso ao alojamento moderno é a ocasião para uma reestruturação do sistema das práticas que é observada na divisão do trabalho entre os sexos, a gestão do orçamento, a instrução das crianças, ou as práticas do lazer. É assim que a inclinação do grupo familiar sobre si mesmo que o novo habitat favorece acompanha-se, na maioria das vezes, da descoberta de uma nova arte de viver: o que para outros é isolamento aparece aqui como intimidade. Os homens ficam muito mais tempo em casa; a leitura, a televisão e as crianças tomam cada vez mais o lugar da convivência com amigos. As mulheres se dedicam mais ao governo da casa, à leitura e ao cuidado das crianças em idade escolar. A intensificação das relações domésticas compensa a rarefação das relações com o exterior e o afrouxamento das relações com

os parentes mais ou menos afastados que é ao mesmo tempo a condição e o produto do aburguesamento¹⁷.

Deste modo, através das condições que lhe dão acesso e das transformações da prática que ele torna possíveis, o alojamento moderno tornou possível o desabrochar de uma (pequena) burguesia que todo seu estilo de vida, seus valores, suas aspirações, separam do proletariado e do subproletariado das favelas e dos bairros antigos. As condições que devem ser preenchidas por aqueles que a franqueiam fazem com que a “soleira da modernidade” seja aqui uma fronteira entre as classes.

CONCLUSÃO

Se a mesma significação se exprime tanto nas condutas econômicas, fatalistas ou empreendedoras, incoerentes ou metódicas, quanto nas condutas ou nas opiniões políticas, resignadas ou resolutas, revoltadas ou revolucionárias, é porque o sistema das disposições está ligado à situação econômica e social pela mediação das potencialidades objetivas que essa situação define e que definem essa situação: mensuráveis estatisticamente, a título de regularidades independentes das vontades individuais, as probabilidades objetivas e coletivas (por exemplo, as probabilidades de acesso aos bens raros ou as probabilidades de ascensão social em uma ou mais gerações) são também dados concretos da experiência individual. Interiorização da situação objetiva, o *habitus* de classe é a estrutura unificadora do conjunto das disposições que supõem a referência prática ao futuro objetivo, quer se trate da resignação ou da revolta contra a ordem atual ou da aptidão a submeter as condutas econômicas à previsão e ao cálculo.

De fato, a consciência da situação de classe pode ser também, sob outro ponto de vista, uma inconsciência dessa situação. O uso de conceitos mediadores (ou bastardos), tais como potencialidades objetivas ou *habitus* de classe, permite ultrapassar as oposições abstratas entre o subjetivo e o ob-

17. Ainda que os subproletários mal adaptados à cidade mantenham os vínculos com o antigo meio ambiente, a maioria dos membros desta nova classe média rompe os vínculos antigos, evitando cuidadosamente voltar ao bairro de outrora, e abandonando cada vez mais a retribuição de visitas que mantinha os vínculos com os parentes afastados no espaço geográfico e especialmente no espaço social.

jetivo, o consciente e o inconsciente. O futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência: com efeito, o futuro objetivo pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o princípio objetivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu *habitus*, objetivamente interiorizada, disposição permanente adquirida numa situação, sob a influência dessa situação. Os subproletários reproduzem, tanto em suas representações conscientes quanto em suas práticas, a situação de que eles são o produto e que encerra a impossibilidade de uma tomada de consciência adequada de verdade da situação: não conhecem essa verdade, mas a fazem ou, se quisermos, dizem-na somente naquilo que eles fazem. Seus propósitos irrealísticos não contradizem senão na aparéncia a realidade objetiva que seus atos exprimem tão claramente: a própria ilusão não é ilusória e é preciso livrar-se de ver um fantasma arbitrário no que não é senão o efeito objetivo de sua posição impossível no sistema econômico e social.

Se bem que o agente social não possa por essência apreender em sua totalidade um sistema que nunca lhe aparece senão de perfil; a variação entre a apreensão subjetiva e a verdade objetiva da situação varia consideravelmente conforme as situações de classe. A pressão da necessidade econômica pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta (como é visto pela distância que separa a quase-sistematização afetiva de uma verdadeira totalização) e que podem se traduzir tanto pela passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidade explícita. Confiando na

imagem mecânica da compressão seguida pela explosão, é comumente esquecido o fato de que a opressão mais intensa não coincide com a consciência mais aguda da opressão e que, muito ao contrário, a variação nunca é tão grande quanto no caso entre a verdade da situação objetiva e a consciência dessa situação. Em resumo, a menos que se queira ver na consciência de classe o resultado mecânico da pressão exercida pela necessidade econômica ou, ao contrário, o ato reflexivo de uma liberdade que se determina em direção e contra todos os determinismos objetivos, é preciso admitir que a revolta contra a situação atual não pode se orientar em direção a alvos racionais e explícitos senão quando são dadas as condições econômicas da constituição de uma consciência racional dessas finalidades, isto é, quando a ordem atual confirma a virtualidade de seu próprio desaparecimento e produz, devido a este fato, agentes capazes de projetá-la.

1. *Estrutura e Problemas da Obra Literária*, Anatol Rosenfeld.
2. *O Prazer do Texto*, Roland Barthes.
3. *Mistificações Literárias: "Os Protocolos dos Sábios de Sião"*, Anatol Rosenfeld.
4. *Poder, Sexo e Letras na República*, Sergio Miceli.
5. *Do Grotesco e do Sublime*. (Tradução do "Prefácio" de Cromwell) Victor Hugo (Trad. e Notas de Célia Berrettini).
6. *Ruptura dos Gêneros na Literatura Latino-Americana*, Haroldo de Campos.
7. *Claude Lévi-Strauss ou o Novo Festim de Esopo*, Octavio Paz.
8. *Comércio e Relações Internacionais*, Celso Lafer.
9. *Guia Histórico da Literatura Hebraica*, J. Guinsburg.
10. *O Cenário no Avesso (Gide e Pirandello)*, Sábato Magaldi.
11. *O Pequeno Exército Paulista*, Dalmo de Abreu Dallari.
12. *Projeções: Rússia/Brasil/Itália*, Boris Schnaiderman.
13. *Marcel Duchamp ou o Castelo da Pureza*, Octavio Paz.
14. *Os Mitos Amazônicos da Tartaruga*, Charles Frederik Hartt. (Trad. e Notas de Luís da Câmara Cascudo).
15. *Galut*, Itzhack Baer.
16. *Lenin: Capitalismo de Estado e Burocracia*, Leônicio Martins Rodrigues e Ottaviano De Fiore.
17. *Círculo Linguístico de Praga*, Org. J. Guinsburg.
18. *O Texto Estranho*, Lucrecia D'Alécio Ferrara.
19. *O Desencantamento do Mundo*, Pierre Bourdieu.
20. *Teorias da Administração de Empresas*, Carlos Daniel Coardi.
21. *Duas Leituras Semióticas*, Eduardo Peñuela Cañizal.
22. *Em Busca das Linguagens Perdidas*, Anita Cividalli Salmoni.
23. *A Linguagem de Beckett*, Célia Berrettini.
24. *Política e Jornalismo*, José Eduardo Faria.
25. *Idéia do Teatro*, José Ortega y Gasset.
26. *Oswald Canibal*, Benedito Nunes.
27. *Mário de Andrade/Borges*, Emir Rodríguez Monegal.
28. *Poética e Estruturalismo em Israel*, Ziva Ben Porat e Benjamin Hrushovski.
29. *A Prosa Vanguardista na Literatura Brasileira: Oswald de Andrade*, Kenneth David Jackson.
30. *Estruturalismo: Russos x Franceses*, N. I. Balachov.

31. *O Problema Ocupacional: Implicações Regionais e Urbanas*, Anita Kon.
32. *Relações Literárias e Culturais entre Rússia e Brasil*, Leonid A. Shur.
33. *Jornalismo e Participação*, José Eduardo Faria .
34. *A Arte Poética*, Nicolas Boileau-Despréaux (Tradução, Introdução e Notas de Célia Berrettini).
35. *O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro*, Émile Zola (Tradução, Introdução e Notas de Célia Berrettini e Italo Caroni).
36. *Duas Farsas: O Embrião do Teatro de Molière*, Célia Berrettini.
37. *A Propósito da Literariedade*, Inês Oseki-Dépré.